



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DO PESSOAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

BRASÍLIA/2015



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DO PESSOAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 e da Portaria TCU nº 90/2014 e das instruções publicadas na página da *intranet* do Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

BRASÍLIA, MAIO/2015

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1	IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO.....	17
1.1	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	17
1.2	FINALIDADE E COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL DA UNIDADE.....	19
1.3	ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	22
1.4	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	23
2	INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA.....	31
2.1	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	31
2.2	SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	31
2.3	AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	39
3	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	42
3.1	MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE.....	42
4	PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	43
4.1	PLANEJAMENTO DA UNIDADE.....	43
4.2	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	56
4.2.1	PROGRAMA TEMÁTICO.....	56
4.2.1.1	ANÁLISE SITUACIONAL.....	57
4.2.2	OBJETIVO.....	57
4.2.3	AÇÕES.....	58
4.2.3.1	AÇÕES – OFSS.....	58
4.2.3.2	AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS.....	69
4.2.3.3	AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA 2014 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS.....	81
4.2.3.4	AÇÕES – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - OI.....	81
4.2.3.5	ANÁLISE SITUACIONAL.....	81
4.3	INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO.....	82
4.4	INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL.....	83
4.5	INFORMAÇÕES SOBRE CUSTOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS.....	96
5	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	97
5.1	PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS.....	97
5.1.1	PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS.....	97
5.1.1.1	ANÁLISE CRÍTICA.....	97
5.1.2	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA.....	97
5.1.3	REALIZAÇÃO DA DESPESA.....	98
5.1.3.1	DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL.....	98
5.1.3.2	DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	99
5.1.3.3	DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTOS DE DESPESAS – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	101

5.1.3.4	ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA.....	101
5.2	DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	102
5.3	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS...	102
5.3.1	ANÁLISE CRÍTICA.....	102
5.4	MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	102
5.4.1	ANÁLISE CRÍTICA	102
5.5	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	102
5.5.1	RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO.....	102
5.5.2	QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	102
5.5.3	INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....	102
5.5.4	INFORMAÇÕES SOBRE ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE	102
5.5.5	ANÁLISE CRÍTICA	103
5.6	SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	103
5.6.1	CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	103
5.6.2	UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	103
5.6.3	CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTOS DE FUNDOS	103
5.6.4	ANÁLISE CRÍTICA	103
5.7	RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ	103
6	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	104
6.1	ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	104
6.1.1	DEMONSTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	104
6.1.2	QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	106
6.1.3	CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	111
6.1.4	IRREGULARIDADE NA ÁREA DE PESSOAL.....	113
6.1.4.1	ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS	113
6.1.4.2	TERCEIRIZAÇÃO IRREGULAR DE CARGOS	113
6.1.5	RISCOS IDENTIFICADOS NA GESTÃO DE PESSOAS	113
6.1.6	INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	113
6.2	CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS	120
6.2.1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA	121
6.2.2	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	122
6.2.3	ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 6.2.1 E 6.2.2	122
6.2.4	CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	122
6.3.	DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	122
7	GESTÃO DO PATIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	123

7.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	123
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	128
7.2.1	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPACIAL	128
7.2.2	IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL	129
7.2.3	IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	131
7.2.4	ANÁLISE CRÍTICA	131
7.3	BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	131
8	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	132
8.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	132
9	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	135
9.1	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	135
10	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	137
10.1	TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS DO TCU	137
10.1.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	137
10.1.2	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	149
10.2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)	155
10.2.1	RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	155
10.2.2	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	173
10.3	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	173
10.3.1	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	173
10.3.2	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES	174
10.4	MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO	174
10.5	ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV TODAS AS UGE DA ESTRUTURA DE UMA UJ DEVEM ENTREGAR À SUA RESPECTIVA UJ PARA COMPOR O RELATÓRIO	178
11	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	179
11.1	MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELICIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	179
11.2	APURAÇÃO DOS CUSTOS DOS PROGRAMAS E DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS	180
11.3	INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL	183
11.4	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	184
11.4.1	DECLARAÇÃO COM RESSALVA	184
12	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	185
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	185

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

I COMAR – PRIMEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL

II COMAR – SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL

III COMAR – TERCEIRO COMANDO REGIONAL

IV COMAR – QUARTO COMANDO AÉREO REGIONAL

V COMAR – QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL

VI COMAR – SEXTOCOMANDO AÉREO REGIONAL

VII COMAR – SÉTIMOCOMANDO AÉREO REGIONAL

ABN – ABAIXO DO NORMAL

ACANTUS – SISTEMA AUTOMATIZADO DE PAGAMENTO DE PESSOAL

ACISO – AÇÃO CÍVICO SOCIAL

ACN – ACIMA DO NORMAL

AFA – ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

BAAF – BASE AÉREA DOS AFONSOS

BABR – BASE AÉREA DE BRASÍLIA

BABV – BASE AÉREA DE BOA VISTA

BACO – BASE AÉREA DE CANOAS

BAFL – BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS

BAFZ – BASE AÉREA DE FORTALEZA

BAGL – BASE AÉREA DO GALEÃO

BAMN - BASE AÉREA DE MANAUS

BANT – BASE AÉREA DE NATAL

BAPV – BASE AÉREA DE PORTO VELHO

BASC – BASE AÉREA DE SANTA CRUZ

BASP – BASE AÉREA DE SÃO PAULO

BCA – BOLETIM DO COMANDO DA AERONÁUTICA

CASFA – COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS

CCA-SJ – CENTRO DE COMPUTAÇÃO DA AERONÁUTICA DE SÃO JOSÉ

CD – CONSELHO DE DISCIPLINA

CELOG – CENTRO LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA

CENCIAR – CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA

CENDOC – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRICO DA AERONÁUTICA

CENIPA – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES
AERONÁUTICOS

CFIAER – CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

CGABEG – CASA GERONTOLÓGICA DE AERONÁUTICA

CGNA – CENTRO DE GERENCIAMENTO DA NAVEGAÇÃO AÉREA

CGPA – CURSO DE GESTÃO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA

CGU-PAD – SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS DISCIPLINARES

CIAAR – CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA

CIPA – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES

CLA – CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA

CLBI – CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO

CMTAER – COMANDANTE DA AERONÁUTICA

COMAER – COMANDO DA AERONÁUTICA

COMARA – COMISSÃO DE AEROPORTOS DA REGIÃO AMAZÔNICA

COMGAP – COMANDO-GERAL DE APOIO

COMGAR – COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS

COMGEP – COMANDO-GERAL DO PESSOAL

CPG – COMISSÃO DE PROMOÇÃO DE GRADUADOS

CPO – COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE OFICIAIS

CPOR – CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA DA AERONÁUTICA

CTM – CARREIRA DE TECNOLOGIA MILITAR

DACTA – GRUPO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO

DCA – DIRETRIZ DO COMANDO DA AERONÁUTICA

DCI – DEPÓSITO CENTRAL DE INTENDÊNCIA

DCP – DIVISÃO DE CAPACITAÇÃO DO COMGEP

DCS – DIVISÃO DE COORDENAÇÃO DE SAÚDE DO COMGEP

DCTA – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL

DECEA – DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

DEPENS– DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

DIOP – DIVISÃO DE INTENDÊNCIA OPERACIONAL

DIRAP – DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

DIRINT– DIRETORIA DE INTENDÊNCIA

DIRSA – DIRETORIA DE SAÚDE DA AERONÁUTICA

DLE – DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO DO COMGEP

DLO – DIVISÃO DE LOGÍSTICA DO COMGEP

DOR – DIVISÃO DE ORÇAMENTO DO COMGEP

DOU – DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

DPC – DIVISÃO DE PESSOAL CIVIL

DPC – DIVISÃO DE PESSOAL CIVIL DO COMGEP

DPL – DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DO COMGEP

DPM – DIVISÃO DE PESSOAL MILITAR DO COMGEP

DSM – DIVISÃO DE SERVIÇO MILITAR DA DIRAP

DSP – DIVISÃO DE SUPERVISÃO DO COMGEP

DTI – DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO COMGEP

EAP – EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA

EEAR – ESCOLA DE ESPECIALISTA DE AERONÁUTICA

EM – ESTADO-MAIOR DO COMGEP

EMAER – ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

EPA – ESTÁGIO DE PSICOLOGIA

EPCAR – ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO AR

FAB– FORÇA AÉREA BRASILEIRA

FAER – FAZENDA DA AERONÁUTICA

FAYS – FAZENDA DE AERONÁUTICA DE PIRASSUNUNGA

FUNSA – FUNDO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA

GABGEP – GABINETE DO COMGEP/

GAP-BR – GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA

GAP-RJ–GRUPAMENTO DE APOIO DO RIO DE JANEIRO

GAPS – GRUPAMENTO DE APOIO DA SAÚDE

GEPLAP – GRUPO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO DE PESSOAL

GIA-SJ – GRUPAMENTO DE INFRAESTRUTURA E APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

GQ – GRATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO

GT – GRUPO DE TRABALHO

HABE – HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE BÉLEM

HACO – HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE CANOAS

HARF – HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE RECIFE

HCA – HOSPITAL CENTRAL DA AERONÁUTICA

HFAG – HOSPITAL DE FORÇA AÉREA DO GALEÃO

IAE - INSTITUTO DE AERONÁUTICA E ESPAÇO

ICA– INSTRUÇÃO DO COMANDO DA AERONÁUTICA

ILA – INSTITUTO DE LOGÍSTICA DA AERONÁUTICA

IMA – INSTRUÇÃO DO MISTÉRIO DA AERONÁUTICA

IPA – INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA

ITA – INSTITUTO TECNOLÓGICO DA AERONÁUTICA

LAQFA – LABORATÓRIO QUÍMICO-FARMACÊUTICO DA AERONÁUTICA

MAB – MUITO ABAIXO DO NORMAL

MAC – MUITO ACIMA DO NORMAL

MCA – MANUAL DO COMANDO DA AERONÁUTICA

MD – MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

MOBOL – MÓDULO DE BOLETIM

MPAG – MÓDULO DE PAGAMENTO

MPF – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

MPOG – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

NPA – NORMA PADRÃO DE AÇÃO

NSCA – NORMA DE SISTEMA DO COMANDO DA AERONÁUTICA

NUSESO – NÚCLEO DE SERVIÇO SOCIAL

NUSET – NÚCLEO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

ODGSA – ORGÃO DE DIREÇÃO-GERAL E SETORIAL DA AERONÁUTICA

OM – ORGANIZAÇÃO MILITAR

OSA – ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA

PAD – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PAMA-LS – PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE LAGOA SANTA

PAMA-RF – PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE RECIFE

PAMA-SP – PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE SÃO PAULO

PAME-RJ – PARQUE DE MATERIAL DE ELETRÔNICA DA AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO

PARE – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO

PASC – PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE SANTA CRUZ

PAT – PLANO ANUAL DE TREINAMENTO

PCA – PLANO DO COMANDO DA AERONÁUTICA

PEMAER – PLANO ESTRATÉGICO MILITAR DA AERONÁUTICA

PGPE – PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO

PIPAR – PAGADORIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA AERONÁUTICA

PPA – PLANO PLURIANUAL

PPAER – PLANO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA

PPRA – PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA A RESERVA E APOSENTADORIA

PRONATEC – PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO

PT – PROGRAMA DE TRABALHO

PTA – PROGRAMA DE TRABALHO DA AERONÁUTICA

QCOA – QUADRO COMPLEMENTAR DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA

QLD – QUALIDADE

QOAP – QUADRO DE OFICIAIS DE APOIO DA AERONÁUTICA

QSCON – QUADRO DE SARGENTOS CONVOCADOS DA AERONÁUTICA

QTE – QUANTIDADE

RDAer – REGULAMENTO DISCIPLINAR DA AERONÁUTICA

RECOMGEP – REUNIÃO DO COMGEP

REGINT – REGIMENTO INTERNO

RH – RECURSOS HUMANOS

RICA – REGULAMENTO INTERNO DO COMANDO DA AERONÁUTICA

RLSM – REFULAMENTO DA LEI DO SERVIÇO MILITAR

ROCA – REGULAMENTO DO COMANDO DA AERONÁUTICA

RP – RESTOS A PAGAR

SAIP – SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS

SARA – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA DA AERONÁUTICA

SARAE – SISTEMA DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA DA AERONÁUTICA

SDAB – SUBDIRETORIA DE ABASTECIMENTO

SDEE – SUBDIRETORIA DE ENCARGOS ESPECIAIS

SDIP – SUBDIRETORIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS

SDPP – SUBDIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA

SEFA – SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

SERAC – SERVIÇO REGIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SERENS – SERVIÇOS REGIONAIS DE ENSINO

SERIPA – SERVIÇO REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES
AERONÁUTICOS

SIA – SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO

SIAFI – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

SIDOM – SEÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR

SIGADAER – SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA
AERONÁUTICA

SIGAMEH – SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO MÉDICO-HOSPITALAR

SIGPES – SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DE PESSOAL

SIJ – SEÇÃO DE INVESTIGAÇÃO E JUSTIÇA

SISPA – SISTEMA DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA

SISPAER – SISTEMA DE PESSOAL DA AERONÁUTICA

SJU – SERVIÇOS JURÍDICOS

SPADAER – SUBCOMISSÕES PERMANENTES DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO DO COMANDO DA AERONÁUTICA

TCE – TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TELESISAU – TELE-MÉDINA DO SISTEMA DE SAÚDE DA AERONÁUTICA

UCI – UNIDADE CENTRAL DE INTENDÊNCIA

UJ – UNIDADE JURISDICIONADA

UNIFA – UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA

UPAG – UNIDADE PAGADORA

VAT – VISITAS DE ASSESSOR TÉCNICO

LISTA DE TABELAS , RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES , ETC.

	<u>PÁGINA</u>
FIGURA 1: ORGANOGRAMA DO COMGEP.	18
FIGURA 2: ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO COMGEP.	21
TABELA 1: RELACIONAMENTO DOS MACROPROCESSOS COM OS SETORES RESPONSÁVEIS	26
FIGURA 3: MAPA DOS PRODUTOS DA GESTÃO.	27
TABELA 2: PARCEIROS DO COMGEP	29
TABELA 3: DESCRIÇÃO DOS PAD INSTAURADOS NO ÂMBITO DO COMAER	32
TABELA 4: DESCRIÇÃO DAS SINDICÂNCIAS INSTAURADAS NO ÂMBITO DO COMAER	34
TABELA 5: PROCESSOS DISCIPLINARES INSTAURADOS NO EXERCÍCIO DE 2014	37
TABELA 6: PROCESSOS DISCIPLINARES NO ÂMBITO DO COMGEP	38
FIGURA 4: MAPA ESTRATÉGICO DO COMGEP	44
TABELA 7: ÍNDICE DE MILITARES EXCEDENTES EM RELAÇÃO À TP	82
TABELA 8: ÍNDICE DE GRADUADOS DA ESPECIALIDADE ENFERMAGEM (SEF) EXCEDENTES EM RELAÇÃO À TP	83
TABELA 9: ÍNDICE DE GRADUADOS DA ESPECIALIDADE MANUTENÇÃO (BMA) EXCEDENTES EM RELAÇÃO À TP	84
TABELA 10: EVOLUÇÃO DO DESVIO-PADRÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO	85
TABELA 11: ÍNDICE DE REPOSIÇÃO DE OFICIAIS AVIADORES	86
TABELA 12: ÍNDICE DE REPOSIÇÃO DE OFICIAIS INTENDENTES	86
TABELA 13: ÍNDICE DE REPOSIÇÃO DE OFICIAIS INFANTES.	87
TABELA 14: ÍNDICE DE ESTRATÉGICO DE OFICIAIS AVIADORES	87
TABELA 15: ÍNDICE ESTRATÉGICO DE OFICIAIS INTENDENTES.	88
TABELA 16: ÍNDICE ESTRATÉGICO DE OFICIAIS INFANTES.	88
TABELA 17: ÍNDICE ESTRATÉGICO DE OFICIAIS	89
TABELA 18: ÍNDICE ESTRATÉGICO DE GRADUADOS DA ESPECIALIDADE MANUTENÇÃO (BMA)	89
TABELA 19: ÍNDICE ESTRATÉGICO DE GRADUADOS DA ESPECIALIDADE MATERIAL BÉLICO (BMB)	90
TABELA 20: ÍNDICE ESTRATÉGICO DE GRADUADOS DA ESPECIALIDADE CONTROLE DE TRÁFEGO (BCT)	90
TABELA 21: ÍNDICE DE PROVIMENTOS DE CARGOS DE SERVIDORES CIVIS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA MILITAR	91
TABELA 22: ÍNDICE DE PROVIMENTO DE CARGO DE SERVIDORES CIVIS DO QUADRO DE PESSOAL DA ÁREA DE SAÚDE (PGPE)	91
TABELA 23: ÍNDICE DE PROVIMENTOS DE CARGOS DE SERVIDORES CIVIS DO QUADRO DE PESSOAL DA ÁREA ADMINISTRATIVA (PGPE)	92
TABELA 24: ÍNDICE DE ABRANGÊNCIA DO CURSO DE GESTÃO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA (CGPA)	92
TABELA 25 : DIMENSIONAMENTO DE OFICIAIS SUPERIORES POR QUADROS	93
TABELA 26: DIMENSIONAMENTO DE OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS POR QUADROS	93
TABELA 27.: DIMENSIONAMENTO DE OFICIAIS SUBALTERNOS POR QUADROS	94

<u>TABELA 28.: DIMENSIONAMENTO DE OFICIAIS SUBALTERNOS TEMPORÁRIOS POR QUADROS</u>	94
<u>TABELA 29: DIMENSIONAMENTO DO QSS (GRUPAMENTO BÁSICO) POR ESPECIALIDADES</u>	94
<u>TABELA 30: DIMENSIONAMENTO DO QSS (GRUPAMENTO SERVIÇO) POR ESPECIALIDADES</u>	95
<u>TABELA 31: CURSOS NA ÁREA DO COMGEP</u>	95
<u>GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DOS MILITARES POR IDADE</u>	106
<u>TABELA 32: COMPARAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE IDADE DOS MILITARES DO COMAER</u>	114
<u>GRÁFICO 2: ESCOLARIDADE DOS MILITARES DO COMAER</u>	114
<u>TABELA 33: COMPARAÇÃO DA ESCOLARIDADE DOS MILITARES DO COMAER</u>	115
<u>GRÁFICO 3: PORCENTAGEM DE MILITARES DO COMAER POR SEXO</u>	116
<u>TABELA 34: COMPARAÇÃO DA PORCENTAGEM DE MILITARES DO COMAER POR SEXO</u>	116
<u>GRÁFICO 4: PORCENTAGEM DE MILITARES DO COMAER COM OBESIDADE</u>	116
<u>TABELA 35: COMPARAÇÃO DA PORCENTAGEM DE MILITARES DO COMAER COM OBESIDADE</u>	117
<u>GRÁFICO 5: RESULTADOS DO TESTE DE AVALIAÇÃO DE CONDICIONAMENTO FÍSICO</u>	117
<u>TABELA 36: COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DO TESTE DE AVALIAÇÃO DE CONDICIONAMENTO FÍSICO</u>	117
<u>GRÁFICO 6: ROTATIVIDADE – 2014</u>	118
<u>TABELA 37: COMPARAÇÃO DA ROTATIVIDADE</u>	118
<u>TABELA 38: TOTALIZAÇÃO DE MILITARES, POR CÍRCULO, QUE DEIXARAM O SERVIÇO ATIVO EM 2013, ANTES DE COMPLETAREM 30 ANOS DE SERVIÇO (ÊXODO PREMATURO)</u>	119
<u>TABELA 39: MOTIVOS DA INATIVIDADE CONSIDERADOS</u>	119
<u>GRÁFICO 7: ÊXODO PREMATURO – 2014</u>	120
<u>TABELA450: COMPARAÇÃO DO ÊXODO</u>	120
<u>TABELA 41: REVISÃO DE CONTRATO</u>	122
<u>TABELA 42: VEÍCULOS DO DCI</u>	124
<u>TABELA 43: VEÍCULOS DA SDAB</u>	125
<u>TABELA 44: TCE COMGEP – 2014</u>	175
<u>TABELA 45:RESSARCIMENTO AO ERÁRIO – COMGEP – 2014 – PARE</u>	176

INTRODUÇÃO

O Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) é um dos Órgãos de Direção Setorial (ODS) do Comando da Aeronáutica (COMAER) com a missão de “desenvolver atividades relacionadas com a gestão dos Recursos Humanos no COMAER, proporcionando a obtenção quantitativa e qualitativa da força de trabalho adequada ao cumprimento da missão atribuída à Força Aérea Brasileira (FAB)”.

De acordo com a Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica, o planejamento estratégico da Aeronáutica é competência do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), cujos objetivos estratégicos estão listados no Plano Estratégico da Aeronáutica (PEMAER). Os Objetivos Estratégicos elaborados pelo EMAER são aprovados pelo Comandante da Aeronáutica (CMTAER). Portanto, sendo a competência do nível estratégico exclusiva do EMAER (DCA 11-1/2009, item 2.4.11, p. 17).

A Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica estabelece que os ODS estejam situados no nível operacional e tenham por finalidade definir os meios necessários à consecução dos Objetivos Estratégicos e Setoriais. Sendo assim, o COMGEP, como Órgão de Direção Setorial, cabe a elaboração de objetivos setoriais, os quais compõem o Plano Setorial do Comando-Geral do Pessoal.

O COMGEP é responsável pelas atividades inerentes à função logística de Recursos Humanos e congrega esforços sistemáticos para otimizar o emprego do pessoal.

Nos últimos anos, o COMGEP procurou melhorar o entendimento do seu papel na instituição, de modo a contribuir mais efetivamente com os objetivos estratégicos da Aeronáutica. Durante os anos de 2013 e 2014, buscou-se sistematizar e consolidar as ações necessárias para a concretização dos objetivos estratégicos do COMGEP. Para isso, foram definidos alguns projetos de importância, denominados Projetos Setoriais, discutidos nas reuniões do Grupo de Trabalho (GT) designado para desenvolvê-los. Pretendeu-se, dessa maneira, que esses projetos tivessem seus escopos bem definidos, em 2014, para facilitar o cumprimento das etapas e do cronograma de tarefas.

Dentre as dificuldades enfrentadas pelo COMGEP, na consecução do trabalho iniciado, a mais importante delas é caracterizada pela pulverização do Sistema de Pessoal da Aeronáutica, cujas atividades são distribuídas por diversas organizações do COMAER. Uma gestão eficaz de RH deve tratar de maneira integrada as diversas atividades dos seus subsistemas. No caso da Aeronáutica, alguns desses subsistemas são de responsabilidade de Organizações não subordinadas ao COMGEP, exemplo do Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS), que responde pela área de ensino, tendo como atribuições as atividades de formação e de capacitação. Por isso, torna-se um grande desafio integrar essas atividades e centralizar a gestão de RH, atuando sobre processos internalizados em outras organizações.

Outra situação é a rotatividade de pessoal no COMGEP. Percebe-se que a elevada rotatividade dos gestores no COMGEP tem dificultado o desenvolvimento dos trabalhos no nível setorial. A continuidade desses trabalhos frente à mudança contínua dos gestores passa a ser um novo desafio a ser enfrentado pelo COMGEP no próximo exercício de 2015.

Embora tenhamos enfrentado uma série de dificuldades, vários pontos positivos foram alcançados ao longo do exercício de 2014. Dentre as realizações alcançadas, podemos citar as seguintes: houve a criação do Grupamento de Apoio da Saúde, no Rio de Janeiro, que unificou a gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Organizações de Saúde da área do Rio de Janeiro, melhorando de forma ampla a gestão, e o reconhecimento do COMGEP pelo TCU das boas práticas na área de pessoal.

Por oportuno, vale ressaltar que, em cumprimento ao item nº 6, do Anexo III à DN TCU nº 140, de 15 de outubro de 2014, a Divisão de Pessoal Civil do COMGEP efetuou um amplo levantamento no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares CGU-PAD da Controladoria-Geral da União, com a finalidade de levantar possíveis irregularidades, mas nada foi encontrado, e nada

havia sido relatado pela Unidades do COMAER. Porém, àquela Divisão expediu mensagens solicitando informações sobre a situação em pauta.

Por oportuno, dois pontos devem ser abordados: embora a Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA) seja uma UG subordinada ao COMGEP, por determinação contida na DN nº 134 do TCU, essa diretoria apresentará um Relatório de Gestão próprio. Em relação ao tópico 13.1, do presente Relatório de Gestão, contido na DN nº 134 do TCU, não há o que ser comentado por esta UJ.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica			Código SIORG: 41066/48
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Comando-Geral do Pessoal			
Denominação Abreviada: COMGEP			
Código SIORG: 63	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 120131
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.429/0034-79	
Principal Atividade: DEFESA			Código CNAE: 8422-1/00
Telefones/Fax de contato:	(061)2023-1875	(061)2023-1902	(61) 2023-1918
Endereço Eletrônico: comgep@comgep.aer.mil.br			
Página na Internet: www.fab.aer.mil.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco “M” Ed. Anexo – 1º Andar – Brasília – DF – CEP: 70045-900			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
COMGEP - Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, ANEXO I, art. 4º Inciso IV, Letra “c”.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
COMGEP - Portaria nº 36/GC3, de 10 de janeiro de 2013 (ROCA 20-3), que aprova o Regulamento do COMGEP.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
COMGEP - Portaria COMGEP nº 61/1EM, de 20 de fevereiro de 2013 – aprova a reedição do Regimento Interno do COMGEP (RICA 20-6). - DCA 39-2– Projeto Integrado de Formação Cívica e Profissional para Jovens – Projeto Soldado-Cidadão – e Incorporação especial, no âmbito do Comando da Aeronáutica (Portaria nº 507/GC3, de 27 JUL 2010). - ICA 30-4 – Movimentação de Pessoal Militar (Portaria 1.614/DPM, de 04 DEZ 2014) - ICA 33-1 – Convocação, Seleção e Incorporação de Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários para a Prestação do Serviço Militar Inicial na Aeronáutica e Convocados Posteriores (Portaria COMGEP nº41, de 23 ABR 2009). - ICA 33-12 – Instruções Especiais para Designação de Militar da Reserva Remunerada da Aeronáutica para o Serviço Ativo (Portaria nº 524/GC3, de 23 AGO 2012). - ICA 35-13 – Instrução Reguladora da Prestação de Tarefa por Tempo Certo (Portaria nº 2005/GC3, de 5 NOV 2013). - ICA 37-557 – Currículo Mínimo do Curso de Gestão de Pessoal da Aeronáutica para Oficiais (CGPA-O) (Portaria nº 1.315/DCP, de 27 JUN 2014). - ICA 37-558 – Currículo Mínimo do Curso de Gestão de Pessoal da Aeronáutica para Graduados (CGPA-G) (Portaria 1.317/DCP, de 27 JUN 2014).			

CONTINUAÇÃO do Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

- ICA 110-2 – Organização e Funcionamento do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares de Servidores Civis (Portaria nº 523/GC3, de 23 AGO 2012).
- MCA 36-7 – Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica (Portaria COMGEP nº 954, de 01 NOV 2012).
- NSCA 30-1 – Norma do Sistema de Pessoal da Aeronáutica (Portaria nº 956/GC3, de 03 OUT 2003).
- NSCA 30-5 – Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos (Portaria COMGEP nº 961, de 20 NOV 2012).
- PCA 30-1 – Plano de Pessoal da Aeronáutica (PPAER) para o ano de 2014 (Portaria nº 495/GC1, de 02 ABR 2014)
- PCA 30-15 – Plano Setorial do Comando-Geral do Pessoal para o ano de 2014 (Portaria COMGEP nº 276/3SC, de 12 FEV 2014)

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
120136	Diretoria de Administração do Pessoal
120133	Diretoria de Intendência
120196	Grupamento de Apoio da Saúde
120126	Centro de Documentação da Aeronáutica
120134	Instituto de Psicologia da Aeronáutica
120052	Subdiretoria de Pagamento de Pessoal
120155	Subdiretoria de Encargos Especiais
120100	Subdiretoria de Abastecimento
120144	Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
120034	Depósito Central de Intendência
120044	Pagadoria de Inativos e Pensionistas
120135	Serviço Geral de Correspondência e Arquivo da Aeronáutica

Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
120131	00001
120136	00001
120133	00001
120126	00001
120134	00001
120196	00001
120052	00001
120155	00001
120100	00001
120144	00001
120034	00001

120044	00001
120135	00001
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
52111	Comando da Aeronáutica
52911	Fundo Aeronáutico
52903	Fundo do Serviço Militar
52101	Ministério da Defesa

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O COMGEP, Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER) prevista pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tem por finalidade planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o pessoal civil e militar do COMAER.

O COMGEP é diretamente subordinado ao Comandante da Aeronáutica (CMTAER) e tem sede em Brasília, Distrito Federal. Possui as seguintes organizações subordinadas, com sedes no Rio de Janeiro, RJ: Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP), Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA), Diretoria de Intendência (DIRINT), Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC) e Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA) e Grupamento de Apoio da Saúde (GAPS):

Estrutura Organizacional:

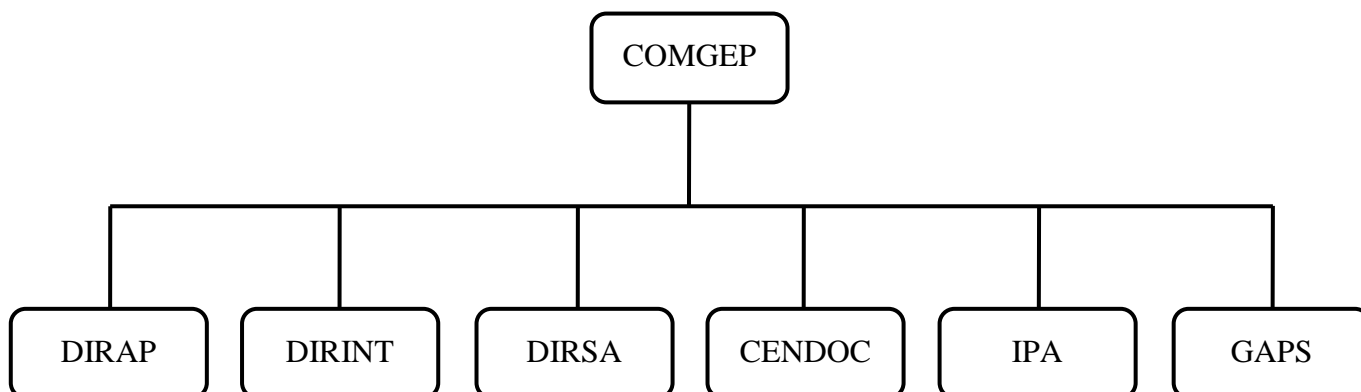


FIGURA 1: ORGANOGRAMA DO COMGEP.

Ao COMGEP compete:

- a) propor, quando for o caso, doutrinas, normas, regulamentações, planos e programas relacionados com a Política de Pessoal do COMAER, em suas diversas áreas;
- b) propor alterações na Política e na Estratégia de Pessoal do COMAER;
- c) propor medidas que visem ao fortalecimento das Organizações Militares (OM) da Aeronáutica, por intermédio do aperfeiçoamento da Administração de Pessoal;
- d) supervisionar, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades das OM subordinadas;
- e) gerenciar as atividades referentes às áreas de saúde, intendência, administração de pessoal, assistência religiosa, documentação, histórico e orientação profissional;
- f) conceber, planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades concernentes à Logística de Pessoal do COMAER;

g) planejar, organizar, coordenar, controlar e distribuir os meios relativos à pessoal, material e instalações necessários ao cumprimento das missões que lhe forem cometidas; e

h) efetivar o levantamento e a proposição de cursos e estágios, no País e no exterior, relacionados com o aperfeiçoamento técnico-profissional na sua área de atuação.

Em relação às organizações subordinadas ao COMGEP, destacam-se suas competências institucionais:

A Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER) prevista no Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tem por finalidade tratar das atividades relacionadas com a Administração do Pessoal Militar e Civil do COMAER, inclusive as relativas ao Serviço Militar.

- As principais competências institucionais da Unidade são as abaixo elencadas:

a) tratar dos assuntos relativos ao Pessoal Militar ativo e inativo, ao Pessoal Civil, ao Serviço Militar, à Mobilização de Recursos Humanos e ao Registro, Controle e Identificação do Pessoal do COMAER; e

b) ligar-se a outros órgãos, constitutivos ou externos ao COMAER, para o trato de assuntos relativos à sua área de competência.

Essas tarefas constituem-se, basicamente, na atividade de RH de controle e gerenciamento de banco de dados do efetivo militar e civil.

O Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER), prevista pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tem por finalidade planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas à documentação e ao arquivo permanente do COMAER.

- As competências institucionais principais da Unidade são as abaixo elencadas:

a) normatizar e controlar das atividades de arquivologia, biblioteconomia, correspondência, imprensa e publicações no COMAER;

b) guardar a documentação permanente de valor histórico, probatório e informativo da Aeronáutica.

O Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), Organização do COMAER, prevista pelo Decreto nº 97.138, de 25 de novembro de 1988, tem por finalidade, conforme o Regulamento do IPA (ROCA 21-29, de 03 de maio de 2012), desenvolver ações nos diversos campos da Psicologia, oferecendo o suporte especializado às Organizações Militares (OM) e ao pessoal, no âmbito do COMAER.

- As competências institucionais principais da Unidade são as abaixo elencadas:

a) aplicar e gerenciar a aplicação, através dos psicólogos do SISPA, do exame de aptidão psicológica, para fins de seleção de candidatos aos quadros, cursos, estágios e cargos do COMAER;

b) emitir pareceres atinentes a questões que envolvam avaliação psicológica para apoio jurídico, conforme previsto no Código de Ética Profissional dos Psicólogos;

c) prestar ao COMGEP assessoria relativa à classificação e à movimentação de profissionais de Psicologia, bem como às necessidades de treinamento do pessoal envolvido; e

As competências institucionais da DIRSA constam no seu próprio relatório.

As competências principais institucionais da DIRINT estão abaixo elencadas:

a) o planejamento, a direção, a coordenação e o controle das atividades logísticas de Intendência, em todos os níveis, no âmbito do COMAER;

b) a elaboração de planos e programas administrativos e logísticos referentes à sua esfera de competência;

c) o aprimoramento técnico-profissional do pessoal militar e civil envolvido com as atividades de logística de intendência;

d) o preparo operacional do pessoal militar, no âmbito da Intendência da Aeronáutica, visando o seu emprego em manobras e em operações de guerra; e

As principais competências institucionais do GAPS estão abaixo:

a) conduzir as ações necessárias à celebração de contratos e convênios de interesse do GAPS e das Organizações Apoiadas;

b) conduzir as ações necessárias à realização de despesas de interesse do GAPS e das Organizações Apoiadas;

c) efetuar o pagamento do pessoal militar e civil do GAPS e das Organizações Apoiadas; e

d) proceder às execuções orçamentária, financeira e patrimonial aplicáveis ao GAPS e às Organizações Apoiadas.

Com o objetivo de facilitar o entendimento e a visualização da contribuição das atividades das OM Subordinadas na obtenção dos produtos do COMGEP, em relação aos aspectos quantidade (QTE) e qualidade (QLD), foi confeccionado o Mapa dos Produtos do COMGEP, conforme figura 2.

Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
DPC	Acompanhamento e coordenação dos atos relativos ao pessoal civil.	TC Nelson Charles R. de Oliveira	CHEFE	09/01/14
DPM	Acompanhamento e coordenação dos atos relativos à movimentação, prestação de serviço e distribuição do pessoal militar.	Cel Oscar Boechat A. Júnior	CHEFE	01/03/13 a 24/02/14
		Cel Paulo Ribeiro B. Júnior		24/02/14 a 06/03/14
		Cel Marcello O. Kauffmann		06/03/14
DTI	Assessoramento e gerenciamento de assuntos relativos à Tecnologia da Informação	Cel Marcos Lima Bastos	CHEFE	01/03/13 a 25/02/14
		Cel Ramez Andraus Júnior		25/02/14 a 15/07/14
		Cel Hudson Peçanha Murad		15/07/14 a 02/03/15
DCP	Gerenciamento das atividades de capacitação no COMGEP	Cel Carlos Alberto de Carvalho	CHEFE	09/12/13 a 27/01/14
		Cel Marcos Narciso Martins		27/01/14 a 12/01/15
DPL	Elaborar o planejamento de pessoal da Aeronáutica.	Cel Lélío Walter Pinheiro S Júnior	CHEFE	23/09/13 a 06/02/15
DLE	Condução, assessoria e acompanhamento de atos relativos à legislação e a gestão documental do COMAER.	Cel Júlio Cezar Pontes	CHEFE	01/03/13 a 12/01/15

1.3. Organograma Funcional

Organograma Funcional

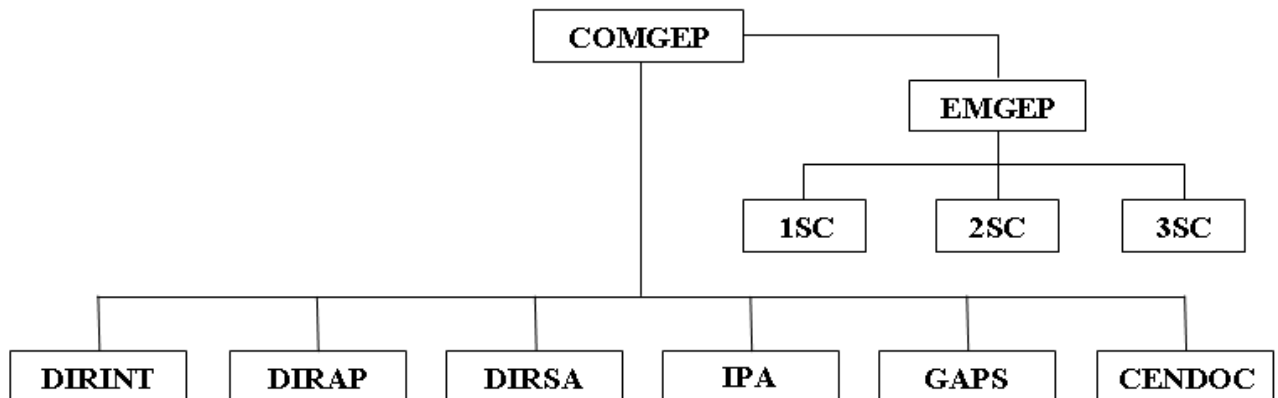


FIGURA 3: ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO COMGEP

A estrutura funcional do COMGEP foi alterada durante o exercício de 2013, conforme Portaria Nº 36/GC3, de 10 de janeiro de 2013, passando a ser constituída pelo Comandante, com suas assessorias, pelo Gabinete (GABGEP), pelo Serviço de Assistência Religiosa (SARA) e pelo Estado-Maior, que é composto por três Subchefias.

O GABGEP tem por atribuições a orientação, a coordenação e o controle das atividades administrativas, além de executar o apoio administrativo e os serviços necessários ao funcionamento do COMGEP.

O SARA tem por atribuições a supervisão e a coordenação das atividades do Sistema de Assistência Religiosa da Aeronáutica (SARAE) e dos trabalhos pastorais no âmbito do Comando da Aeronáutica.

Ao Estado-Maior (EM) compete prever, conceber, planejar, coordenar, gerenciar e controlar a execução das missões atribuídas ao COMGEP.

A 1ª Subchefia do EM – Recursos Humanos – é composta pelas divisões de Planejamento (DPL), Pessoal Militar (DPM) e Pessoal Civil (DPC) e tem por atribuições:

- coordenar as ações pertinentes ao planejamento das carreiras e efetivos do pessoal militar e civil da Aeronáutica;
- supervisionar as ações relacionadas com o SISPAER;
- coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Pessoal Civil (SIPEC) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) – órgão central do SIPEC;
- coordenar as reuniões do Grupo Executivo de Planejamento de Pessoal (GEPLAP); e
- coordenar as ações pertinentes à movimentação de pessoal.

A 2ª Subchefia do EM – Apoio - é composta pelas divisões de Capacitação (DCP), Orçamento (DOR), Legislação (DLE) e Tecnologia da Informação (DTI) e tem por atribuições:

- coordenar as ações relativas à capacitação do efetivo militar do COMGEP e OM Subordinadas;
- supervisionar as atividades relativas ao orçamento da área do COMGEP;
- coordenar as atividades pertinentes ao suporte de legislação necessário ao COMGEP; e
- supervisionar as atividades relacionadas à tecnologia da informação da área do COMGEP.

A 3ª Subchefia do EM - Coordenação - é composta pelas divisões de Coordenação de Saúde (DCS), Logística (DLO) e Supervisão (DSP) e tem por atribuições:

- coordenar os assuntos pertinentes à área de saúde da Aeronáutica;

- b) coordenar as ações relativas ao emprego dos Hospitais de Campanha e da Intendência Operacional;
- c) supervisionar as ações relativas às Reuniões do COMGEP (RECOMGEP), às Inspeções Sistêmicas e às Visitas Técnicas do COMGEP nas OM Subordinadas;
- d) acompanhar o desenvolvimento do Plano Setorial do COMGEP (PCA 30-15); e
- e) supervisionar as atividades previstas nos Programas de Trabalho (PT) das OM Subordinadas.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Dentro do trabalho desenvolvido pelos setores do COMGEP, foram identificados os seguintes macroprocessos finalísticos (MPF): Provisão de Força de Trabalho Militar (MPF1), Planejamento de Carreira Militar (MPF2) e Gestão de Pessoal Civil (MPF3). O COMGEP tem definido que as suas unidades internas e as subordinadas devem estar voltadas para as grandes funções da UJ conforme listadas a seguir:

- a) dotar as organizações do COMAER de força de trabalho adequada, quantitativa e qualitativamente, às necessidades da Instituição.
- b) promover o bem-estar social dos militares e servidores civis, ativos e inativos, bem como dos seus dependentes e pensionistas.
- c) desenvolver o suporte logístico voltado para a atuação do homem, compreendendo as atividades de: alimentação, fardamento, pagamento de pessoal, saúde operacional e intendência operacional.

Ressalta-se que os resultados gerados pelos processos do IPA e da DIRAP podem ser considerados como insumos ou informações de suporte para os macroprocessos finalísticos do COMGEP. No caso do CENDOC, que é responsável pela gestão dos processos do Sistema de Documentação do COMAER, os resultados produzidos servem de suporte para todos os macroprocessos do COMGEP.

Em relação à grande função do COMGEP de dotar as organizações do COMAER da força de trabalho necessária, o COMGEP definiu os macroprocessos finalísticos abaixo:

MPF1 – PROVISÃO DE FORÇA DE TRABALHO MILITAR

Este macroprocesso finalístico engloba todos os processos de determinação de necessidades de pessoal, captação, formação e distribuição do pessoal militar do COMAER. São eles: Definição do Perfil Profissiográfico Militar, Dimensionamento da Força de Trabalho, Planejamento de Ingresso, Recrutamento, Seleção, Formação e Distribuição da Força de Trabalho.

Estes processos foram executados por diversos setores do COMGEP, respeitando a legislação em vigor e conforme a tabela 1, com exceção dos processos de recrutamento, seleção e formação, que são executados por outras organizações militares, consideradas como parceiros internos.

O COMGEP, por meio de critérios para admissão e quantidade de vagas, orienta a realização dos processos de recrutamento, seleção e formação de profissionais de diversos quadros e especialidades, que são realizados pelo DEPENS, que é o órgão central do Sistema de Ensino da Aeronáutica. A partir dessas orientações, o DEPENS elabora os editais de concursos públicos e coordena a seleção de candidatos ao ingresso nas várias escolas de formação, que são subordinadas ao DEPENS. Dentro do processo de seleção, que é realizado pelo DEPENS, o IPA tem um papel relevante, tendo em vista que efetua o Exame de Avaliação Psicológica (EAP) nos candidatos aprovados nos exames intelectuais.

O COMGAR também realiza os processos de recrutamento e seleção de militares convocados para o serviço militar inicial e voluntário, por intermédio dos Comandos Aéreos Regionais, assim como da formação desse efetivo militar, utilizando os Serviços Regionais de Ensino (SERENS). Essa convocação é anual e segue as regras estabelecidas pelo COMGEP.

O DCTA, por intermédio do ITA e do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica (CPOR), localizados em São José dos Campos - SP, participa do recrutamento, da seleção e da formação de Engenheiros e de Oficiais convocados para o serviço militar na Aeronáutica.

Este macroprocesso se inicia com a definição do perfil profissiográfico, que por sua vez auxilia na orientação do dimensionamento da força de trabalho militar. Esta força de trabalho é caracterizada por meio de tabelas de pessoal que balizam o planejamento de ingresso nos diversos quadros de Pessoal. Após a formação, que é realizada em organizações externas ao COMGEP, conforme descrito acima, a força de trabalho é distribuída, buscando atender às necessidades das organizações do COMAER. Essa distribuição é realizada pela DIRAP, por intermédio de vários processos de movimentação de militares.

Esse macroprocesso foi conduzido com o intuito de aprimorar alguns de seus processos para gerar melhores resultados para as organizações do COMAER e seu efetivo.

Para as Organizações, esses resultados deveriam suprir a quantidade de Oficiais em especialidades que apresentam carência de força de trabalho em alguns postos, gerar melhor aproveitamento da qualificação de militares e regular a captação de mão de obra complementar com experiência em tarefas de interesse da Força.

No que diz respeito ao efetivo do COMAER, os resultados deveriam produzir um maior nível de satisfação pessoal, em relação ao aproveitamento da qualificação profissional, do bem-estar social e da área de atuação.

Com esses objetivos, a Primeira Subchefia designou alguns grupos de trabalho para atuar na regulamentação da lei de criação do Quadro de Oficiais de Apoio (QOAp), na redefinição de procedimentos para contratação de militares para Prestação de Tarefa por Tempo Certo, na adoção de uma nova metodologia para realizar a distribuição dos Oficiais Superiores e no estudo para a redefinição dos efetivos a serem alocados nas OM do COMAER.

Como resultados desses grupos de trabalho, pode-se citar a emissão de nova regulamentação interna, que aperfeiçoa o processo de contratação de militares da reserva para prestação de tarefa por tempo certo, e limita o quantitativo e a duração do período de designação. Com relação à distribuição de Oficiais Superiores, foi desenvolvida uma nova metodologia e implementada uma ferramenta computacional para melhorar o aproveitamento da capacitação e do número de oficiais disponíveis. Sobre o QOAp, os estudos estão em fase final de definição das especialidades e quantitativos, de forma a proporcionar um fluxo de carreira adequado.

Um dimensionamento mais acurado da força de trabalho do COMAER, que considere o planejamento estratégico da Aeronáutica, exige o levantamento de informações, que serão obtidas com a atuação do Grupo de Trabalho (GT) já designado no ano de 2013. Contudo, as ações a serem desenvolvidas por esse GT precisam, ainda, ser organizadas por intermédio do projeto estabelecido no Plano Setorial de 2014. O resultado desse projeto possibilitará definir a demanda de pessoal nas Organizações do COMAER.

Por fim, cabe ressaltar que o referido macroprocesso considera a necessidade de vários anos para a execução do planejado, variando essa necessidade de acordo com a especialidade profissional e em função do cumprimento de requisitos legais para o processo de seleção dos candidatos ao serviço público/militar.

MPF2 – PLANEJAMENTO DE CARREIRA MILITAR

O segundo macroprocesso finalístico do COMGEP diz respeito ao planejamento de carreira militar. Neste processo, é definida a modelagem das carreiras dos militares de acordo com as necessidades do COMAER, com as quantidades de militares por posto e por graduação, tempos de serviço e interstícios correspondentes.

O macroprocesso foi conduzido pela Subchefia de Recursos Humanos, por meio da Divisão de Planejamento. A Comissão de Promoções de Oficiais (CPO) também atuou nos processos de planejamento de carreiras de oficiais com assessoramento a respeito de quantidades de oficiais em condições favoráveis para a promoção. Para o efetivo planejamento dessas carreiras,

foram elaboradas propostas de atualizações no Decreto de Distribuição de Oficiais, na Portaria de Fixação de Interstícios e nas Instruções Reguladoras de Quadros.

O COMGEP tem trabalhado no sentido de considerar cada vez mais nos planejamentos de dimensionamento do efetivo da Instituição, a força de trabalho temporária. A mão-de-obra temporária reduz a necessidade de formação de pessoal, tendo em visto que é captada com a experiência profissional requerida. Em termos futuros, desonera o sistema de saúde e de previdência, reduzindo, em consequência, os custos com pessoal. Reduz também a necessidade de planejamento de fluxo de carreira, facilitando o planejamento e o fluxo de promoções do efetivo permanente. Ao mesmo tempo, aumenta a reserva mobilizável do país.

Em relação a isso, o efetivo do Quadro de Oficiais Convocados foi ampliado, com o intuito de reduzir a mão-de-obra dos quadros permanentes. Além disso, foi criado o Quadro de Sargentos Temporários – QSCON, para desonerar também a formação e a necessidade de pessoal de nível técnico dos quadros de carreira.

MPF3 – GESTÃO DE PESSOAL CIVIL

O terceiro macroprocesso está relacionado com a gestão de todo o pessoal civil do COMAER. Neste macroprocesso, é realizado o planejamento da utilização da força de trabalho civil no COMAER, bem como a solicitação para a criação de novos cargos, o provimento de cargos vagos existentes por meio de concurso público e contratações temporárias, cujas autorizações são de competência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Além disso, o macroprocesso também engloba o controle gerencial do pessoal civil, com a realização de apurações sistêmicas dos dados cadastrais e funcionais, de acompanhamento do subsistema integrado de atenção à saúde do servidor, do processo de avaliação de produtividade, da execução de Processos Administrativos Disciplinares (PAD) e das concessões de aposentadorias e pensões de servidores civis. Este macroprocesso é executado pela Divisão de Pessoal Civil do COMGEP, com atuação sistêmica dos elos pertencentes às diversas organizações do COMAER.

No ano de 2014, esse macroprocesso foi conduzido mediante diversas ações, destacadas a seguir. Buscando a recuperação da força de trabalho civil do COMAER, o COMGEP encaminhou as seguintes propostas:

CONCURSO PÚBLICO

a) autorização de Concurso Público para 230 cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE (Área de Saúde), por meio do Ofício nº 20/DPC/1743, de 14 de março de 2014.

b) autorização de Concurso Público para 789 cargos da Carreira de Tecnologia Militar – CTM, para atender as demandas do COMAER (COMGAR, COMGAP, DECEA, LAQFA), por meio do Ofício nº 25/DPC/2094, de 20 de março de 2014.

c) autorização de Concurso Público para 366 cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE (Área Administrativa), por meio do Ofício nº 26/DPC/2100, de 20 de março de 2014.

d) autorização de Concurso Público para 46 cargos de Técnico de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – DACTA 130, por meio do Ofício nº 41/DPC/3545, de 9 de maio de 2014.

e) autorização de Concurso Público para 151 cargos da Carreira de Magistério Federal, para instituições de ensino da Aeronáutica, por meio do Ofício nº 71/DPC/5772, de 24 de julho de 2014.

PROVIMENTO ADICIONAL DE 50%

a) autorização de provimento adicional de 120 cargos previstos no concurso público para a Carreira de Ciência e Tecnologia, de acordo com o Decreto nº 6.944, de 2009, para o DCTA e OM subordinadas, por meio do Ofício nº 32/DPC/2601, de 9 de abril de 2014.

b) autorização de provimento adicional de seis cargos previstos no concurso público para a Carreira de Magistério Superior, para o ITA, de acordo com o Decreto nº 6.944, de 2009, por meio do 2º Despacho nº 103/DPC/4795, de 13 de junho de 2014.

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

a) autorização de Contratação Temporária de 380 profissionais, a fim de atender projetos e obras de desenvolvimento de infraestrutura aeroportuária nas regiões Norte e Nordeste, para a COMARA, com fulcro na Lei nº 8.745, de 1993, por meio do 3º Despacho nº 55/DPC/2057, de 18 de março de 2014.

b) autorização de Contratação Temporária de 34 profissionais a fim de atender necessidade temporária de excepcional interesse público, para o IFI, nos termos da Lei nº 8.745, de 1993, por meio do 2º Despacho nº 104/DPC/4999, de 25 de junho de 2014.

CRIAÇÃO DE CARGOS

a) criação de 87 cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS na Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, por meio do Ofício nº 38/DPC/3155, de 30 de abril de 2014.

OUTROS

a) proposta de Alteração dos artigos 2º e 6ºA, da Lei nº 9.657/1998, que dispõe sobre a Carreira de Tecnologia Militar no âmbito das Forças Armadas - Recomposição do quantitativo de cargos a serem criados, conforme Projeto de Lei original (420 cargos de Engenheiro de Tecnologia Militar; 260 cargos de Analista de Tecnologia Militar e 2.933 cargos de Técnico de Tecnologia Militar), e proposta de alteração do Anexo XXIV da Lei nº 11.355/2006, por meio do Ofício nº 47/DPC/3210, de 10 de maio de 2013.

b) proposta de alteração dos artigos 6º e 8º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) – Instituição da Retribuição por Titulação – RT, a ser concedida aos titulares de cargos de nível superior, e da Gratificação de Qualificação – GQ, a ser concedida aos titulares de cargos de nível intermediário, por meio do 1º Despacho nº 138/DPC/6359, de 14 de agosto de 2014.

Com relação às propostas atendidas, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizou as seguintes propostas, no âmbito do COMAER:

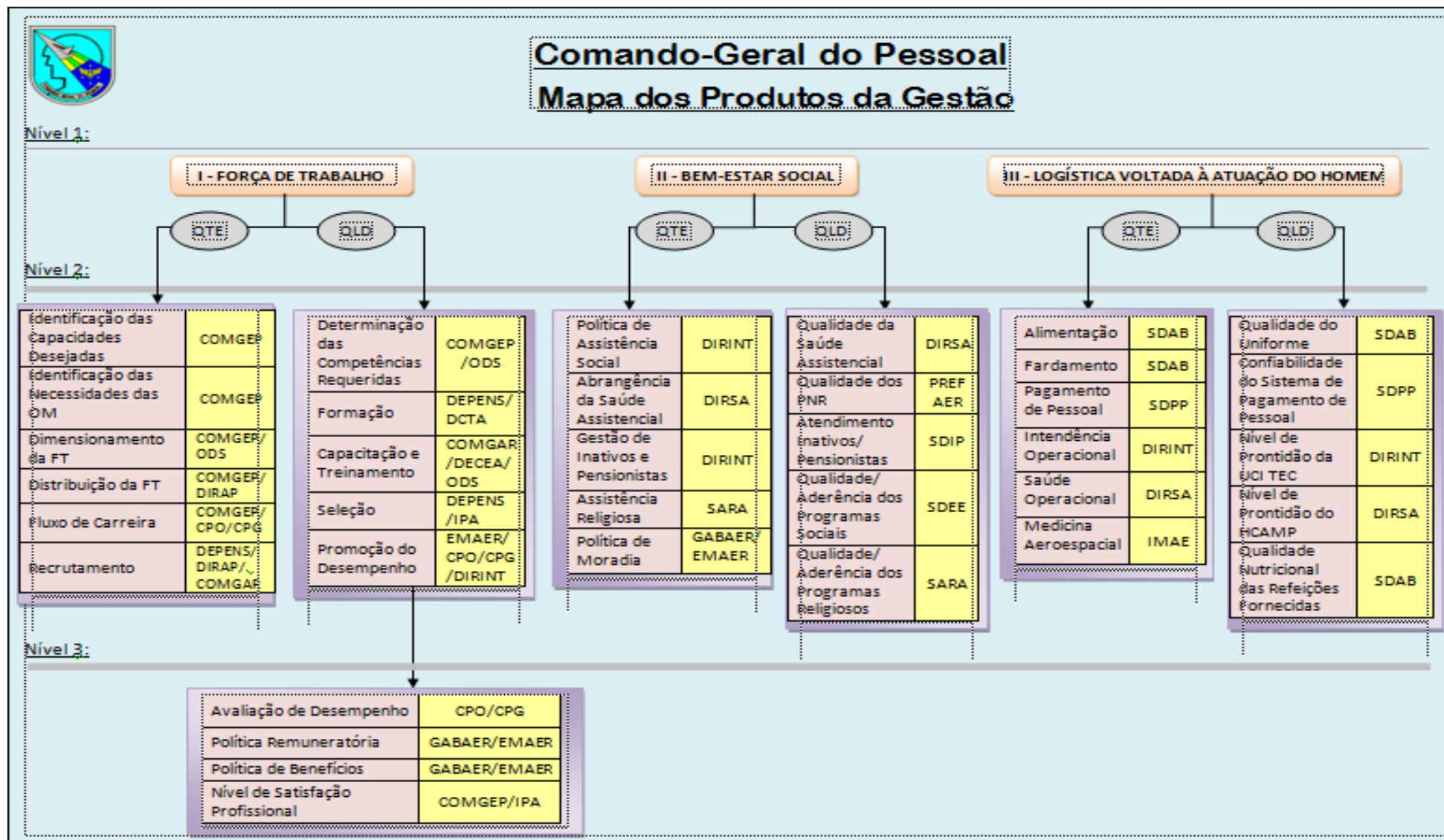
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

a) autorizado, para o período de 12 (doze) meses, os quantitativos máximos de 368 (trezentos e sessenta e oito) profissionais por tempo determinado, pela Portaria Interministerial nº 265, de 23 de julho de 2013, para COMARA.

TABELA 1: MACROPROCESSOS X OS SETORES RESPONSÁVEIS

	MPF1	MPF2	MPF3
DPL	X	X	
DPM	X		
DPC			X
DLE		X	
DTI	X	X	
DCP	X		
DIRAP	X	X	X
CENDOC	X	X	X
IPA	X		

FIGURA 2: MAPA DOS PRODUTOS DA GESTÃO



CRIAÇÃO DE CARGOS

a) criação de 100 (cem) cargos efetivos de Controlador de Tráfego Aéreo, integrantes do Grupo-Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, Código DACTA-1303, pela Lei nº 12.807, de 8 de maio de 2013.

NOMEAÇÕES

a) autorização do provimento de 13 (treze) cargos de Professor da Carreira de Magistério Superior, do concurso público autorizado pela Portaria MP nº 358, de 15 de agosto de 2012, para o ITA, por meio da Portaria MP nº 11, de 14 de janeiro de 2014;

b) autorização do provimento de 241 (duzentos e quarenta e um) cargos das Carreiras de Pesquisa, de Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, do concurso público autorizado pela Portaria MP nº 359, de 15 de agosto de 2012, publicado no DOU de 16/08/2012, por meio da Portaria MP nº 24, de 21 de janeiro de 2014;

c) autorização do provimento de 44 (quarenta e quatro) cargos da primeira turma do curso de formação de Controlador de Tráfego Aéreo do Grupo de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – DACTA, do concurso público autorizado pela Portaria MP nº 254, de 18 de junho de 2012, publicado no DOU de 19/06/2012, por meio da Portaria MP nº 120, de 16 de abril de 2014; e

d) autorização do provimento de 44 (quarenta e quatro) cargos da segunda turma do curso de formação de Controlador de Tráfego Aéreo do Grupo de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – DACTA, do concurso público autorizado pela Portaria MP nº 254, de 18 de junho de 2012, publicado no DOU de 19/06/2012, por meio da Portaria MP nº 303, de 5 de setembro de 2014.

As atividades inerentes gestão do Sistema de Saúde da Aeronáutica são realizadas pela Diretoria de Saúde, que presta suporte de saúde assistencial, operacional e aeroespacial. Dessa forma, os macroprocessos, englobando todos os processos relativos a essa atividade, estão registradas no Relatório de Gestão Individual da DIRSA.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Conforme relatado anteriormente, e de acordo com o quadro abaixo, o COMGEP conta com alguns parceiros internos e externos para a realização de seus macroprocessos finalísticos. São eles: o DEPENS, o COMGAR e o DCTA, no caso do macroprocesso de Provisão de Força de Trabalho Militar (MPF1); a CPO, em relação ao macroprocesso Planejamento de Carreira Militar (MPF2) e, por fim, o DECEA, como parceiro interno, e o MPOG, que representa o parceiro externo do macroprocesso de Gestão do Pessoal Civil (MPF3).

TABELA 3: PARCEIROS DO COMGEP

PARCEIROS		
MACROPROCESSO	INTERNOS	EXTERNOS
MPF1	DEPENS, COMGAR, DCTA	
MPF2	CPO	
MPF3	DECEA	MPOG

Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
PROVISÃO DE FORÇA DE TRABALHO MILITAR	Engloba todos os processos de determinação de necessidades de pessoal, captação, formação e distribuição do pessoal militar do COMAER.	Suprir a necessidade de pessoal	TODAS AS OM DO COMAER	DPL e EMGEP
PLANEJAMENTO DE CARREIRA MILITAR	Planejamento de carreira militar.	Dimensionamento do efetivo e fluxo de carreiras.	TODAS AS OM DO COMAER	DPL e DCP
GESTÃO DE PESSOAL CIVIL	Gestão de todo o pessoal civil do COMAER.	Fluxo de carreira, provimento de cargos	TODAS AS OM DO COMAER	DPC

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

O COMGEP está aperfeiçoando seus mecanismos de liderança, estratégia e controle com o objetivo de melhorar o desempenho da Organização e bem cumprir a sua missão, em alinhamento aos objetivos estratégicos do Comando da Aeronáutica.

Estes mecanismos de liderança, estratégia e controle constam do Plano Setorial do COMGEP (PCA 30-15/2014) e tem como finalidade estabelecer Diretrizes, Orientações e Atividades Setoriais a serem desempenhadas pelo COMGEP e OM Subordinadas, a fim de que os Objetivos da Aeronáutica, os Objetivos Estratégicos e os Objetivos Setoriais, em relação ao COMGEP, possam ser alcançados em consonância com o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica – PEMAER (PCA 11-47).

No sentido de aperfeiçoar a Governança, várias medidas foram tomadas, como consta dos parágrafos abaixo:

Ao longo do ano de 2014, o Comandante-Geral reformulou a Assessoria de Gestão do COMGEP atribuindo novas funções ao setor, em um esforço para melhorar a atuação de governança do Comando-Geral. O setor recebeu a incumbência de priorizar o estudo para efetuar o dimensionamento do efetivo do COMAER. Sendo assim, o setor deu início ao mapeamento dos processos do sistema de pessoal do Comando da Aeronáutica, com o intuito de chegar a real necessidade de pessoal da Força Aérea. O mapeamento dos processos também será importante para o mapeamento geral dos riscos nas diversas atividades do COMGEP.

Somadas as medidas acima, outras iniciativas para estruturar a governança no COMGEP foram tomadas, tais como: atuação mais incisiva junto às OM subordinadas com o objetivo de racionalizar as aquisições de equipamentos, a contratação de obras e reformas. Com isso, uma nova OM (GAPS) foi criada com o objetivo de racionalizar e concentrar as compras hospitalares e fornecer apoio à Administração Hospitalar. Por último, foi realizada a centralização dos recursos orçamentários na própria UJ, com o objetivo de melhorar a execução e o acompanhamento do orçamento.

Em relação à área de Tecnologia da Informação, o COMGEP, por meio da Divisão de Tecnologia da Informação, ampliou o planejamento e a atuação juntos às OM subordinadas.

Encontra-se em fase de concepção um escritório de projetos de Tecnologia da Informação que será responsável pela coordenação dos projetos estratégicos e setoriais de TI.

Além disso, tem realizado trabalhos que visam o alinhamento estratégico próprio e das OM subordinadas por meio dos Planos Diretores de Tecnologia da Informação.

Espera-se que, com um nível maior de estruturação, amplie-se o monitoramento das ações e das metas propostas, aprimorando, gradativamente, a atividade de governança da Organização.

2.2. Sistema de Correição

a) PESSOAL CIVIL

O Sistema de Correição dos servidores civis do Comando da Aeronáutica encontra-se regulamentado através da ICA 110-2 “Organização e Funcionamento do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares de Servidores Civis e da NSCA 40-1 “Controle dos Processos Administrativos Disciplinares e das Sindicâncias Punitivas no âmbito do Comando da Aeronáutica”.

A ICA 110-2 tem a finalidade de disciplinar, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER), a organização e o funcionamento do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares de Servidores Civis, tendo em vista o disposto na Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria Geral da União.

O objetivo da NSCA 40-1 é orientar os Órgãos envolvidos em relação aos procedimentos a serem realizados para a instauração dos Processos Administrativos Disciplinares, dos Ritos Sumários, das Sindicâncias de servidores temporários e das Sindicâncias Punitivas, assim como ao trâmite processual necessário à instauração, ao desenvolvimento e ao encerramento desses processos.

A partir da reedição da NSCA 40-1, em 06 de setembro de 2012, o Comando-Geral do Pessoal passou a ter como atribuição o controle efetivo dos Processos Administrativos Disciplinares, dos Ritos Sumários, das Sindicâncias de servidores temporários e das Sindicâncias Punitivas, bem como o registro de informações no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) no âmbito do Comando da Aeronáutica.

TABELA 3: DESCRIÇÃO DOS PAD INSTAURADOS NO ÂMBITO DO COMAER

PAD Nº	AUTORIDADE INSTAURADORA	DATA DA INSTAURAÇÃO	LOCAL DO FATO	FATO SOB APURAÇÃO	SITUAÇÃO DO PROCESSO	PUNIÇÃO
67113.008854/2014-41	Diretor do Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa PAMA-LS	05/11/2014	PAMA-LS	Pagamentos Indevidos a servidoras e não atualização de dados cadastrais no Sistema SIAPE	Instauração	xxxx
67441.006390/2014-17	Diretor do Hospital da Força Aérea do Galeão – HFAG	14/07/2014	HFAG	Acúmulo indevido de cargos	Encaminhado para Julgamento	xxxx
67510.001913/2014-78	Comandante da Academia da Força Aérea – AFA	04/02/2014	AFA	Apurar as faltas ao trabalho	Processo Julgado	Suspensão – 20 dias
67510.015316/2014-21	Comandante da Academia da Força Aérea – AFA	15/08/2014	AFA	Falta e atraso ao expediente	Instauração	xxxx
67510.018369/2014-01	Comandante da Academia da Força Aérea – AFA	16/09/2014	AFA	Faltas ao expediente	Instauração	xxxx
67600.023761/2013-74	Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA	18/11/2013	DECEA	Averiguar a possibilidade do servidor em questão ter tomado posse irregularmente como portador de necessidade especiais – PNE, havendo indícios de improbidade administrativa	Processo Julgado	Arquivado
67710.004605/2014-48	Diretor do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA	13/08/2014	CLA	Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, deixar de cumprir ordens superiores, e deixar de ser leal às instituições a que servir	Processo Julgado	Arquivado

CONTINUAÇÃO da TABELA 3: DESCRIÇÃO DOS PAD INSTAURADOS NO ÂMBITO DO COMAER

67710.004620/2014-96	Diretor do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA	13/08/2014	CLA	Deixar de cumprir ordens superiores, deixar de ser leal às instituições a que servir, deixar de observar as normas legais e regulamentares, deixar de atender com presteza e deixar de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo	Processo Julgado	Arquivado
67710.004791/2014-15	Diretor do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA	29/08/2014	CLA	Insubordinação em serviço.	Processo Julgado	Arquivado
67710.004829/2014-50	Diretor do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA	28/08/2014	CLA	Ofensa física em serviço.	Instauração	xxxx
67720.000356/2014-01	Chefe do Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos – GIA-SJ	22/01/2014	GIA-SJ	Possível abandono de cargo	Processo Julgado	Arquivado
67114.004581/2012-94	Diretor do Parque de Material Aeronáutico de Recife – PAMA-RF	11/09/2012	PAMA-RF	Inércia administrativa para correção de aposentadorias.	Processo Julgado	Advertência
67441.001216/2010-54	Diretor do Hospital da Força Aérea do Galeão – HFAG	25/03/2010	HFAG	Acúmulo indevido de cargos	Processo Julgado	Demissão de Cargo Efetivo
67540.005159/2012-26	Comandante da Escola de Especialistas de Aeronáutica – EEAR	11/04/2012	EEAR	Possível abandono de cargo	Processo Julgado	Demissão de Cargo Efetivo

CONTINUAÇÃO da TABELA 3: DESCRIÇÃO DOS PAD INSTAURADOS NO ÂMBITO DO COMAER

67710.005587/2013-31	Diretor do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA	13/08/2013	CLA	Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, deixar de cumprir ordens superiores.	Processo Julgado	Arquivado
67760.001305/2010-98	Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço – IAE	18/05/2010	IAE	Desaparecimento de um notebook modelo Dell Vostro 1520	Processo Julgado	Arquivado
67760.004505/2010-01	Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço – IAE	29/12/2010	IAE	Falta de urbanidade	Processo Julgado	Arquivado

Fonte: DPC/COMGEP

TABELA 4: DESCRIÇÃO DAS SINDICÂNCIAS INSTAURADAS NO ÂMBITO DO COMAER

SINDICÂNCIA Nº	AUTORIDADE INSTAURADORA	DATA DA INSTAURAÇÃO	LOCAL DO FATO	FATO SOB APURAÇÃO	SITUAÇÃO DO PROCESSO	PUNIÇÃO
67222.004920/2014-77	Comandante da Base Aérea de Natal (BANT)	26/02/2014	BANT	A servidora não desempenhou a sua função, causando problemas no setor do centro cirúrgico, onde seriam realizadas três cirurgias no dia posterior, além de faltar ao serviço, sem autorização da chefia. A servidora foi advertida verbalmente.	Processo Julgado	Advertência
67222.020574/2014-74	Comandante da Base Aérea de Natal (BANT)	21/07/2014	BANT	O servidor não desempenhou a sua função e faltou com urbanidade a um militar	Instauração	xxxx

CONTINUAÇÃO DA TABELA 4: DESCRIÇÃO DAS SINDICÂNCIAS INSTAURADAS NO ÂMBITO DO COMAER

67437.007478/2013-34	Diretor Interino do Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF)	21/01/2014	HARF	Apurar possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do julgamento do PAD nº 67437.000266/2011-64	Anulado por Decisão Administrativa	Xxxx
67437.007481/2013-58	Diretor do Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF)	21/01/2014	HARF	Apurar possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do julgamento do PAD nº 67437.000178/2011-62	Anulado por Decisão Administrativa	xxxx
67437.007482/2013-01	Diretor do Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF)	21/01/2014	HARF	Apurar possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do julgamento do PAD nº 67437.000424/2011-86	Anulado por Decisão Administrativa	xxxx
67437.007483/2013-47	Diretor do Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF)	21/01/2014	HARF	Apurar possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do julgamento do PAD nº 67437.006361/2013-33	Anulado por Decisão Administrativa	xxxx
67437.007485/2013-36	Diretor do Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF)	21/01/2014	HARF	Apurar possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do julgamento do PAD nº 67437.000179/2011-15	Anulado por Decisão Administrativa	xxxx
67437.007487/2013-25	Diretor do Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF)	21/01/2014	HARF	Apurar possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do julgamento do PAD nº 67437.000268/2011-53	Anulado por Decisão Administrativa	xxxx
67437.007488/2013-70	Diretor do Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF)	21/01/2014	HARF	Apurar possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do julgamento do PAD nº 67437.000236/2011-58	Anulado por Decisão Administrativa	xxxx
67437.007477/2013-90	Diretor do Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF)	16/09/2013	HARF	Apurar possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do julgamento do PAD nº 67437.006364/2013-77	Anulado por Decisão Administrativa	xxxx
67437.007484/2013-91	Diretor do Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF)	16/09/2013	HARF	Apurar possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do julgamento do PAD nº 67437.000270/2011-22	Anulado por Decisão Administrativa	xxxx

Fonte: DPC/COMGEP

CONTINUAÇÃO DA TABELA 4: DESCRIÇÃO DAS SINDICÂNCIAS INSTAURADAS NO ÂMBITO DO COMAER

67437.007486/2013-81	Diretor do Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF)	16/09/2013	HARF	Apurar possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do julgamento do PAD nº 67437.000429/2011-17	Anulado por Decisão Administrativa	xxxx
67441.011561/2013-49	Diretor do Hospital da Força Aérea do Galeão (HFAG)	16/12/2013	HFAG	A servidora faltou com urbanidade	Processo Julgado	Advertência
67441.005381/2014-17	Diretor do Hospital da Força Aérea do Galeão (HFAG)	11/06/2014	HFAG	Queixa de mau comportamento da servidora	Relatório Final	xxxx
67441.007377/2014-85	Diretor do Hospital da Força Aérea do Galeão (HFAG)	05/08/2014	HFAG	Desrespeito a Oficial da Aeronáutica	Instauração	xxxx
67703.003132/2014-51	Diretor do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI)	05/06/2014	CLBI	O servidor faltou ao serviço, além de faltar com urbanidade	Instauração	xxxx
67710.009159/2010-34	Diretor do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)	19/04/2011	CLA	Deixar de ser leal à que servir	Processo Julgado	Arquivado
67720.020395/2014-16	Chefe do Grupamento de Infra-Estrutura e Apoio de São José dos Campos	21/08/2014	GIA-SJ	Desrespeito a Oficial da Aeronáutica	Instauração	xxxx
67720.024416/2014-72	Chefe do Grupamento de Infra-Estrutura e Apoio de São José dos Campos	26/09/2014	GIA-SJ	Ausência ou impontualidade ao serviço	Processo Julgado	Arquivado

Fonte: DPC/COMGEP

TABELA 5: PROCESSOS DISCIPLINARES INSTAURADOS NO EXERCÍCIO DE 2014

Informação	Quantidade	Fases
PAD instaurados no âmbito do COMAER	17	04 – Instauração
		01 – Encaminhado para julgamento
		04 – Julgados
		08 – Arquivados
Sindicâncias Punitivas instauradas no âmbito do COMAER	19	04 – Instauração
		01 – Relatório Final
		10 – Anulados
		02 – Julgados
		02 – Arquivados

Fonte: DPC/COMGEP

b) PESSOAL MILITAR

Inicialmente, cumpre ressaltar que, no âmbito do COMAER, relativamente ao pessoal militar, não há propriamente um sistema de correção, a exemplo do que existe para o pessoal civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, que “Dispõe sobre o Sistema de Correção do Poder Executivo Federal, e dá outras providências”).

A atividade de “correção”, entendida como a manifestação do poder disciplinar da Administração, apurando e punindo as infrações disciplinares cometidas por militares, é normatizada e sistematizada por meio de normas infralegais, específicas para o COMAER.

Não podia ser diferente, tendo em vista que a hierarquia e a disciplina são as bases de sustentação das instituições militares, e que, sem o devido controle e a sanção das infrações disciplinares, não seria possível manter os citados pilares da vida castrense.

Especificamente quanto às normas aplicáveis a apuração de transgressões disciplinares, cometidas por militares da ativa, da reserva e reformados, exsurge a Portaria nº 782/GC3, de 10 de novembro de 2010, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975 – Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAer), norma essa recepcionada pela CF/88 com força de lei ordinária.

Relativamente aos dois grandes grupos de militares da Força, quais sejam, os Graduados e Oficiais, há, no COMAER, duas Comissões que se encarregam, respectivamente, de acompanhar a vida desses militares a saber: a Comissão de Promoções de Oficiais – CPO – e Comissão de Promoções de Graduados – CPG.

Nessas Comissões, encontram-se todos os registros de atividades e conceitos dos militares que visa acompanhar e escalonar cada um desses grupamentos relativamente ao merecimento relativo (relatividade ligada à turma, classe e especialidade de cada grupo).

Por outro lado, há, também, instruções normativas específicas para a realização de sindicâncias, autos de prisão em flagrante, inquéritos policiais militares, Conselhos de Disciplina e Conselhos de Justificação, complementares às respectivas legislações de regência, quais sejam:

a) IMA 111-1/1980 – Instruções Padronizadoras de Inquérito Policial Militar, que complementa o Código de Processo Penal Militar (Decreto Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969);

b) ICA 111-2/2006 – Dispõe sobre sindicância no âmbito do COMAER, que complementa o RDAer (Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975);

c) ICA 111-3/2005 – Dispõe sobre auto de prisão em flagrante delito no âmbito do COMAER, que complementa o Código de Processo Penal Militar (Decreto Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969);

d) ICA 111-4/2007 – Dispõe sobre Conselho de Disciplina no âmbito do COMAER,

que complementa o Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972; e

e) ICA 111-5/2009 – Dispõe sobre Conselho de Justificação no âmbito do COMAER, que complementa a Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972.

As punições disciplinares, no âmbito do COMAER, estão previstas no Título III do RDAER e a competência para aplicar, agravar, atenuar, relevar, cancelar e anular tais penalidades administrativas está prevista no Título V do mesmo diploma legal.

No âmbito de cada Organização Militar (OM) do COMAER, existe a chamada Seção de Investigação e Justiça (SIJ), a qual compete exercer o controle dos processos administrativos disciplinares e criminais relativos à respectiva OM.

No COMGEP, a SIJ é composta por um oficial (atualmente, um Tenente temporário do Quadro de Serviços Jurídicos – QCOA SJU, concursado para cargo privativo de Bacharel em Direito) e uma graduada, funcionando nas dependências da Assessoria Jurídica do COMGEP, a qual conta com outros profissionais com formação e experiência na atividade jurídica inerente ao COMAER.

Além das atribuições típicas da SIJ, relacionadas à apuração de transgressões disciplinares praticadas por militares pertencentes ao efetivo do COMGEP, este Comando-Geral realiza, por meio de sua Assessoria Jurídica, a análise jurídica de todos os processos de Conselho de Disciplina e Conselho de Justificação, instaurados no Comando da Aeronáutica, nos quais tenha sido interposto recurso administrativo, para o Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica, da decisão do respectivo Conselho.

Tal competência, qual seja, a de analisar os aspectos legais dos procedimentos oriundos dos Conselhos de Disciplina, originariamente atribuída ao Gabinete do Comandante da Aeronáutica, com o suporte de sua Consultoria Jurídica-Adjunta, foi delegada ao COMGEP por meio da Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) nº 111-4/2007.

No ano de 2014, foram registrados os seguintes processos disciplinares / inquéritos policiais militares:

TABELA 6: Processos Disciplinares no âmbito do COMGEP.

PROCESSOS DISCIPLINARES	QUANT.	CONCLUÍDO	APLICADA PUNIÇÃO DISCIPLINAR
Inquérito Policial Militar — IPM	1	Sim	Não aplicável
Sindicância	2	Sim	Não aplicável
Conselho de Justificação — CJ	0	-	-
Conselho de Disciplina — CD	6	Sim	Excluídos a bem da disciplina
Apuração de Transgressão Disciplinar	3	Sim	3

Fonte: Assessoria jurídica/COMGEP

Cumprido, por fim, salientar que nos processos de Conselho de Disciplina (CD) tramitados pelo COMGEP, em razão de recurso interposto pelo acusado da decisão do respectivo Conselho, não compete ao Exmo. Sr. Comandante do COMGEP manifestar-se quanto ao mérito da decisão, mas apenas analisar as questões formais e se houve o atendimento aos preceitos constitucionais aplicáveis aos processos disciplinares.

2.3. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	

CONTINUAÇÃO DO Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da Unidade Jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	

CONTINUAÇÃO DO Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Análise crítica e comentários relevantes:</p> <p>Por ocasião do preenchimento do quadro, o Grupo de Trabalho responsável pelo Rel Gestão procurou sintetizar o atual estágio dos controles na UJ, tendo ciência da necessidade de aprofundamento do processo de aprimoramento dos controles internos, ao longo do exercício de 2015.</p> <p>Em relação a avaliação de riscos, no segundo semestre de 2014, o Comandante-Geral designou um grupo de trabalho para efetuar o mapeamento de todos os processos do COMGEP. A resultante do trabalho facilitará o levantamento dos riscos envolvidos nos processos internos e irá melhorar a percepção daqueles riscos que possam vir a impactar os objetivos do Comando-Geral. O processo ainda está em andamento, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2015.</p> <p>Além disso, existem normas e rotinas específicas para a guarda de bens em estoque, inventários e etc. Na UJ, também é praxe determinar a abertura de Sindicância e outros procedimentos de apuração no caso de desvios ou fraude, além dos procedimentos de ressarcimentos ao Erário, conforme consta nos dispositivos legais internos.</p> <p>Paralelamente, o COMGEP está trabalhando em um documento sobre a política de riscos que irá adotar. Para tal, a Divisão de Capacitação já recebeu a proposta de capacitação de alguns Oficiais para atuar na área de prevenção de riscos.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: COMGEP

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

O Sistema de Comunicação da Aeronáutica sob a responsabilidade do Centro de Comunicação da Aeronáutica engloba todas as Unidades do Comando da Aeronáutica, o mesmo Centro fará constar as informações pertinentes no Relatório de Gestão do Estado-Maior da Aeronáutica, logo os itens 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5 da DN nº 134 do TCU não fazem parte da natureza jurídica dessa UJ.

3.1. Medidas Relativas à Acessibilidade

Em relação às medidas de acessibilidade, o Comando-Geral do Pessoal e os seus órgãos componentes, em sintonia com a legislação, proporcionam diversas condições de acesso às suas dependências aos portadores de necessidades especiais, tais como rampas, pessoal disponível para orientação e apoio, portas de acesso amplas, entre outras. Além disso, em Unidades que não estão situadas em andar térreo, há elevadores para acesso aos andares mais elevados. Nos parágrafos abaixo, estabelecemos um resumo das medidas de acessibilidade nos órgãos subordinados:

Em 2014, o Depósito Central de Intendência (DCI), órgão subordinado à DIRINT, em cumprimento ao Aviso Interno nº 01/GC4/10, de 30 de junho de 2008, providenciou a adequação do Salão Nobre e da Seção de Assistência aos Inativos e Pensionistas (SAIP-34), instalando rampas de acesso, com vistas a receber na OM, a visita de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Vale ressaltar que um dos sanitários do Salão Nobre é adaptado com equipamentos e acessórios que permitem sua utilização por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Na Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica, PIPAR, situada no RJ, outro órgão subordinado à DIRINT, destacam-se as seguintes realizações, no exercício de 2014, referentes ao assunto em comento:

a) ampliação do serviço de autoatendimento na INTRAER e na INTERNET, disponibilizando um número maior de formulários, respostas a dúvidas frequentes, auto-preenchimento de formulários referentes a diversos assuntos e o acesso por *e-mail* à situação dos processos em andamento;

b) reforma do piso (incluindo a confecção de rampa de acesso e corrimão para cadeirantes na porta de acesso principal) e dos banheiros da Seção de Atendimento ao vinculado. Esses passaram a contar com avisos pictográficos de facilidade de utilização por portadores de deficiências, espaço mais amplo para locomoção e com barras fixadas à parede para garantir um melhor apoio aos portadores de necessidade.

c) confecção da 1º carta de serviços ao inativo vinculado, consoante ao previsto no Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009 e na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação.

Por último, cabe registrar que a Subdiretoria de Abastecimento da Diretoria de Intendência, situada em São Paulo, em sintonia com a legislação vigente, efetuou, durante o ano de 2014, diversas adaptações no Laboratório de Análises Clínicas, por ocasião de recente reforma, com o objetivo de manter os caminhos livres de barreiras físicas e de obstáculos ao acesso de pessoas com necessidades especiais.

4. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Os subtópicos 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3.3 da DN nº 134 do TCU, não se aplicam à natureza jurídica da UJ. A informação do subtópico 5.5. da DN nº 134 do TCU constará do Relatório de Gestão do EMAER, também não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4.1. Planejamento da Unidade

As ações programadas pelo COMGEP, para consecução do seu planejamento estratégico, constam no seu Plano Setorial (PCA 30-15) de 2014 e abrangem, inicialmente, o período de um ano. Tais ações alinham-se com o planejamento estratégico do COMAER cujo período de abrangência estende-se até o ano de 2031.

Os objetivos considerados estratégicos para o COMGEP visam eliminar suas limitações para cumprir as atribuições definidas pelo PEMAER e buscar patamares mais elevados na gestão de recursos humanos da Instituição, que é sua competência institucional.

O planejamento setorial do COMGEP requer, inicialmente, além daqueles recursos alocados para a manutenção da vida vegetativa da Organização (Ação 2000) e para a instrução e adestramento do seu efetivo (Ação 2916), outros recursos financeiros. Cabe ressaltar que os recursos da Ação 2916 atendem não somente o COMGEP, mas todo o efetivo do COMAER.

Os recursos orçamentários da Ação 2004, relativos à saúde do pessoal militar e civil do COMAER, embora estejam sob responsabilidade da Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA), estiveram sob comando da Divisão de Orçamento do COMGEP, durante o ano de 2014. Os recursos orçamentários relativos ao pagamento do pessoal militar e civil do Comando da Aeronáutica estão sob a gestão da Subdiretoria de Pagamento de Pessoal da Aeronáutica (SDPP).

O COMGEP tem buscado o desenvolvimento de ferramentas para mensuração de possíveis impactos decorrentes das ações de planejamento, que demonstrem claramente a eficiência e a eficácia na aplicação de recursos.

Os objetivos setoriais do COMGEP se coadunam, no nível setorial, com a projeção de cenários e com os objetivos estratégicos estabelecidos no PEMAER vigente. Assim sendo, os principais objetivos do PEMAER que deverão ter a contribuição do COMGEP são os seguintes:

- a) alcançar a excelência da capacidade operacional da FAB;
- b) otimizar a Gestão Organizacional do Comando da Aeronáutica; e
- c) aprimorar o apoio aos militares e civis do Comando da Aeronáutica.

Os demais objetivos do PEMAER também encontram a contribuição do COMGEP, pois os recursos humanos permeiam todas as atividades operacionais e de suporte do COMAER.

A partir de 2013, o COMGEP redefiniu seus objetivos setoriais, que também são denominados de projetos setoriais. Abaixo, encontram-se listados esses projetos, sendo que as metas descrevem as ações planejadas:

Projeto Setorial 1 – Ampliar o nível de informações gerenciais sobre os recursos humanos do COMAER.

Meta 01 – Reformular as atribuições do setor do COMGEP responsável pelas informações gerenciais sobre recursos humanos. Prazo: jun 2014

Meta 02 – Estabelecer o funcionamento do setor responsável pelas informações gerenciais de recursos humanos, por meio de publicação de Norma Padrão de Ação (NPA), com atribuições básicas e definição de responsabilidades específicas. Prazo: set 2014; e

Meta 03 – Implementar o funcionamento do setor responsável pelas informações gerenciais de recursos humanos, com as novas atribuições, responsabilidades e procedimentos definidos em documentação específica. Prazo: Nov 2014

Projeto Setorial 2 – Elevar o nível de capacitação em gestão de RH.

Meta 01 – Estabelecer uma sistemática que promova a capacitação em conhecimentos necessários às modernas práticas de gestão de pessoas e que permitam alcançar o nível de excelência da Gestão de Recursos Humanos do COMAER. Prazo: jun 2014; e

Meta 02 – Implementar a sistemática desenvolvida para a capacitação em conhecimentos necessários às modernas práticas de gestão de pessoas e que permitam alcançar o nível de excelência da Gestão de Recursos Humanos do COMAER. Prazo: jun 2014.

Projeto Setorial 3 – Ampliar o nível de conhecimento sobre a necessidade de qualificação dos recursos humanos do COMAER.

Meta 01 – Analisar a situação atual de cada área específica com a finalidade de conhecer as necessidades de formação e de treinamento dos militares do COMAER e elaborar um calendário de reuniões com os representantes dos Órgãos de Direção Setorial; e

Meta 02 – Propor, por intermédio da emissão de legislação específica, a criação do Perfil Profissiográfico do Militar do COMAER, com objetivo de orientar os elos do Sistema de Pessoal da Aeronáutica, responsáveis pelos diversos subsistemas de recursos humanos, na condução dos processos de recrutamento, seleção, formação e treinamento de militares do COMAER.

Projeto Setorial 4 – Ampliar o nível de conhecimento sobre as necessidades de recursos humanos do COMAER.

Meta 01 – Definir uma sistemática que proporcione a parametrização da dotação prevista de militares das organizações militares do COMAER, com a padronização de critérios aplicados em organizações com atividades semelhantes. Prazo: dez 2015; e

Meta 02 – Definir uma sistemática que proporcione a parametrização da dotação prevista de militares das organizações militares do COMAER, com a padronização de critérios aplicados em organizações com atividades díspares. Prazo: dez 2017.

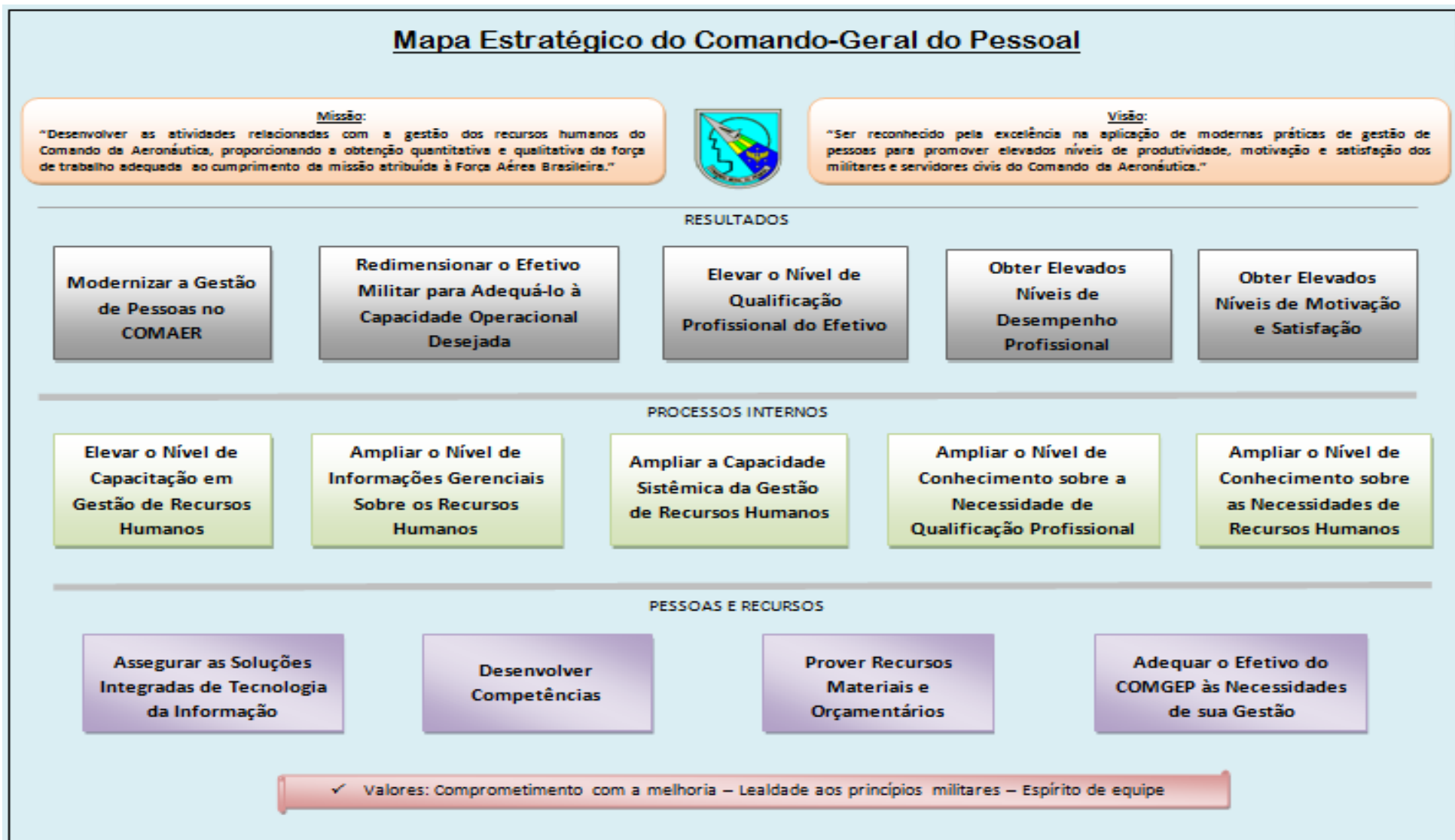
Projeto Setorial 5 – Ampliar a capacidade sistêmica da gestão de recursos humanos do COMAER.

Meta 01 – Propor um cronograma anual de reuniões, sob coordenação do EMAER, com representantes dos Órgãos de Direção, Setorial e Assistência Direta e Imediata ao Comandante (ODGSA), com o objetivo de discutir as dificuldades e sugerir a integração dos processos de recursos humanos, possibilitando a adoção de estratégias e diretrizes mais eficazes e abrangentes. Prazo: jul 2014; e

Meta 02 – Propor, por meio de legislação específica, uma sistemática que proporcione o intercâmbio de informações gerenciais de recursos humanos entre os ODGSA, com a finalidade de integrar a gestão de recursos humanos do COMAER, principalmente no que diz respeito a Recrutamento, Seleção, Formação, Treinamento e Avaliação de Desempenho. Prazo: Nov 2014

Os projetos setoriais também podem ser observados no campo “Processos Internos”, no Mapa Estratégico do COMGEP.

FIGURA 4: MAPA ESTRATÉGICO DO COMGEP



Fonte: Plano Setorial do COMGEP

A DIRAP, o CENDOC e o IPA não possuem programas orçamentários vinculados ao PPA do Governo Federal sob suas responsabilidades. Os planejamentos estratégicos dessas Organizações não requerem, inicialmente, recursos orçamentários além daqueles alocados para a manutenção da vida vegetativa da Organização (Ação 2000) e para a instrução e adestramento dos seus efetivos (Ação 2916).

O Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC), contribuindo com a missão do COMGEP, tem como atribuições a normatização e o controle das atividades de Arquivologia, Biblioteconomia, correspondência, imprensa e publicações no COMAER. Embora o CENDOC esteja subordinado ao COMGEP, esse centro atende à demanda de toda a Aeronáutica.

O CENDOC recebeu as seguintes atribuições e metas:

a) promover melhorias no processo de gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos do COMAER;

b) elevar o nível de qualidade dos serviços e do acesso aos acervos bibliográficos das Bibliotecas do COMAER;

c) melhorar a capacidade de controle e gestão do trâmite da correspondência e documentos oficiais do COMAER; e

d) ampliar o nível de gestão e controle das publicações oficiais do COMAER, propiciando a busca tempestiva das informações requeridas.

Pode-se dizer que a gestão de documentos vem, ao longo dos anos, tomando contornos mais importantes para as organizações. Neste sentido, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que trata do acesso às informações, por parte do cidadão, conforme previsto na Constituição Federal impõe a todo Órgão Público a obrigação de ressaltadas situações específicas, tornar acessível toda a sua documentação. Assim, a gestão documental do COMAER deve se adequar ao conjunto dessas novas regras.

Nesse contexto, a principal estratégia do CENDOC consiste no aprimoramento da gestão documental, por meio do desenvolvimento e implantação de sistemas informatizados que auxiliem as atividades do ciclo documental.

Porém, o planejamento poderia vir a sofrer alterações significativas, caso falem recursos humanos e financeiros para a implementação e suporte às atividades.

A Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP), contribuindo com a missão do COMGEP, tem como atribuições tratar dos assuntos relativos ao pessoal militar, ativo e inativo, ao pessoal civil, ao serviço militar, à mobilização de recursos humanos e ao registro, controle e identificação do pessoal do COMAER.

A DIRAP, do objetivo estratégico definido, “Otimizar a gestão organizacional do COMAER, recebeu as seguintes atribuições e metas:

a) modernizar o sistema de produção de documentos de Identificação de Pessoal na Aeronáutica;

b) aperfeiçoar os mecanismos de controle do pessoal da reserva não remunerada, visando facilitar uma possível mobilização do pessoal.

Os objetivos setoriais da DIRAP vão ao encontro dos anseios do COMAER, na busca por melhorar a capacidade de gerenciamento de informações pessoais. Para conseguir alcançar o primeiro objetivo setorial, a DIRAP desenvolveu um novo Sistema de Identificação da Aeronáutica, na plataforma do SIGPES, o que facilitará o atendimento ao usuário e proporcionará mais segurança e precisão nas informações dos dados.

Os principais riscos dessa estratégia é a qualidade e quantidade dos equipamentos e de operadores, sem os quais não se alcançará os objetivos, e a confiabilidade do banco de dados do SIGPES, que não pode ter falhas.

Os riscos podem ser mitigados caso haja um plano bem elaborado de manutenção e substituição dos equipamentos, além do repletamento e treinamento de novos operadores. Testes e checagens no banco de dados do SIGPES também ajudariam a mitigar os riscos e evitar informações dúbias e de pouca confiabilidade.

Em relação ao objetivo de Aperfeiçoar os mecanismos de controle do pessoal da reserva remunerada, conforme dispõe o Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM), o militar, ao ser incluído na Reserva de Primeira e de Segunda Classe da Aeronáutica, permanecerá na situação de disponibilidade por um prazo de 05 (cinco) anos. Durante esse período, deverá estar em condições de atender mais prontamente a uma convocação, pelo que ficará diretamente vinculado à Organização Militar onde prestou o Serviço Militar ou outra que lhe tiver sido indicada.

A principal estratégia da DIRAP consiste no aprimoramento de suas atividades por meio da priorização das ações referentes à Gestão de Processos e no desenvolvimento e implantação de novas ferramentas no sistema corporativo do SIGPES.

Os riscos inerentes às estratégias, no tocante à Gestão de Processos, são a quantidade de processos mapeados, mas que ainda necessitam ser analisados e as limitações organizacionais em obter pessoal especializado e totalmente disponíveis para essas tarefas, considerando a obrigação de continuarem a executar seus trabalhos rotineiros, acrescidos de ausências eventuais (férias, problemas de saúde, escalas de serviços, etc). A carência no aprimoramento do SIGPES também é risco à estratégia, pois dificulta a possibilidade de priorizar essas ações, impedindo estipular, a curto prazo, a conclusão das tarefas necessárias para alcançar os Objetivos Estratégicos da DIRAP.

O Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), contribuindo com a missão do COMGEP, tem como atribuições a avaliação de aptidão psicológica nos processos de seleção de candidatos para o ingresso na Instituição e o acompanhamento psicológico do público interno que constitui a força de trabalho do COMAER. O instituto é subordinado ao COMGEP, porém presta serviço a toda a Aeronáutica, por meio dos processos acima descritos.

O IPA recebeu, em 2014, as seguintes atribuições e metas:

- a) aprimorar o processo seletivo de aptidão psicológica do COMAER; e
- b) ampliar o número de projetos de interesse da Força, nos quais, sejam realizados o acompanhamento psicológico de militares;

Em relação aos objetivos estratégicos do IPA, no último ano, a instituição continuou buscando se reposicionar em relação à sua missão, através de seus objetivos estratégicos que visam relacionar a Psicologia à operacionalidade da Força Aérea. Para tornar essa mudança viável, foram estabelecidos novos programas e reavaliados programas antigos para adequá-los à nova realidade.

Na mesma linha de raciocínio, foram priorizados os esforços deste Instituto para a atenção aos programas de Exame de Aptidão Psicológica (EAP), de Atualização e Validação do EAP, de Aperfeiçoamento dos EAP, de Fomento à Pesquisa no Âmbito do COMAER, de Capacitação, de Gestão da Informação, de Segurança e Saúde Operacional e do Trabalho, de Padronização dos Processos Administrativos e a Implementação de Indicadores.

O Grupamento de Apoio da Saúde é uma OM criada em 2014, diretamente subordinada ao COMGEP, com a atribuição de prestar o apoio logístico e administrativo às Organizações de Saúde da Aeronáutica (OSA), na área do Rio de Janeiro.

O GAPS recebeu as seguintes atribuições e metas:

- a) garantir a continuidade de suprimento de materiais e serviços das Organizações de Saúde apoiadas;
- b) proporcionar as condições estruturais para a operação do GAPS;
- c) desenvolver competências profissionais nos integrantes do GAPS e promover a valorização e aprimoramento pessoal;
- d) alcançar excelência na Gestão das Aquisições de Material e Serviços para as Organizações de Saúde Apoiadas;
- e) induzir melhorias na Gestão das Organizações de Saúde apoiadas, fomentando a utilização de melhores práticas administrativas

A principal estratégia do GAPS é se tornar referência em apoio logístico às OSA, especializada na área da Saúde, garantida através do desenvolvimento de competências específicas do seu efetivo. Os objetivos do GAPS estão em sintonia com o Plano Setorial do COMGEP.

O primeiro objetivo setorial do GAPS, em relação aos objetivos estratégicos do COMGEP, é o de garantir a continuidade de suprimento de materiais e serviços das Organizações de Saúde apoiadas. O GAPS foi criado em 2014 com o objetivo de aumentar a eficiência logística e racionalizar as atividades administrativas e outras espalhadas nas diversas OSA do RJ, através da centralização dessas atividades em uma única unidade.

A OM foi mobiliada de uma forma a garantir que não haja solução de continuidade nas aquisições de materiais médico-hospitalares, serviços e outros insumos aos hospitais e outras organizações apoiadas.

Um segundo objetivo setorial do GAPS, em relação aos objetivos do COMGEP, diz respeito a propiciar condições estruturais para a operação do GAPS. Em relação a infraestrutura, a OM ainda não possui uma sede própria, funcionando, provisoriamente, em área física do Hospital de Força Aérea do Galeão.

Em relação às edificações, há um projeto em andamento para a construção e realocação da OM para uma sede própria em uma área equidistante, sem prejuízos logísticos. Embora não haja uma sede própria, a OM foi dotada de pessoal e de materiais e equipamentos mínimos necessários à prestação dos serviços.

Um terceiro objetivo setorial da OM, em relação aos objetivos do COMGEP, é o de desenvolver competências profissionais e valorizar o efetivo. Para tanto, a OM planejou a realização de diversos cursos de capacitação, pesquisas organizacionais e solicitou o recompletamento dos quadros do efetivo, ao COMGEP, como forma de manter as condições mínimas de prestação de serviços.

O penúltimo objetivo setorial trata do alcance da excelência da gestão das aquisições de material e serviços para as OM apoiadas. Para tal, o GAPS efetuou um plano de aquisições, como uma diretiva a ser seguida, aprovado pelo COMGEP, procurou implantar o Sistema Integrado de Abastecimento (SIA) em sua sede e nas OM apoiadas para viabilizar as informações logísticas e iniciou um processo de padronização dos materiais, medicamentos e equipamentos da área da saúde, de forma a racionalizar as aquisições.

O quinto objetivo setorial trata da indução de melhorias na gestão das OSA apoiadas. Para o cumprimento desse objetivo foram disparadas diversas ações de levantamento dos recursos necessários às melhorias, um planejamento para a aquisição de novos mobiliários e para a incorporação de estoques, com o objetivo de racionalizar recursos e meios em cumprimento da missão.

Os riscos ao desenvolvimento dos objetivos setoriais do GAPS vão desde a falta de pessoal qualificado para absorver os processos oriundos de outras organizações à falta de pessoal qualificado para mobiliar a OM apoiadora, até problemas de falta de material e problemas na padronização dos insumos que devem ser adquiridos por influência da cultura organizacional.

Os principais RISCOS podem ser minimizados com um planejamento eficiente, que leve em consideração a complexidade das instituições de saúde, com o levantamento das necessidades e competências do efetivo, além dos tempos e movimentos necessários à aquisição dos insumos médico-hospitalares.

A Diretoria de Intendência da Aeronáutica é composta pela Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (SDPP), Subdiretoria de Abastecimento (SDAB), Subdiretoria de Encargos Especiais (SDEE) e a Subdiretoria de Inativos e Pensionistas (SDIP), a Pagadoria de Inativos e Pensionistas (PIPAR) e o Depósito Central de Intendência (DCI). Possui diversas atribuições, dentre as quais se destacam: aprimorar, técnico-profissionalmente, o pessoal militar e civil envolvido com as atividades de logística de Intendência; planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades logísticas de Intendência, em todos os níveis, no âmbito do COMAER e preparar,

operacionalmente, o pessoal militar, no âmbito da Intendência da Aeronáutica, visando o seu emprego em manobras e em operações de guerra.

Dentre os objetivos setoriais a cargo da DIRINT estão o aprimoramento dos níveis de eficiência e de eficácia dos processos finalísticos, isso dentro da Gestão Organizacional, o Apoio ao Homem, englobando o Sistema de Subsistência, as atividades de Assistência Social, do Sistema de Pagamento de Pessoal e as atividades do Sistema de Atendimento aos Inativos e Pensionistas e, também, as atividades do Sistema de Intendência Operacional.

A DIRINT é subordinada ao COMGEP, mas a prestação de serviço ao Comando da Aeronáutica é realizada por meio de suas Subdiretorias nas diversas áreas acima descritas.

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

Como consta na Introdução, o planejamento do COMGEP é regido pela Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica, normalizado por meio dos seguintes documentos: DCA 11-1/2009 – Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica; NSCA 11-2/2009 – Sistema de Gestão do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (SIGPEMAER); e MCA 11-1 – Elaboração de Plano Setorial e Programa de Trabalho.

O planejamento da Aeronáutica, em nível estratégico, é competência do EMAER e, neste nível, são realizadas as atividades relacionadas com os estudos, análises e avaliações, com a formulação da Política, da Doutrina e da Estratégia, com a definição das diretrizes gerais e com a elaboração da Missão da Aeronáutica, da Política Militar Aeronáutica (PMA), da Estratégia Militar da Aeronáutica (EmiAer) e do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER). (NSCA 11-2/2008, p. 9).

Devido à competência em nível estratégico ser do EMAER, a demonstração da vinculação do Plano Plurianual da Aeronáutica com o Plano Plurianual (PPA) do Executivo é responsabilidade desse órgão.

O COMGEP, na Sistemática de Planejamento Institucional, encontra-se no nível operacional que visa ao cumprimento dos objetivos e diretrizes estabelecidas no nível estratégico (EMAER), bem como ao cumprimento dos objetivos, projetos e atividades setoriais. Neste nível, sob a responsabilidade dos ODS, são realizadas as atividades relacionadas com a elaboração dos Planos Setoriais.

O nível tático, de responsabilidade das OM subordinadas aos Órgãos de Direção Setorial (ODS), é focado na confecção dos Programas de Trabalho e na execução das tarefas referentes aos Projetos e Atividades constantes do PEMAER, dos Planos Setoriais e dos Programas de Trabalho decorrentes.

Dentro da sistemática preconizada, os Objetivos Setoriais definidos pelo COMGEP estão relacionados aos Objetivos Estratégicos definidos pelo COMAER, assim como a missão deste Comando-Geral está alinhada à missão do COMAER.

Para atingir os objetivos setoriais preconizados, o COMGEP estabeleceu algumas metas relacionadas aos cinco projetos setoriais apresentados no item 4.1. Algumas delas ultrapassam o exercício de 2014.

A principal estratégia envolvida nesses projetos consiste no aprimoramento da gestão de recursos humanos, fundamentado no nível de capacitação dos gestores do COMGEP e na adoção de metodologias processuais, implementação de indicadores, modelos conceituais e visão sistêmica.

Ficou claro nas avaliações iniciais que, para o dimensionamento da força de trabalho do COMAER, é necessário partir-se de um modelo conceitual e assim restabelecer e formalizar os processos de dimensionamento. Para tal, o Comandante-Geral designou um Grupo de Trabalho (GT), cujo trabalho está previsto para ser finalizado no primeiro semestre de 2015, para mapear todos os processos do COMGEP, com a finalidade de se verificar a real necessidade de pessoal para executar as atividades previstas.

Outra atividade importante na gestão de RH diz respeito à elaboração do perfil profissiográfico do profissional da Força. Esse perfil define as necessidades de adequação da formação, capacitação, treinamento e, também, influencia o fluxo de carreira e os quantitativos de ingresso de efetivo ao longo do tempo. É necessário cumprir as diversas etapas do processo de preparação da normatização sobre o assunto. Há uma previsão da primeira norma para dezembro de 2015.

Em complemento as ações acima, o GT responsável pelo projeto de ampliação do nível de informações gerenciais sobre os RH do COMAER sugeriu a criação de uma nova seção interna para tratar os dados gerenciais e os disponibilizar, como forma de gerenciamento e planejamento, e elaborou um piloto de regulamento, prevendo o seu funcionamento e interoperabilidade. Porém, essas iniciativas esbarraram na falta de pessoal com qualificação específica para atuar na seção.

Para outras atividades, tais como a avaliação de desempenho e a qualificação de pessoal, o COMGEP está elaborando um novo conjunto de indicadores tradicionais de RH para aferir a situação atual. Isso se agrava com a constatação de que essas atividades são de atribuição de outros órgãos da estrutura do COMAER, como o DEPENS e a CPO. Portanto, fica clara a necessidade de uma maior integração das atividades entre os órgãos envolvidos, o que justifica o COMGEP ter uma visão sistêmica da gestão de RH do COMAER, bem como a necessidade de adoção de melhorias processuais, utilizando uma gestão orientada por processos.

No que diz respeito à capacitação dos efetivos, o GT, constituído para estabelecer uma sistemática de ação que promova a capacitação em conhecimentos necessários às modernas práticas de gestão, elaborou uma proposta de NPA onde constam os cursos e estágios necessários à capacitação de Oficiais e servidores Civis, e critérios de seleção e indicação.

Os principais riscos da estratégia, adotada nos projetos setoriais, que poderão comprometer o alcance das metas e objetivos definidos dizem respeito à necessidade de mudança cultural, no sentido de se aplicar uma visão sistêmica aos diversos processos da Organização, à falta de gestores com maior nível de capacitação em gestão de RH, à carência de pessoal para execução dos projetos estabelecidos e ao desenvolvimento de uma cultura voltada para a busca de resultados.

Tentou-se minimizar esses riscos por meio do próprio grupo de trabalho multidisciplinar criado para a elaboração do Relatório de Gestão da UJ. Nas reuniões semanais, foram discutidas as diversas dificuldades, anteriormente citadas, permitindo uma avaliação mais aprofundada dos riscos. Dessa forma, o grupo foi ganhando conhecimento e assimilando uma cultura inicial necessária ao desenvolvimento dos projetos.

Uma limitação organizacional da UJ diz respeito à quantidade de pessoal capacitado com dedicação exclusiva para executar e/ou desenvolver as ações relacionadas aos projetos setoriais do COMGEP. Esta limitação é consequência de uma Cultura Organizacional voltada para atender às atividades rotineiras, em detrimento das atividades estratégicas. Adicionalmente, pode-se citar uma limitação sistêmica decorrente do nível de integração dos elos da gestão de Recursos Humanos do COMAER, pulverizados pelas diversas organizações, ocasionando dificuldades na implementação das ações necessárias à consecução dos projetos setoriais.

EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES:

Ao se comentar a execução das ações inerentes a este tópico do Relatório, é importante salientar que, paralelamente ao desenvolvimento das metas e ações para 2014, que foram definidas no Plano Setorial, o COMGEP possui um Grupo de Trabalho, constituído permanentemente, para o estudo e atualização da estratégia, análise dos objetivos e metas, assim como avaliação dos possíveis resultados futuros.

Assim sendo, foi percebido que a estrutura concebida para os projetos setoriais não permitia a perenidade dos resultados almejados, porque esses projetos não introduziam mudanças nos processos finalísticos e de suporte, de maneira a garantir a continuidade dos resultados alcançados.

Pretende-se, dessa maneira, que os resultados dos projetos setoriais gerem mudanças nos processos da Organização. Para isso, existe a necessidade que os projetos tenham seus escopos bem definidos, com etapas e cronograma de tarefas.

Em função disso, buscou-se reestruturar os projetos setoriais, com a definição de novas ações, gerentes, etapas e cronograma de implantação dos projetos. Com isso, suspendeu-se o desenvolvimento das metas anteriormente estabelecidas para 2013. As alterações concebidas para os projetos foram registradas no Plano Setorial para 2014.

A evolução desses estudos e as conseqüentes alterações no planejamento da Organização buscam sistematizar e consolidar as ações necessárias para a concretização dos objetivos estratégicos do COMGEP, e setoriais em relação ao planejamento do COMAER.

Os impactos nos produtos da gestão do COMGEP, decorrentes da concretização dos projetos setoriais que estão sendo estabelecidos, só poderão ser observados à medida que esses projetos forem concluídos, o que é esperado entre os anos de 2015 e 2017, e comecem a gerar resultados positivos para a Organização. Entretanto, dadas as limitações organizacionais anteriormente relatadas, poderão advir dificuldades para a concretização do planejamento.

Durante o exercício de 2014, foram realizadas algumas reuniões com os Presidentes dos GT sobre o andamento dos projetos setoriais. Em conclusão, somente o PROJETO SETORIAL nº 2, que tratava de “Elevar o nível de capacitação em gestão de RH” foi concluído. Os outros quatro projetos setoriais foram prorrogados.

O PROJETO SETORIAL nº 4, que trata de “ Ampliar o nível de conhecimento sobre as necessidades de RH no COMAER” foi gradualmente transformado em um objetivo da Assessoria de Gestão do COMGEP, ou seja, por meio do mapeamento de todos os processos do Comando-Geral e, posteriormente, o mapeamento dos processos de outros órgãos, realizar o dimensionamento do efetivo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos na Aeronáutica. Espera-se que o mapeamento dos processos do Comando-Geral esteja concluído até o primeiro semestre de 2015.

Em relação ao PROJETO SETORIAL nº1, o GT decidiu pela criação de uma nova seção que será responsável pelo levantamento e tratamento de dados necessários para a criação dos indicadores de recursos humanos, utilizados para apoiar as decisões gerenciais da área de pessoal. Dessa forma, no referido projeto foi concluída a meta 01 e cumprida parcialmente a meta 02, pois a Norma Padrão de Ação (NPA) da nova seção ainda não foi publicada, devido a não definição da subordinação do novo setor.

O PROJETO SETORIAL nº 3, que trata de “ Ampliar o nível de conhecimento sobre a qualificação dos recursos humanos do COMAER” não obteve um desenvolvimento satisfatório em função de extensas agendas necessárias para alavancar o projeto. Porém, o GT responsável está envidando esforços para que as primeiras reuniões entre o COMGEP e o DEPENS sejam realizadas ainda no primeiro semestre de 2015.

A definição do perfil profissiográfico necessária ao desenvolvimento dos trabalhos no COMGEP e no COMAER é um processo complexo que envolve diversos entes: Ensino, avaliação e etc. O projeto ainda está em desenvolvimento e aguarda a reunião do Conselho dos Vice-Chefes, a qual ocorrerá no primeiro semestre de 2015, para que seja alinhada uma estratégia de abordagem conjunta na definição do perfil profissiográfico que se deseja no COMAER.

O último projeto setorial, o PROJETO nº 5, não obteve desenvolvimento suficiente, tendo em vista a dificuldade de se estabelecer uma agenda entre o DEPENS e o COMGEP. O projeto será retomado até o fim do primeiro semestre de 2015.

Vale ressaltar que todos os projetos setoriais que expiraram foram prorrogados por igual período, por meio de portarias específicas, para que não houvesse solução de continuidade no planejamento previsto.

Em relação ao trabalho desenvolvido nas OM subordinadas, em alinhamento aos objetivos do COMGEP, podemos relatar as seguintes realizações:

Na DIRAP, no que diz respeito a modernização da produção de documentos de identificação, estão sendo efetuados testes com coletores de digitais eletrônicos, Web Cam para fotos e Pad de assinatura, integrados ao Banco de Dados SIGPES, já em uso parcial na Subdivisão de Identificação. Objetiva-se implantar essas novas funcionalidades em todas as SIDOM do COMAER, o que representará economia de tempo, podendo-se aumentar os atendimentos em até 50%.

Além disso, em relação ao objetivo setorial dois, a DIRAP, objetivando aumentar os mecanismos de controle do pessoal da reserva não remunerada e visando a ampliar o índice de apresentação de reservistas na disponibilidade, desenvolveu um Sistema Informatizado que possibilita aos reservistas efetuarem sua apresentação anual, via INTERNET, denominado EXARNET, acessado a partir do seguinte endereçamento eletrônico: www.exarnet.aer.mil.br.

Neste sistema o reservista poderá atualizar seus dados cadastrais, atualizar suas atividades profissionais, consultar as apresentações realizadas nos anos anteriores, realizar a apresentação anual e imprimir o comprovante de cada uma das apresentações que já realizou no Sistema. Sendo possível o acesso ao sistema por meio da utilização de senha cadastrada no primeiro acesso, para isso o Reservista deverá preencher os seguintes campos: CPF, Data de nascimento e nome da mãe.

É importante sinalizar que o Sistema só permite ao reservista efetuar uma apresentação por ano, não sendo possível, efetuar a apresentação relativa ao ano anterior, bem como, não permite alterar a área de “Dados pessoais”, que existe apenas para consulta, com isso assegura manter a confiabilidade dos dados cadastrais, permitindo apenas ao Reservista as alterações nas áreas de “Contatos e Atividades profissionais que realiza, assim mantemos atualizados os dados necessários para mobilização caso necessário.

Considerando a importância do pleno funcionamento da EXARNET, bem como da quantidade de reservista que se apresentaram utilizando esta ferramenta, a DSM, faz um controle diário no sentido de observar se o site está disponível na INTERNET. Entretanto, ainda não existe no site EXARNET um acesso para que a DSM possa visualizar a quantidade de reservista que se apresentaram no site, essa contagem só pode ser verificada por solicitações através de aberturas do chamado no SAUTI.

Em relação aos trabalhos desenvolvidos pelo CENDOC, pode-se relatar o seguinte:

O CENDOC, durante o ano de 2014, manteve o fornecimento de requisitos arquivísticos para o desenvolvimento do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica (SIGADAER) objetivando o incremento e a melhoria do sistema, em consonância com a legislação arquivística. Além disso, participou ativamente das reuniões realizadas, junto à DIRAP e ao CCA SJ, para o desenvolvimento e homologação da versão 5.0, do sistema acima citado, assim como realizou uma série de reuniões com o COMGEP para diversas legislações sobre o Sistema de Documentação da Aeronáutica.

Ainda com o objetivo de seguir o preconizado pela legislação arquivística brasileira a equipe técnica do Centro realizou visitas de assessoramento técnico às OM e palestras de orientação às Subcomissões Permanentes de Avaliação de Documentos da Aeronáutica (SPADAER), visando otimizar a disseminação dos conhecimentos práticos arquivísticos necessários para a execução das atividades de gestão documental das OM do COMAER. Desta forma, foram realizadas 9 (nove) Visitas de Assessoramento Técnico (VAT), nas seguintes OM: COMGAP, IV COMAR, CELOG, BASP, ILA, PAMA-SP, SDAB, COMAR VII e BAMN.

No mês de maio de 2014, foram realizadas pelo CENDOC as primeiras Reuniões de Orientações Técnicas ao QOCON 2013, para especialidades de Arquivologia e Biblioteconomia, respectivamente. Foi realizada no ano de 2014 a microfilmagem das Alterações e Boletins dos SERAC (I ao VII) recolhidos ao CENDOC.

Ainda em 2014, foi concluída a etapa relacionada à microfilmagem dos Boletins da Escola de Especialistas, conforme previsto no cronograma de execução do projeto de Solução

Documental da EEAR. Além disso, foram identificadas e organizadas o total de 9.067 fotografias, correspondente a 45,33% daquele acervo fotográfico.

O Grupo de Trabalho da Rede BIA se reuniu para atender às solicitações do COMGEP quanto à confecção de publicações oficiais referentes implantação da Rede BIA. Sendo assim, em dezembro de 2014, o GT finalizou a elaboração da proposta de edição da NSCA 212-2 “Rede de Bibliotecas Integradas da Aeronáutica” e do PCA 212-1 “Plano de Implantação da Rede de Bibliotecas da Aeronáutica”, que serão, posteriormente, encaminhados ao COMGEP.

Em relação aos trabalhos desenvolvidos pelo IPA, pode-se relatar que ocorreu o incremento de atividades de contribuição do IPA para o suporte do Sistema de Psicologia às atividades do Comando da Aeronáutica.

No que tange ao programa de Segurança e Saúde Operacional e do Trabalho, o IPA avançou em diversos aspectos, apesar de alguns óbices encontrados. Todas as solicitações de inspeções psicológicas, seja com fins de seleção ou reversão, de militares voluntários para integrar a MINUSTAH foram coordenadas e/ou executadas pelo IPA em parceria com os elos do SISPA. Não foi possível desenvolver as demais etapas (preparação psicológica, acompanhamento no teatro de operações e suporte psicológico pós-missão) do Projeto Acompanhamento Psicológico em Missões de Paz, devido a não institucionalização dessas práticas de forma sistemática, por não constarem nas Diretrizes para Seleção, Preparo e Acompanhamento, nem na Diretriz de Reversão, concluindo 33% da meta. A não execução de todas as etapas do projeto, aliada à falta de conhecimento sobre a atuação dos Observadores Militares em Missão de Paz dificultaram a elaboração de uma NSCA sobre Acompanhamento Psicológico de Militares em Missões de Paz, atingindo 12,5% da meta.

Além disso, o IPA conquistou grandes avanços na divulgação da Segurança de Voo, atendendo a todos os convites para ministrar aulas e palestras, tanto em Organizações Militares, quanto no meio civil, atingindo 100% da meta estipulada para o ano de 2014.

Em relação à Prestação de Suporte Psicológico, após a ocorrência de Acidente Aeronáutico, o IPA atendeu a todas as demandas a ele encaminhadas. Ademais, em busca do aprimoramento técnico, realizou mais um curso sobre o tema no ano de 2014, o qual contou também com a participação de psicólogos do SISPA. Finalizou e remeteu ao COMGEP a DCA que se propõe a regulamentar o Programa de Suporte Psicológico Após Ocorrência de Acidente Aeronáutico no âmbito do COMAER, restando apenas a publicação da mesma (20%) para que a meta seja totalmente cumprida.

O instituto também realizou todas as análises do Fator Humano – Aspecto Psicológico de Acidentes e Incidentes Aeronáuticos, bem como, Ocorrência de Solo solicitadas pelo CENIPA/SERIPA III, atingindo a meta para 2014. Além dessas atividades, integrou Comissões de Vistoria de Segurança de Voo em parceria com o CENIPA.

Outra atividade realizada sob demanda, o Levantamento de Perfil Organizacional, também foi executada em todas as solicitações, incluindo o trabalho inédito envolvendo todas as unidades de uma Base Aérea.

Os projetos vinculados à execução do Programa “Exame de Aptidão Psicológica”, ao final de 2014, encontraram-se como segue: (1) Projeto Dimensionamento dos Exames de Aptidão Psicológica. Meta não realizada, por não haver estruturado propostas de mudança do perfil do EAP. (2) Projeto Indicadores de EAP. Meta parcialmente atingida. Foram atualizados os indicadores, porém não foram propostos novos indicadores e nem realizada uma compilação dos mesmos. (3) Projeto de Segurança de Dados da Divisão de Seleção. Meta parcialmente atingida por falta de conhecimento técnico para realizar-se armazenamento criptografado das informações. (4) Descentralizar a aplicação e correção dos Exames de Aptidão Psicológica. Meta parcialmente atingida. O envolvimento dos elos em atribuições das próprias OM impossibilita a disponibilidade para apoio à execução do EAP em todos os Concursos. (5) Parceria com Instituição de Nível Superior. Meta não realizada. O projeto ainda se encontra na etapa de levantamento de documentos e legislações em vigor para análise de viabilidade de realização de estágio no IPA.

No Programa Capacitação constam duas atividades: o Estágio de Psicologia da Aeronáutica – EPA e o Plano Anual de Treinamento – PAT. A primeira atividade teve sua meta atingida em todas as etapas discriminadas. A segunda atividade (PAT) foi dividida em quatro etapas, sendo que as três primeiras foram integralmente cumpridas. A última etapa, referente a realização de cursos, não foi cumprida integralmente, pois de 41 cursos incluídos no PAT realizou-se apenas 11, o que determinou o cumprimento de 65% da meta pretendida para a atividade. As dificuldades em alcançar essa meta se deram pela morosidade no processo administrativo para a realização dos cursos, falta de prego e a compatibilidade das datas dos cursos com as demandas de seleção, a qual envolve a participação de todas as psicólogas do Instituto.

O Grupamento de Apoio da Saúde (GAPS) foi criado no início de 2014 para apoiar e concentrar as atividades inerentes a execução financeira, patrimonial e econômica dos recursos que antes estavam espalhados pelas diversas Organizações de Saúde da Aeronáutica no RJ, com a intenção de racionalizá-los, sem prejuízo dos trabalhos assistenciais prestados por aquelas organizações de saúde.

Embora não tenha uma sede própria e funcione em instalações que ainda não são totalmente adequadas, o GAPS dentro do que foi planejado para 2014, em alinhamento às diretrizes do COMGEP, conseguiu organizar e sistematizar os processos de aquisição de materiais e serviços das OSA e, com isso, maximizar os recursos que antes estavam dispersos, melhorando o planejamento das aquisições por meio de Atas de Registro de Preços, e padronizando materiais, equipamentose procedimentos.

A DIRINT em sintonia com os objetivos definidos pelo COMGEP, desenvolveu os seguintes trabalhos ao longo de 2014:

Em relação ao Objetivo nº 1 – GESTÃO ORGANIZACIONAL, embora se trate de metodologia em processo de maturidade na Diretoria, verificou-se um reconhecido esforço das OM subordinadas para a elaboração, implementação e acompanhamento dos indicadores de desempenho para monitoramento de atividades críticas com reflexos em resultados diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos. Em novembro de 2014, representantes da DIRINT, das Subdiretorias e das OM subordinadas participaram de um curso voltado ao tema, promovido pelo CENCIAR, com palestras naquele Centro e nas dependências do TCU.

Para que se pudessem alcançar o Objetivo nº 2 –APOIO AO HOMEM, a DIRINT estabeleceu algumas metas, entre elas a de ampliar e melhorar as atividades assistenciais no COMAER. Atendendo ao que foi planejado, as seguintes atividades forma desenvolvidas:

- Direcionamento de recursos para a conclusão das instalações do NUSESO-RF, inaugurado em dezembro de 2014;
- Adequação do espaço físico das instalações físicas do Serviço Social da AFA;
- Descentralização de recursos para suprir necessidade de mobiliário e equipamentos dos setores de serviço social das seguintes OM: EPCAR, PAMASP, AFA EEAR, HFAG e GGABEG, BASC, COMAR I, BAPV, GIA SJ, COMAR VII;
- Inspeções Sistêmicas realizadas no HCA e PAME – RJ;
- Supervisão, por meio de visita técnica ao Serviço Social da BAPV;
- Visita Técnica do Núcleo de Segurança do Trabalho (NUSET) ao NUSESO GIA-SJ para o levantamento das ações na área da Segurança e saúde do Trabalho desenvolvido no núcleo na perspectiva da validação de indicadores pelo Órgão Central;
- Sistematização das ações na área dos Treinamentos em Prevenção de Acidentes do Trabalho do Núcleo de Segurança do Trabalho (NUSET), por meio da padronização de material didático e reformulação da metodologia aplicada, com ênfase nos treinamentos práticos das CIPA, conforme art. 314 do REGINT. Atendimento às demandas por treinamento das equipes das CIPA nas seguintes OM: BANT, EEAR, COMARA, BAAF e UNIFA;

- Capacitação de monitores e realização do Programa de Preparação para a Reserva e Aposentadoria (PPRA) nas seguintes OM: III COMAR (Guarnições dos Afonsos e Centro), IV COMAR, VII COMAR, EPCAR e BAFL, de acordo com o previsto no item 6.2.2 do PTA 2014, relacionado com a ELEVAÇÃO DO NÍVEL DE APOIO AOS MILITARES E CIVIS DO COMAER;

- Coordenação e execução do 5º Fórum de Assistência Social do Ministério da Defesa realizado na ESG em novembro de 2014, em articulação com Comissão de Assistência Social das Forças Armadas – CASFA (Art. 5º da Portaria Normativa nº 1173/MD, de 6 de setembro de 2006, que aprova as diretrizes para o desenvolvimento dos programas da Política de Assistência Social das Forças Armadas;

Dentro do Objetivo de apoiar o Homem, uma segunda meta, que foi a de Modernizar o Sistema de Subsistência no COMAER, também mereceu destaque, e as seguintes realizações foram implementadas para o alcance dessa meta:

- Atualização da ICA 145-5 (Rações Operacionais) – 70% dos trabalhos concluídos;
- Disponibilização para os elos do Sistema de Subsistência da funcionalidade “Controle de Atas de Registro de Preços”, na versão 5.2.0, do SIA – Módulo Alimentação;

- Aperfeiçoamento da utilização do “Módulo Cardápio” – no SIA – Módulo Alimentação pelos elos do Sistema de Subsistência, com treinamentos periódicos na SDAB para os operadores, com 100% dos trabalhos concluídos;

- Planejamento e aquisição, de forma concentrada, dos produtos de higienização para todos os ranchos do Sistema de Subsistência, com 100% dos trabalhos concluídos;

- Planejamento para a aquisição de peças para manutenção dos fornos combinados utilizados nos Serviços de Subsistência do COMAER, com 100% dos trabalhos concluídos;

- Aprimoramento dos indicadores de segurança alimentar no controle microbiológico dos ranchos do COMAER, onde 88% das Organizações Militares atingiram índices superiores a 70% dos parâmetros exigidos;

- Planejamento, aquisição e distribuição, por intermédio da FAYS/DCI, das rações operacionais necessárias ao COMAER, com 100% dos trabalhos concluídos;

- Planejamento e aquisição, de forma concentrada, dos equipamentos e utensílios necessários ao funcionamento dos Serviços de Subsistência do COMAER, com 70% dos trabalhos concluídos;

- Elaboração do Termo de Referência para a manutenção de fornos combinados, com 100% dos trabalhos concluídos; e

- Aprimoramento dos indicadores gerenciais do SIA – Módulo Alimentação, com 100% dos trabalhos concluídos, tendo sido adotada uma nova tecnologia, que considerou os Indicadores Gerenciais e o Monitoramento Microbiológico, para a definição do “ranking” dos Ranchos.

Uma outra meta proposta, foi a de aprimorar o Sistema de Pagamento de Pessoal por meio do Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal. Ao longo de 2014, houve a ativação e efetiva utilização do sistema MOPAG2 (tecnologia mais moderna em relação ao substituído ACANTUS2, utilizado como ferramenta para lançamento das alterações financeiras de pessoal, o que tem como resultado a folha de pagamento mensal do COMAER), foram realizadas missões de instrução, uma por região do país, com o objetivo de orientar os profissionais das Tesourarias das UPAG do COMAER acerca da operação do novo sistema. Tais missões foram planejadas atentando-se, não só para a eficácia das mesmas, mas também para atender ao Princípio da Economicidade: as equipes de instrução foram distribuídas para OM da FAB equidistantes das demais em cada região, de modo que os representantes das UPAG se deslocassem o mínimo possível, diminuindo consideravelmente o tempo de mobilização de homem-hora e o custo com diárias. Atendendo ainda a essa meta, foram concluídos 40% da implantação dos lançamentos dos itens financeiros diretamente no Módulo Boletim do SIGPES (MOBOL). Com essa automatização, os lançamentos das alterações financeiras do pessoal ocorrerão mediante a publicação da matéria

financeira em Boletim Interno, eliminando-se a fase de digitação dos mesmos no Sistema MOPAG2.

Dentro do Objetivo de apoio ao Homem, a última meta foi aprimorar o Sistema de Atendimento aos Inativos e Pensionistas. Dentre outras realizações, destacam-se a ampliação do serviço de autoatendimento, na Intraer e na Internet, aos vinculados à PIPAR, disponibilizando um número maior de formulários, respostas a dúvidas frequentes, autopreenchimento de formulários referentes a diversos assuntos e o acesso por e-mail à situação dos processos em andamento. Além disso, foi ativada a Ouvidoria da PIPAR e o canal “fale com o Diretor”.

Para o terceiro objetivo- LOGÍSTICA VOLTADA À ATUAÇÃO DO HOMEM, foi traçada a meta de “Modernizar o Sistema de Intendência Operacional”.

O Sistema de Intendência Operacional (SISIOP) tem por objetivo finalístico assegurar o preparo e o emprego dos recursos materiais, humanos, de infraestrutura e de TI necessários ao apoio às Unidades Aéreas e de Aeronáutica desdobradas, especificamente nas tarefas de manutenção do bem-estar e do moral da tropa, bem como no suprimento de materiais das classes I e II, para que o Comando da Aeronáutica cumpra com eficácia sua destinação constitucional, permitindo a evolução, sem solução de continuidade, da situação de paz para a de guerra. Dentre as principais atividades realizadas no ano de 2014, destacam-se:

- Realização do Estágio de Intendência Operacional 2014, tendo sido qualificados 40 (quarenta) Aspirantes a Oficial Intendente como planejadores logísticos de UCI e formados 59 (cinquenta e nove) Graduados e Praças, de todas as regiões do País, como operadores logísticos de UCI. No que se refere à capacitação em Operações Helitransportadas, foram qualificados 9 (nove) militares, dos quais: 1 (um) oficial Intendente e 8 Graduados e Praças;

- Apoio logístico, por intermédio da Unidade Celular de Intendência de Apoio e Desenvolvimento Técnico (UCI/TEC) a diversos militares e Ações Cívico-Sociais.

Para atender a essa meta, a UJ recebeu recursos financeiros específicos destinados à manutenção dos materiais, equipamentos e viaturas da DIOP (Divisão de Intendência Operacional) e à aquisição de materiais e equipamentos necessários para o funcionamento da UCI/TEC e para a manutenção das atividades durante as operações e manobras realizadas.

O crédito recebido, relacionado diretamente à Intendência Operacional, foi totalmente executado e viabilizou a realização de todas as missões atribuídas à DIOP, totalizando 35 missões de apoio ao efetivo da FAB desdobrado em locais remotos ou desprovidos de recursos, dentre as quais destacaram-se Missões ACISO do CIAAR, da PASC e do DCI, apoio às OM envolvidas com a Copa do Mundo (BAGL e CGNA), exercícios de prontidão operacional e treinamentos em ambiente de campanha em diversas escolas de formação para Soldados, Sargentos e Oficiais, além de exposições estáticas para divulgação das atividades e equipamentos da Intendência Operacional.

No ano de 2014, foi realizada, ainda, a mudança das instalações da DIOP do DCI para a Base Aérea dos Afonsos (BAAF), com o objetivo de facilitar os desdobramentos, via modal aéreo, e aumentar a capacidade de estocagem setorial de materiais e equipamentos de Intendência Operacional.

4.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

4.2.1. Programa Temático

“Não se aplica a natureza da UJ, pois só abrange Secretaria-Executiva de Ministério ou Secretaria com *status* de Ministério.”

4.2.1.1. Análise Situacional

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ.”

4.2.2. Objetivo

Não ocorreu no exercício.

4.2.3. Ações

4.2.3.1. Ações – OFSS

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	0179					Tipo: Operação Especiais
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Militares das Forças Armadas					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Previdências de Inativos e Pensionistas da União			Código: 0089		Tipo:
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.356.071.576,00	7.023.262.720,00	7.023.262.720,00	7.023.262.720,00	7.023.262.720,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Militares das Forças Armadas		Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Não há	Não há	Não há	

Fonte: DIRINT

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação							
Código	0181			Tipo: Operções Especiais			
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União		Código: 0089		Tipo:		
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
893.525.879,00	958.525.879,00	957.602.309,40	957.602.309,40	957.602.309,40	0,00	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Pagamento de Aposentadoria e pensões – Servidores Civis			Não há		0,00	0,00	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas				
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Não há		Não há	Não há	

Fonte: DIRINT

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação							
Código	212°			Tipo: Atividades			
Título	Movimentação de Militares						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Política Nacional de Defesa			Código: 2058		Tipo:	
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
159.786.387,00	159.786.387,00	159.767.732,60	159.767.732,60	159.767.732,60	0,00	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Movimentação de Militares – Nacional			Unidade		15.337	18.000	18.507
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas				
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Não há		Não há	Não há	

Fonte: DIRINT

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20TP			Tipo: Atividade			
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União – Nacional						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa		Código: 2108		Tipo:		
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
487.554.768,00	540.528.175,98	537.396.115,96	357.396.115,96	357.396.115,96	0,00	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Pagamento de Pessoal Ativo da União – Nacional			Unidade		Não há	Não há	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas				
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Não há		Não há	Não há	

Fonte: DIRINT

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2867		Tipo:				
Título	Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas – Nacional						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa		Código: 2108		Tipo:		
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
3.657.136.797,00	4.027.681.869,45	4.022.177.853,69	4.022.177.853,69	4.022.177.853,69	0,00	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas – Nacional			Unidade		Não há	Não há	Não há
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas				
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Não há		Não há	Não há	

Fonte: DIRINT

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	0739		Tipo:			
Título	Indenização a Anistiados Político em Prestação Única ou Prestação Mensal Permanente e continuada, nos termos da Lei nº10.599, de 2002.					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa		Código: 2108		Tipo:	
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
234.000.000,00	261.000.0000,00	250.234.626,73	250.234.626,73	250.234.626,73	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Indenização a Anistiados Político em Prestação Única ou Prestação Mensal Permanente e continuada, nos termos da Lei nº10.599, de 2002.		Unidade		Não há	Não há	Não há
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Não há		Não há	Não há

Fonte: DIRINT

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação							
Código	09HB		Tipo:				
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa		Código: 2108		Tipo:		
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
94.666.430,00	102.693.780,00	101.860.757,91	101.860.757,91	101.860.757,91	0,00	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Contribuição da União, das suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – Nacional			Unidade		Não há	Não há	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas				
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Não há		Não há	Não há	

Fonte: DIRINT

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	0C01		Tipo:			
Título	Pagamento de Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa		Código: 2108		Tipo:	
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.000.000,00	8.292.031,35	7.452.020,44	7.452.020,44	7.452.020,44	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante	
					Previsto	Reprogramado
Pagamento de Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº11.354, de 19/10/2006 – Nacional					Não há	Não há
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Não há		Não há	Não há

Fonte: DIRINT

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	0536		Tipo:			
Título	Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislações Especial e/ou Decisões Judiciais – Nacional					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiiciais		Código:0909		Tipo:	
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
621.400,00	621.400,00	501.588,15	501.588,15	501.588,15	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante	
					Previsto	Reprogramado
Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislações Especial e/ou Decisões Judiciais – Nacional			Não há		Não há	Não há
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Não há		Não há	Não há

Fonte: DIRINT

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação							
Código	6557			Tipo: Projeto			
Título	Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão.						
Iniciativa	01QY Capacitação Profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar.						
Objetivo	Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes			Código: 0502			
Programa	Política Nacional de Defesa			Código: 2058		Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária	52101– Ministério da Defesa						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
774.050,00	772.949,46	772.949,53	583.533,59	556.120,49	27.413,10	189.414,94	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Formação dos Jovens brasileiros incorporados às fileiras das Forças Armadas, por intermédio de cursos profissionalizantes que lhes proporcionem qualificação social e profissional, complementem sua formação cívica-cidadã e facilitem seu ingresso no mercado de trabalho.			Jovens capacitados		604	0	902
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas				
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
418.695,23	418.694,13	1,10	Formação dos Jovens brasileiros incorporados às fileiras das Forças Armadas, por intermédio de cursos profissionalizantes que lhes proporcionem qualificação social e profissional, complementem sua formação cívica-cidadã e facilitem seu ingresso no mercado de trabalho.		Jovens capacitados	Jovens com a capacitação iniciada em 2013 e finalizada em 2014.	

Fonte: DIRINT

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2872			Tipo: Projeto			
Título	Mobilização para o Serviço Militar Obrigatóri						
Iniciativa	0237 Aperfeiçoamento e integração dos sistemas de serviço militar das Forças Armadas.						
Objetivo	Elevar o nível de integração das Forças Armadas			Código: 0547			
Programa	Política Nacional de Defesa			Código: 2058		Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária	52903 – Fundo do Serviço Militar						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga		Processados	Não Processados
1.164.491,43	1.162.944,87	1.162.944,87	476.431,25	468.200,55		8.230,70	686.513,62
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Alistar pessoas para o Serviço Militar Obrigatório			Unidade		9969	0	9086
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas				
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
496.498,30	481.885,23	14.613,07	Pessoa alistada – Cidadãos submetidos à seleção para o Serviço Militar e que receberam o Certificado de Alistamento Militar		Unidade	Mobilização iniciada em 2013 e finalizada em 2014.	

Fonte: DIRINT

4.2.3.2. Ações/Subtítulos – OFSS

Quadro A5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2865		Tipo: Atividades				
Descrição	Manutenção e Suprimento de Fardamento – Nacional						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Programa Nacional de Defesa (PND)		Código: 2058			Tipo:	
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
001/NACIONAL	57.939.775,00	57.939.775,00	57.939.775,00	57.939.775,00	57.939.775,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
001/NACIONAL	Auxílio Fardamento aos Militares da Ativa		Unidade	17.443	17.443	18.809	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
001/NACIONAL	7.227.160,08	7.227.160,08	0,00	Auxílio Fardamento aos Militares da Ativa	Não há	Não há	

Fonte: DIRINT

Quadro A5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código	2865						Tipo: Atividades	
Descrição	Manutenção e Suprimento de Fardamento – Nacional							
Iniciativa	Logística Operacional da FAB							
Objetivo	Elevar a capacidade da sua destinação constitucional por meio de seu preparo e emprego. Código:							
Programa	Programa Nacional de Defesa (PND)				Código: 2058		Tipo:	
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo() PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária Anual – 2014								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
001/NACIONAL	91.434.775,00	91.436.682,00	91.436.682,00	83.671.691,00	83.105.693,00	565.998,00	7.764.991,00	
Execução Física da Ação – Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
001/NACIONAL	Militar atendido			Unidade	62.443	62.443	53.309	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
001/NACIONAL	18.984.972,00	18.960.300,00	0,00	Militar atendido		Unidade	11.950	

Fonte: DIRINT

Quadro A5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	00M1					Tipo: Operações Especiais	
Descrição	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Programação de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa			Código: 2108		Tipo:	
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
001/NACIONAL	2.254.452,00	205.715,49	39.102,70	39.102,70	29.102,70	0,00	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0001/NACIONAL	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade – CIVIS		Não há	Não há	Não há		
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
001/NACIONAL	0,00	0,00	0,00	Não há	Não há	Não há	

Fonte: DIRINT

Quadro A5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código	00M1						Tipo: Operações Especiais	
Descrição	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							
Iniciativa								
Objetivo	Código:							
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa				Código: 2108		Tipo:	
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo()PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária Anual – 2014								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
001/NACIONAL	2.274.048,00	16.425.049,11	16.425.049,11	16.425.049,11	16.425.049,11	0,00	0,00	
Execução Física da Ação – Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
001/NACIONAL	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade – Militares			Não há	Não há	Não há		
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
001/NACIONAL	0,00	0,00	0,00	Não há		Não há	Não há	

Fonte: DIRINT

Quadro A5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código	2010						Tipo: Atividade	
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							
Iniciativa								
Objetivo	Código:							
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa				Código: 2108		Tipo:	
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária Anual – 2014								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
001/NACIONAL	11.640.000,00	11.734.494,58	11.734.494,58	11.734.494,58	11.734.494,58	0,00	0,00	
Execução Física da Ação – Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
001/NACIONAL	Criança atendida			Unidade	13.521	13.521	13.607	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
001/NACIONAL	57.023,62	57.023,62	0,00	Criança atendida		Unidade	779	

Fonte: DIRINT

Quadro A5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2011						Tipo: Atividade
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa							
Objetivo							Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministérios da Defesa				Código: 2108		Tipo:
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
001/NACIONAL	90.560.064,00	61.322.884,41	61.322.884,41	61.322.884,41	61.322.884,41	0,00	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
001/NACIONAL	Pessoa beneficiada			Unidade	42.779	42.779	28.968
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
001/NACIONAL	5.250.563,56	5.250.563,56	0,00	Pessoa beneficiada		Unidade	33.645

Fonte: DIRINT

Quadro A5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código	2012						Tipo: Atividade	
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							
Iniciativa								
Objetivo	Código:							
Programa	Programação de Gestão e Manutenção do minist'rio da Defesa				Código: 2108		Tipo:	
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo()PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária Anual – 2014								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
001/NACIONAL	26.972.460,00	25.599.757,87	25.599.757,87	25.599.757,87	25.599.757,87	0,00	0,00	
Execução Física da Ação – Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
001/NACIONAL	Civil beneficiado			Unidade	6.026	6.026	5.719	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
001/NACIONAL	212.809,28	212.809,28	0,00	Civil beneficiado		Unidade	571	

Fonte: DIRINT

Quadro A5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código	2012						Tipo: Atividade	
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							
Iniciativa								
Objetivo	Código:							
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa				Código: 2108		Tipo:	
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo()PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária Anual – 2014								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
001/NACIONAL	44.549.448,00	39.554.996,01	39.554.996,01	39.554.996,01	39.554.996,01	0,00	0,00	
Execução Física da Ação – Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
001/NACIONAL	Auxílio Alimentação de Militares em Pecúnia			Não há	Não há	Não há	Não há	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
001/NACIONAL	531.723,16	531.723,16	0,00		Não há	Não há		

Fonte: DIRINT

Quadro A5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código	20XA						Tipo: Atividade	
Descrição	Aprestamento da Aeronáutica							
Iniciativa	Logística Operacional da FAB							
Objetivo	Elevar a capacidade operativa da Força aérea Brasileira para o cumprimento da sua destinação constitucional por meio de seu Código: preparo e emprego.							
Programa	Política Nacional de Defesa				Código: 2058		Tipo:	
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo()PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária Anual – 2014								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
001/NACIONAL	4.900.000,00	4.900.000,00	4.916.341,59	3.568.455,69	3.391.335,69	177.120,00	1.347.885,9	
Execução Física da Ação – Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
001/NACIONAL	Organização Militar Mantida		Unidade	322	322	235		
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
001/NACIONAL	3.197.663,07	3.190.456,09	-7.206,98	Organização Militar Mantida	Unidade	220		

Fonte: DIRINT

Quadro A5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20XA (PO008 – Fardamento Reembolsável aos Militares da Aeronáutica)					Tipo: Atividade	
Descrição	Aprestamento da Aeronáutica						
Iniciativa	Logística Operacional da FAB						
Objetivo	Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento da sua destinação constitucional por meio de seu Código: preparo e emprego.						
Programa	Política Nacional de Defesa			Código: 2058		Tipo:	
Unidade Orçamentária	52911 – Fundo Aeronáutico						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
001/NACIONAL	3.270.000,00	3.270.000,00	3.309.187,13	2.164.938,36	2.151.851,28	13.087,08	1.144.248,77
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
001/NACIONAL	Militar atendido pelo Sistema de Fardamento Reembolsável		Unidade	20.000	20.000	13.241	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
001/NACIONAL	1.115.291,54	1.112.608,64	-2.682,90	Militar atendido pelo Sistema de Fardamento Reembolsável	Unidade	6.804	

Fonte: DIRINT

Quadro A5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	212B (PO006 Alimentação de militares em rancho) Antiga 2012					Tipo: Atividade	
Descrição	Outros Benefícios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem Objetivo				Código:		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa				Código: 2108		Tipo:
Unidade Orçamentária	52911 – Fundo Aeronáutico						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo() PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
001/NACIONAL	153.123.540,00	8.770.855,15	8.770.855,15	6.253.210,58	6.192.761,71	60.448,87	2.517.644,57
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
001/NACIONAL	Não há		Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
001/NACIONAL	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	

Fonte: DIRINT

Quadro A5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2872					Tipo:	
Descrição	Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório						
Iniciativa	0237 Aperfeiçoamento e integração dos sistemas de serviço militar das Forças Armadas.						
Objetivo	Elevar o nível de integração das Forças Armadas				Código: 0547		
Programa	Política Nacional de Defesa				Código: 2058		Tipo: Projeto
Unidade Orçamentária	Fundo do Serviço Militar (52903)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	111.418,54	111.418,54	111.418,54	88.019,64	88.019,64	0,00	23.398,90
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	Alistar pessoas para o Serviço Militar Obrigatório			Unidade	9969	0	9086
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
				Pessoa alistada – Cidadãos submetidos à seleção para o Serviço Militar e que receberam o Certificado de Alistamento Militar.	Unidade		

Fonte: DIRAP

4.2.3.3. Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 – Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	2012 (atual 212B)			Tipo: Atividade	
Título	Outros Benefícios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes				
Iniciativa	Ação sem Iniciativa				
Objetivo	Ação sem Objetivo			Código:	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa			Código:2108	Tipo:
Unidade Orçamentária	52911 – Fundo Aeronáutico				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria() Outras				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.753.061,36	1.753.060,45	-0,91	X	X	X

Fonte: DIRINT

4.2.3.4. Ações – Orçamento de Investimento – OI

Não se aplica a natureza da UJ.

4.2.3.5. Análise Situacional

Os recursos orçamentários para o desenvolvimento do “Projeto SOLDADO-CIDADÃO” são os constantes da Lei Orçamentária na Ação 6557 – Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão, do Programa 1383 – Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil e descentralizações específicas da Ação 2000 – Administração da Unidade, do Programa 0750 – Apoio Administrativo.

Houve também a utilização de recursos orçamentários próprios do COMGEP, para complementar pequena diferença de diárias.

No ano de 2014, a Aeronáutica recebeu recursos provenientes do orçamento do MD com o valor total de R\$ 774.050,00, na Ação 6557. Os recursos orçamentários disponíveis foram transferidos às UGE, de forma proporcional às vagas oferecidas pelas mesmas, resultando na profissionalização de 902 (novecentos e dois) jovens em cursos ministrados em parceria com entidades da sociedade civil, conforme consta do anexo “A”. A Meta Física, estava estabelecida em 604 alunos, sendo superada em 49%, o que foi compensado pelo aumento significativo na formação de soldados pelo PRONATEC que alcançou o número de 1423 jovens formados. Para a gestão de 2014 planeja-se ir além de 2.500 jovens capacitados pelo PRONATEC.

No que diz respeito à Ação 2872, no ano de 2014, a DIRAP recebeu recursos do Fundo do Serviço Militar para fazer frente as atividades de mobilização do serviço militar. A finalidade da utilização desses recursos é prover os Órgãos de Serviço Militar do COMAER de meios que melhor lhes permitam cumprir suas atividades de serviço militar. Assim sendo, destinaram-se à manutenção de instalações e equipamentos, à aquisição de materiais e ao provimento de outros recursos para execução das atividades do sistema de serviço militar.

Os órgãos de serviço militar do COMAER que foram contemplados com os recursos dessa ação foram aos seguintes: DIRAP, I COMAR, II COMAR, BAFZ, III COMAR, BAAF, CIAAR, EPCAR, IV COMAR, EEAR, V COMAR, BACO, VI COMAR, VII COMAR, BAMN, BAPV e BABV.

Ocorreram 9.969 incorporações, as quais foram suficientes para atender às necessidades do exercício. Foram supridos todos os bens e serviços necessários ao bom funcionamento dos órgãos de Serviço Militar.

OBS: Os valores colocados na planilha referem-se aos créditos recebidos pela DIRAP na referida ação, não contemplando os créditos descentralizados para as mobilizadoras distribuídas pelo Brasil, cuja especificação orçamentária deverá ser realizada pela Unidade Executora na qual estejam subordinadas.

4.3. Informações sobre outros resultados da gestão

No que diz respeito a outros resultados da gestão, cabe ressaltar o papel do projeto Soldado Cidadão, conforme abaixo:

Os recursos orçamentários para o desenvolvimento do “Projeto SOLDADO-CIDADÃO” são os constantes da Lei Orçamentária na Ação 6557 – Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão, do Programa 1383 – Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil e descentralizações específicas da Ação 2000 – Administração da Unidade, do Programa 0750 – Apoio Administrativo.

No ano de 2014, a Aeronáutica recebeu recursos provenientes do orçamento do Ministério da Defesa (MD) com o valor total de R\$774.050,00, na Ação 6557.

Os recursos orçamentários disponíveis foram transferidos às UGE, de forma proporcional às vagas oferecidas pelas mesmas, resultando na profissionalização de 902 (novecentos e dois) jovens em cursos ministrados em parceria com entidades da sociedade civil. A Meta Física, foi estabelecida pelo Ministério da Defesa em 604 alunos, sendo superada em 49,33%, com a utilização de cursos, com o apoio interno das OM e pelos cursos de gratuidade.

4.4. Informações sobre indicadores de desempenho operacional

TABELA 7: ÍNDICE DE MILITARES EXCEDENTES EM RELAÇÃO À TP

Denominação: Índice de Militares Excedentes em Relação à TP	
Objetivo da Mensuração	Verificar se a quantidade de militares excedentes em relação à TP está sendo reduzida, com a efetivação do Plano de Movimentação de Militares.
Identificação das Variáveis	IMEXC – índice de militares excedentes MILEXC – nº militares excedentes em relação à TP MILTOT – nº total de militares existentes
Origem dos dados empregados na fórmula	Sistema de Apoio à Decisão (SAD) / SIGPES
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IMEXC = MILEXC/MILTOT * 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual - Setor Responsável: Divisão de Pessoal Militar
Meta para o ano - previsto	Reduzir em 10%
Índice de Referência	0,6 % (dez 2013)
Data e Valor da Última Medição Índice Observado	Dez 2014 – 0,56%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	O resultado não foi considerado muito bom e demonstra que os processos de movimentação de pessoal não geraram, em 2014, o resultado esperado para a redução de militares excedentes em relação à TP, que seria de 0,54%.

Fonte: SAD / SIGPES

TABELA 8: ÍNDICE DE GRADUADOS DA ESPECIALIDADE ENFERMAGEM (SEF) EXCEDENTES EM RELAÇÃO À TP

Denominação: Índice de Graduados da Especialidade Enfermagem (SEF) Excedentes em Relação à TP	
Objetivo da Mensuração	Verificar se a quantidade de graduados da Especialidade Enfermagem, excedentes em relação à TP, está sendo reduzida com a efetivação do Plano de Movimentação de Militares.
Identificação das Variáveis	ISEFEXC – índice de graduados da Especialidade Enfermagem excedentes SEFEXC – nº graduados da Especialidade Enfermagem excedentes SEFTOT – nº total de graduados da Especialidade Enfermagem
Origem dos dados empregados na fórmula	Sistema de Apoio à Decisão (SAD) / SIGPES
Fórmula do Indicador de Desempenho	$ISEFEXC = SEFEXC / SEFTOT * 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual - Setor Responsável: Divisão de Pessoal Militar
Meta para o ano - previsto	Reduzir em 10%
Índice de Referência	4,2% (dez 2013)
Data e Valor da Última Medição Índice Observado	Dez 2014 – 4%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	O resultado não foi considerado muito bom e demonstra que os processos de movimentação de pessoal não geraram, em 2014, o resultado esperado para a redução de militares excedentes nessa especialidade, que seria 3,78%.

Fonte: SAD / SIGPES

TABELA 9: ÍNDICE DE GRADUADOS DA ESPECIALIDADE MANUTENÇÃO (BMA) EXCEDENTES EM RELAÇÃO À TP

Denominação: Índice de Graduados da Especialidade Manutenção (BMA) Excedentes em Relação à TP	
Objetivo da Mensuração	Verificar se a quantidade de graduados da Especialidade Manutenção, excedentes em relação à TP, está sendo reduzida com a efetivação do Plano de Movimentação de Militares.
Identificação das Variáveis	IBMAEXC – índice de graduados da Especialidade Manutenção excedentes BMAEXC – nº graduados da Especialidade Manutenção excedentes BMATOT – nº total de graduados da Especialidade Manutenção
Origem dos dados empregados na fórmula	Sistema de Apoio à Decisão (SAD) / SIGPES
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IBMAEXC = BMAEXC/BMATOT*100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual - Setor Responsável: Divisão de Pessoal Militar
Meta para o ano - previsto	Reduzir em 10%
Índice de Referência	6,8% (dez 2013)
Data e Valor da Última Medição Índice Observado	Dez 2014 – 2,7%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	O resultado foi considerado muito bom e demonstra que os processos de movimentação de pessoal geraram, em 2014, o resultado acima do esperado para a redução de militares excedentes nessa especialidade, que seria de 6,12%

Fonte: SAD / SIGPES

TABELA 10: EVOLUÇÃO DO DESVIO-PADRÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO

Denominação: Evolução do Desvio-Padrão da Taxa de Ocupação	
Objetivo da Mensuração	Medir a relação entre o desvio-padrão da taxa de ocupação das OM após as movimentações de pessoal e o desvio-padrão da taxa de ocupação inicial das OM para verificar a melhora (nivelamento da taxa de ocupação das OM) na distribuição do efetivo pelas organizações do COMAER.
Identificação das Variáveis	IRDPTO – índice de redução do desvio padrão da taxa de ocupação das OM DPTOI – desvio padrão da taxa de ocupação inicial DPTOF – desvio padrão da taxa de ocupação final
Origem dos dados empregados na fórmula	O Sistema de Apoio à Decisão (SAD) opera com dados da TP do COMAER e dados do efetivo existentes nas OM. É possível, por meio desse sistema, extrair as taxas de ocupação das OM, que é a relação entre o efetivo existente e o efetivo definido nas tabelas de pessoal.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IRDPTO = (1 - DPTOF / DPTOI) * 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual - Setor Responsável: Divisão de Pessoal Militar
Meta para o ano - previsto	Reduzir o desvio padrão em 5%
Índice de Referência	8,85% (dez 2013)
Data e Valor da Última Medição Índice Observado	Dez 2014 – 10,44%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	O resultado não foi considerado bom, pois o desvio padrão encontrado foi de 0,17, sendo que o desvio padrão em 2013 foi de 0,16. Assim sendo, houve um aumento na dispersão dos dados em relação ao ano anterior. O índice passou de 8,85% para 10,44%. Uma possível explicação para esse resultado pode ter sido em razão da extinção da Tabela Estratégica de Pessoal e, também, pela existência de restrição orçamentaria na execução do Plano de Movimentação de Pessoal de 2014.

Fonte: SAD / SIGPES

TABELA 8: ÍNDICE DE MILITARES EXCEDENTES EM RELAÇÃO À TP

Denominação: Índice de Militares Excedentes em Relação à TP	
Objetivo da Mensuração	Verificar se a quantidade de militares excedentes em relação à TP está sendo reduzida, com a efetivação do Plano de Movimentação de Militares.
Identificação das Variáveis	IMEXC – índice de militares excedentes MILEXC – nº militares excedentes em relação à TP MILTOT – nº total de militares existentes
Origem dos dados empregados na fórmula	Sistema de Apoio à Decisão (SAD) / SIGPES
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IMEXC = MILEXC/MILTOT*100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual - Setor Responsável: Divisão de Pessoal Militar
Meta para o ano - previsto	Reduzir em 10%
Índice de Referência	0,6 % (dez 2013)
Data e Valor da Última Medição Índice Observado	Dez 2014 – 0,56%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	O resultado não foi considerado muito bom e demonstra que os processos de movimentação de pessoal não geraram, em 2014, o resultado esperado para a redução de militares excedentes em relação à TP, que seria de 0,54%.

Fonte: SAD / SIGPES

TABELA 8: ÍNDICE DE GRADUADOS DA ESPECIALIDADE ENFERMAGEM (SEF) EXCEDENTES EM RELAÇÃO À TP

Denominação: Índice de Graduados da Especialidade Enfermagem (SEF) Excedentes em Relação à TP	
Objetivo da Mensuração	Verificar se a quantidade de graduados da Especialidade Enfermagem, excedentes em relação à TP, está sendo reduzida com a efetivação do Plano de Movimentação de Militares.
Identificação das Variáveis	ISEFEXC – índice de graduados da Especialidade Enfermagem excedentes SEFEXC – nº graduados da Especialidade Enfermagem excedentes SEFTOT – nº total de graduados da Especialidade Enfermagem
Origem dos dados empregados na fórmula	Sistema de Apoio à Decisão (SAD) / SIGPES
Fórmula do Indicador de Desempenho	$ISEFEXC = SEFEXC / SEFTOT * 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual - Setor Responsável: Divisão de Pessoal Militar
Meta para o ano - previsto	Reduzir em 10%
Índice de Referência	4,2% (dez 2013)
Data e Valor da Última Medição Índice Observado	Dez 2014 – 4%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	O resultado não foi considerado muito bom e demonstra que os processos de movimentação de pessoal não geraram, em 2014, o resultado esperado para a redução de militares excedentes nessa especialidade, que seria 3,78%.

Fonte: SAD / SIGPES

TABELA 9: ÍNDICE DE GRADUADOS DA ESPECIALIDADE MANUTENÇÃO (BMA) EXCEDENTES EM RELAÇÃO À TP

Denominação: Índice de Graduados da Especialidade Manutenção (BMA) Excedentes em Relação à TP	
Objetivo da Mensuração	Verificar se a quantidade de graduados da Especialidade Manutenção, excedentes em relação à TP, está sendo reduzida com a efetivação do Plano de Movimentação de Militares.
Identificação das Variáveis	IBMAEXC – índice de graduados da Especialidade Manutenção excedentes BMAEXC – nº graduados da Especialidade Manutenção excedentes BMATOT – nº total de graduados da Especialidade Manutenção
Origem dos dados empregados na fórmula	Sistema de Apoio à Decisão (SAD) / SIGPES
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IBMAEXC = BMAEXC/BMATOT*100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual - Setor Responsável: Divisão de Pessoal Militar
Meta para o ano - previsto	Reduzir em 10%
Índice de Referência	6,8% (dez 2013)
Data e Valor da Última Medição Índice Observado	Dez 2014 – 2,7%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	O resultado foi considerado muito bom e demonstra que os processos de movimentação de pessoal geraram, em 2014, o resultado acima do esperado para a redução de militares excedentes nessa especialidade, que seria de 6,12%

Fonte: SAD / SIGPES

TABELA 10: EVOLUÇÃO DO DESVIO-PADRÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO

Denominação: Evolução do Desvio-Padrão da Taxa de Ocupação	
Objetivo da Mensuração	Medir a relação entre o desvio-padrão da taxa de ocupação das OM após as movimentações de pessoal e o desvio-padrão da taxa de ocupação inicial das OM para verificar a melhora (nivelamento da taxa de ocupação das OM) na distribuição do efetivo pelas organizações do COMAER.
Identificação das Variáveis	IRDPTO – índice de redução do desvio padrão da taxa de ocupação das OM DPTOI – desvio padrão da taxa de ocupação inicial DPTOF – desvio padrão da taxa de ocupação final
Origem dos dados empregados na fórmula	O Sistema de Apoio à Decisão (SAD) opera com dados da TP do COMAER e dados do efetivo existentes nas OM. É possível, por meio desse sistema, extrair as taxas de ocupação das OM, que é a relação entre o efetivo existente e o efetivo definido nas tabelas de pessoal.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IRDPTO = (1 - DPTOF / DPTOI) * 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual - Setor Responsável: Divisão de Pessoal Militar
Meta para o ano - previsto	Reduzir o desvio padrão em 5%
Índice de Referência	8,85% (dez 2013)
Data e Valor da Última Medição Índice Observado	Dez 2014 – 10,44%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	O resultado não foi considerado bom, pois o desvio padrão encontrado foi de 0,17, sendo que o desvio padrão em 2013 foi de 0,16. Assim sendo, houve um aumento na dispersão dos dados em relação ao ano anterior. O índice passou de 8,85% para 10,44%. Uma possível explicação para esse resultado pode ter sido em razão da extinção da Tabela Estratégica de Pessoal e, também, pela existência de restrição orçamentaria na execução do Plano de Movimentação de Pessoal de 2014.

Fonte: SAD / SIGPES

TABELA 11: Índice de Reposição de Oficiais Aviadores

Denominação: Índice de Reposição de Oficiais Aviadores	
Meta 01	Atingir, em 31 de dezembro de 2014, um quantitativo de oficiais aviadores no COMAER igual ou superior ao efetivo existente em 1º de janeiro de 2014.
Objetivo da Mensuração	Identificar a relação entre o número de oficiais que ingressam no COMAER e o número de Oficiais Aviadores que deixam o serviço ativo.
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	SIGPES
Fórmula do Indicador	$I_{ROA} = \frac{\text{Ingresso QOAv}}{\text{Êxodo QOAv}} \times 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual -DPL
Observação:	Inclui os Aspirantes a Oficial Aviador formados no ano.
Índice de Referência	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice Previsto	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice observado	51,75

Fonte: DPL/COMGEP

TABELA 12: Índice de Reposição de Oficiais Intendentes

Denominação: Índice de Reposição de Oficiais Intendentes	
Meta 02	Atingir, em 31 de dezembro de 2014, um quantitativo de oficiais intendentes no COMAER igual ou superior ao efetivo existente em 1º de janeiro de 2014.
Objetivo da Mensuração	Identificar a relação entre o número de oficiais que ingressam no QOINT e o número de oficiais intendentes que deixam o serviço ativo.
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	SIGPES
Fórmula do Indicador	$I_{ROI} = \frac{\text{Ingresso QOInt}}{\text{Êxodo QOInt}} \times 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual -DPL
Observação:	Inclui os Aspirantes a Oficial Intendente formados no ano.
Índice de Referência	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice Previsto	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice observado	58,75

Fonte: DPL/COMGEP

TABELA 13: Índice de Reposição de Oficiais Infantes

Índice de Reposição de Oficiais Infantes	
Meta 03	Atingir, em 31 de dezembro de 2014, um quantitativo de oficiais infantes no COMAER igual ou superior ao efetivo existente em 1º de janeiro de 2014.
Objetivo da Mensuração	Identificar a relação entre o número de oficiais que ingressam no QOINF e o número de oficiais infantes que deixam o serviço ativo.
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	SIGPES
Fórmula do Indicador	$I_{ROI\text{Inf}} = \frac{\text{Ingresso QOInf}}{\text{Êxodo QOInf}} \times 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual -DPL
Observação:	Inclui os Aspirantes a Oficial Infante formados no ano.
Índice de Referência	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice Previsto	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice observado	54,17

Fonte: DPL/COMGEP

TABELA 14: Índice Estratégico de Oficiais Aviadores

Índice Estratégico de Oficiais Aviadores	
Meta 04	Atingir, em 2014, o patamar de pelo menos 75% da TEP do efetivo de oficiais aviadores do COMAER.
Objetivo da Mensuração	Identificar a relação entre o número de oficiais aviadores existentes no COMAER e a quantidade de oficiais aviadores prevista na TEP.
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	SIGPES
Fórmula do Indicador	$I_{EOA} = \frac{\text{Qtd QOAV}}{\text{TEP QOAV}} \times 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual -DPL
Índice de Referência	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice Previsto	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice observado	94,35

Fonte: DPL/COMGEP

TABELA 15: Índice Estratégico de Oficiais Intendentes

Índice Estratégico de Oficiais Intendentes	
Meta 05	Atingir, em 2014, o patamar de pelo menos 65% da TEP do efetivo de oficiais intendentes do COMAER.
Objetivo da Mensuração	Identificar a relação entre o número de oficiais intendentes existentes no COMAER e a quantidade de oficiais intendentes prevista na TEP.
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	SIGPES
Fórmula do Indicador	$I_{EOI} = \frac{Qtd\ QOInt}{TEP\ QOInt} \times 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual -DPL
Índice de Referência	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice Previsto	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice observado	82,63

Fonte: DPL/COMGEP

TABELA 16: Índice Estratégico de Oficiais Infantes

Índice Estratégico de Oficiais Infantes	
Meta 06	Atingir, em 2014, o patamar de pelo menos 65% da TEP do efetivo de oficiais infantes do COMAER.
Objetivo da Mensuração	Identificar a relação entre o número de oficiais infantes existentes no COMAER e a quantidade de oficiais infantes prevista na TEP.
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	SIGPES
Fórmula do Indicador	$I_{EOInf} = \frac{Qtd\ QOInf}{TEP\ QOInf} \times 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual -DPL
Índice de Referência	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice Previsto	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice observado	89,71

Fonte: DPL/COMGEP

TABELA 17: Índice Estratégico de Oficiais

Índice Estratégico de Oficiais	
Meta 07	Atingir, em 2014, o patamar de pelo menos 74% da TEP do efetivo total de oficiais do COMAER.
Objetivo da Mensuração	Identificar a relação entre o número total de oficiais existentes no COMAER e a quantidade de oficiais prevista na TEP.
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	SIGPES
Fórmula do Indicador	$I_{EO} = \frac{Qtd\ Oficiais}{TEP\ Oficiais} \times 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual -DPL
Índice de Referência	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice Previsto	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice observado	89,92

Fonte: DPL/COMGEP

TABELA 18: Índice Estratégico de Graduados da Especialidade Manutenção (BMA)

Índice Estratégico de Graduados da Especialidade Manutenção (BMA)	
Meta 08	Atingir, em 2014, o patamar de pelo menos 87% da TEP do efetivo de graduados da especialidade BMA do COMAER
Objetivo da Mensuração	Identificar a relação entre o número total de graduados da Especialidade Manutenção existentes no COMAER e a quantidade de graduados dessa especialidade prevista na TEP.
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	SIGPES
Fórmula do Indicador	$I_{EBMA} = \frac{Qtd\ Grad\ BMA}{TEP\ Grad\ BMA} \times 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual -DPL
Índice de Referência	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice Previsto	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice observado	61,17

Fonte: DPL/COMGEP

TABELA 19: Índice Estratégico de Graduados da Especialidade Material Bélico (BMB)

Índice Estratégico de Graduados da Especialidade Material Bélico (BMB)	
Meta 09	Atingir, em 2014, o patamar de pelo menos 78% da TEP do efetivo de graduados da Especialidade BMB do COMAER
Objetivo da Mensuração	Identificar a relação entre o número total de graduados da Especialidade Material Bélico existentes no COMAER e a quantidade de graduados dessa especialidade prevista na TEP.
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	SIGPES
Fórmula do Indicador	$I_{EBMB} = \frac{Qtd\ Grad\ BMB}{TEP\ Grad\ BMB} \times 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual -DPL
Índice de Referência	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice Previsto	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice observado	104,96

Fonte: DPL/COMGEP

TABELA 20: Índice Estratégico de Graduados da Especialidade Controle de Tráfego (BCT)

Índice Estratégico de Graduados da Especialidade Controle de Tráfego (BCT)	
Meta 10	Atingir, em 2014, o patamar de pelo menos 89% da TEP do efetivo de graduados da Especialidade BCT do COMAER
Objetivo da Mensuração	Identificar a relação entre o número total de graduados da Especialidade Controle de Tráfego existentes no COMAER e a quantidade de graduados dessa especialidade prevista na TEP.
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	SIGPES
Fórmula do Indicador	$I_{EBCT} = \frac{Qtd\ Grad\ BCT}{TEP\ Grad\ BCT} \times 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual -DPL
Índice de Referência	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice Previsto	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice observado	93,20

Fonte: DPL/COMGEP

INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL

TABELA 21: Índice de Provimento de Cargos de Servidores Civis da Carreira de Tecnologia Militar

Índice de Provimento de Cargos de Servidores Civis da Carreira de Tecnologia Militar	
Meta 15	Completar, em 2014, 100% dos cargos vagos da Carreira de Tecnologia Militar do COMAER. (789 cargos autorizados)
Objetivo da Mensuração	Identificar a relação entre o número de cargos vagos de servidores civis da Carreira de Tecnologia Militar do COMAER e o número de cargos preenchidos após concurso público.
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	SIAPE
Fórmula do Indicador	$I_{CPCT} = \frac{\text{Cargos Preenchidos}}{\text{Cargos Vagos}} \times 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual -DPC

Fonte: DPL/COMGEP

TABELA 22: Índice de Provimento de Cargos de Servidores Civis do Quadro de Pessoal da Área de Saúde (PGPE)

Índice de Provimento de Cargos de Servidores Civis do Quadro de Pessoal da Área de Saúde (PGPE)	
Meta 16	Completar, em 2014, 100% dos cargos vagos do Quadro de Pessoal da Área de Saúde (PGPE). (230 cargos autorizados)
Objetivo da Mensuração	Identificar a relação entre o número de cargos vagos do Quadro de Pessoal da Área de Saúde (PGPE) do COMAER e o número de cargos preenchidos após concurso público.
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	SIAPE
Fórmula do Indicador	$I_{CPCTA} = \frac{\text{Cargos Preenchidos}}{\text{Cargos Vagos}} \times 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual -DPC

Fonte: DPL/COMGEP

TABELA 23: Índice de Provimento de Cargos de Servidores Civis do Quadro de Pessoal da Área Administrativa (PGPE)

Índice de Provimento de Cargos de Servidores Civis do Quadro de Pessoal da Área Administrativa (PGPE)	
Meta 17	Completar, em 2014, 100% dos cargos vagos do Quadro de Pessoal da Área Administrativa (PGPE). (366 cargos autorizados)
Objetivo da Mensuração	Identificar a relação entre o número de cargos vagos do Quadro de Pessoal da Área Administrativa (PGPE) do COMAER e o número de cargos preenchidos após concurso público.
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	SIAPE
Fórmula do Indicador	$I_{CPCTA} = \frac{\text{Cargos Preenchidos}}{\text{Cargos Vagos}} \times 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual -DPC

Fonte: DPL/COMGEP

INDICADOR DE CAPACITAÇÃO

TABELA 24: Índice de Abrangência do Curso de Gestão de Pessoal da Aeronáutica (CGPA)

Índice de Abrangência do Curso de Gestão de Pessoal da Aeronáutica (CGPA)	
Meta 18	Attingir, em 2014, 90% das OM do COMAER dotadas de Seção de Pessoal Militar (SPM) com militares formados no CGPA.
Objetivo da Mensuração	Identificar a relação entre a quantidade de OM dotadas de SPM com militares formados no CGPA e a quantidade total de OM dotadas de SPM.
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	SIGPES/CGPA/BCA/FIC
Fórmula do Indicador	$I_{CGPA} = \frac{OM \text{ com For.}}{OM \text{ com SPM}} \times 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual -DCP

Fonte: DPL/COMGEP

INDICADORES DE DIMENSIONAMENTO DE FORÇA DE TRABALHO EM TEMPO DE PAZ
 Meta: Dimensionar a totalidade das necessidades de oficiais superiores até 30 de junho de 2014.

TABELA 25: Dimensionamento de Oficiais Superiores por Quadros

Indicador 19.2	Dimensionamento de Oficiais Superiores por Quadros
Objetivo	Identificar o quantitativo por quadro dimensionado dentro do círculo de oficiais superiores.
Periodicidade	Anual
Aplicação	O indicador tem aplicação no controle do esforço exigido para suportar o Planejamento da Necessidade de Pessoal para o COMAER.
Provisão de Dados/ Fonte	DPL
Fórmula do Indicador	$\frac{qos}{qts}$ <p>Onde <i>qts</i> representa o número de quadros de oficiais superiores dimensionados e <i>qos</i> representa o quantitativo nos quadros de oficiais superiores.</p>
Índice de Referência	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice Previsto	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice observado	143,63

Fonte: DPL/COMGEP

TABELA 26: Dimensionamento de Oficiais Intermediários por Quadros

Indicador 20.2	Dimensionamento de Oficiais Intermediários por Quadros
Objetivo	Identificar o quantitativo por quadro dimensionados dentro do círculo de oficiais intermediários.
Periodicidade	Anual
Aplicação	O indicador tem aplicação no controle do esforço exigido para suportar o Planejamento da Necessidade de Pessoal para o COMAER.
Provisão de Dados/ Fonte	DPL
Fórmula do Indicador	$\frac{qoi}{qti}$ <p>onde <i>qti</i> representa o número de quadros de oficiais intermediários dimensionados e <i>qoi</i> representa o quantitativo nos quadros de oficiais intermediários.</p>
Índice de Referência	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice Previsto	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice observado	104,56

Fonte: DPL/COMGEP

TABELA 27 :Dimensionamento de Oficiais Subalternos por Quadros

Indicador 21.2	Dimensionamento de Oficiais Subalternos por Quadros
Objetivo	Identificar o quantitativo nos quadros dimensionados dentro do círculo de oficiais subalternos.
Periodicidade	Anual
Aplicação	O indicador tem aplicação no controle do esforço exigido para suportar o Planejamento da Necessidade de Pessoal para o COMAER.
Provisão de Dados/ Fonte	DPL
Fórmula do Indicador	$\frac{qob}{qtb}$ <p>onde <i>qtb</i> representa o número de quadros de oficiais subalternos dimensionados e <i>qob</i> representa o quantitativo nos quadros de oficiais subalternos.</p>
Índice de Referência	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice Previsto	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice observado	430,22

Fonte: DPL/COMGEP

TABELA 28: Dimensionamento de Oficiais Subalternos Temporários por Quadros

Indicador 22.2	Dimensionamento de Oficiais Subalternos Temporários por Quadros
Objetivo	Identificar o quantitativo nos quadros dimensionados dentro do círculo de oficiais subalternos temporários.
Periodicidade	Anual
Aplicação	O indicador tem aplicação no controle do esforço exigido para suportar o Planejamento da Necessidade de Pessoal para o COMAER.
Provisão de Dados/ Fonte	DPL
Fórmula do Indicador	$\frac{qot}{qtt}$ <p>onde <i>qtt</i> representa o número de quadros de oficiais subalternos temporários dimensionados e <i>qot</i> representa o quantitativo nos quadros de oficiais subalternos temporários.</p>
Índice de Referência	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice Previsto	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice observado	2312,5

Fonte: DPL/COMGEP

TABELA 29: Dimensionamento do QSS (grupamento básico) por Especialidades

Indicador 23.2	Dimensionamento do QSS (grupamento básico) por Especialidades
Objetivo	Identificar o quantitativo nas especialidades dimensionadas dentro do QSS grupamento básico.
Periodicidade	Anual
Aplicação	O indicador tem aplicação no controle do esforço exigido para suportar o Planejamento da Necessidade de Pessoal para o COMAER.
Provisão de Dados/ Fonte	DPL
Fórmula do Indicador	$\frac{essb}{estb}$ <p>Onde <i>estb</i> representa o número de especialidades do QSS grupamento básico dimensionados e <i>essb</i> representa o quantitativo nas especialidades do QSS grupamento básico.</p>
Índice de Referência	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice Previsto	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice observado	1094,55

Fonte: DPL/COMGEP

TABELA 30: Dimensionamento do QSS (grupamento de serviço) por Especialidades

Indicador 24.2	Dimensionamento do QSS (grupamento de serviço) por Especialidades
Objetivo	Identificar o quantitativo nas especialidades dimensionadas dentro do QSS grupamento de serviço.
Periodicidade	Anual
Aplicação	O indicador tem aplicação no controle do esforço exigido para suportar o Planejamento da Necessidade de Pessoal para o COMAER.
Provisão de Dados/ Fonte	DPL
Fórmula do Indicador	$\frac{esss}{ests}$ <p>onde <i>ests</i> representa o número de especialidades do QSS grupamento de serviço dimensionados e <i>esss</i> representa o quantitativo nas especialidades do QSS grupamento de serviço.</p>
Índice de Referência	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice Previsto	Não existente ,devido ser a primeira vez que se mensura esse índice.
Índice observado	594,88

Fonte: DPL/COMGEP

4.5. Informações sobre custos de produtos e serviços

O item não se aplica a esta UJ. A informação constará do Relatório de Gestão do EMAER.

GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE

COMGEP

Este tópico é de responsabilidade da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA) e constará no Relatório de Gestão dessa UJ.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

Os subtópicos 6.1.1, 6.1.3.1, 6.1.3.2, 6.1.3.3 e 6.1.3.4 da DN nº 134 do TCU são de responsabilidade da SEFA, FAER. O item 6.7 da DN nº 134 do TCU não se aplica a natureza do COMAER.

5.1. Programação e Execução das despesas

5.1.1. Programação das despesas

Este tópico é de responsabilidade da SEFA e FAER.

5.1.1.1. Análise Crítica

Este tópico é de responsabilidade da SEFA e FAER.

5.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Código da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	52111 (120002)	120126	05122210820000001			152.127,16
		120131	05122210820000001			107.615,63
		120133	05122210820000001			212.563,88
		120134	05122210820000001			63.459,76
		120135	05122210820000001			52.986,02
		120136	05122210820000001			134.623,40
		120131	05151205829160001			12.327,61
		120131	05331205821200001			1.145.547,95
		120131	053312108212B0001			1.330,00
Origem da Movimentação	UG		Código da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	52111(120002)	120131	05122210820000001	376.744,00		
		120136	05122210820000001	5.000,00		

Fonte: COMGEP

CONTINUAÇÃO DO Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Código da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	52911 (121002)	120126	0512221082000001			2.693.008,93
		120131	0512221082000001			815.304,03
		120133	0512221082000001			1.615.700,43
		120134	0512221082000001			180.242,49
		120135	0512221082000001			6.225.500,89
		120136	0512221082000001			1.954.671,90
		120131	05151205829160001			260.930,72
		120133	05151205829160001			28.383,57
		120134	05151205829130001			3.206,38
		120135	05151205829160001			3.068,00
		120136	05151205829160001			10.148,00
Origem da Movimentação	UG		Código da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	52911 (121002)	120131	0512221082000001	141.124,99		
		120133	0512221082000001	310.506,11		
		120134	0512221082000001	359,90		
		120136	0512221082000001	175.430,33		

Fonte: COMGEP

Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Concedidos							
Recebidos	52101	120131	05153205814SY0001			2.150.120,06	
			05153205814SY0001			11.850,65	
			05153205820X70001			937,65	
			05333205865570001			17.256,50	
		120133	05153205820X70001			3.214,91	
		120136	05153205814SY0001			11.850,65	
			05153205820X70001			9.422,90	
			05212205720X10001			6.561,48	
		52903	120131	05122205828720001			10.000,00
			120136	05122205828720001			82.926,89

CONTINUAÇÃO DO Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	52101 52903	120131 120136	05153205814SY0001 05122205828720001	4.425.248,11 28.491,65		

Fonte: COMGEP

5.1.3. Realização da Despesa**5.1.3.5. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	44.979.151,87	37.328.787,24	43.160.035,96	37.299.037,11
a)Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b)Tomada de Preços	225916,75	0,00	225.916,75	0,00
c)Concorrência	759.590,68	0,00	759.590,68	0,00
d)Pregão	43.993.644,44	37.328.787,24	42.174.528,53	37.299.037,11
e)Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f)Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g)Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2.Contratações Diretas (h+i)	1.504.895,53	1.346.008,33	1.478.025,29	1.328.396,45
h)Dispensa	1.026.160,05	925.840,68	999.289,81	908.657,45
i)Inexigibilidade	478.735,48	420.167,65	478.735,48	419.739,00
3.Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j)Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4.Pagamento de Pessoal (k+l)	12.919.211.311,51	11.860.884.712,59	12.919.211.311,51	11.860.868.511,92
k)Pagamento em Folha (SDPP-TODA FAB)	12.900.190.336,53	11.844.890.441,04	12.900.190.336,53	11.845.021.911,53
l)Diárias	19.020.974,99	15.862.801,06	19.020.974,98	15.846.600,39
5.Outros	387.489.691,97	238.107.766,36	387.489.991,97	238.107.766,36
6.Total (1+2+3+4+5)	13.353.185.050,88	12.137.667.274,52	13.351.339.364,73	12.137.603.711,84

Fonte: SEFA, FAER

5.1.3.6. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal								
01-Aposent.Rpps, Reser. Remuner. E Refor.Militar	4.967.703.192,56	4.521.307.529,36	4.967.703.192,56	4.521.307.529,36	0,00	0,00	4.967.703.192,56	4.521.307.529,36
12-Vencimentos E Vantagens Fixas - Pes. Militar	3.925.171.806,20	3.481.163.989,32	3.925.171.806,20	3.481.163.989,32	0,00	0,00	3.925.171.806,20	3.481.163.989,32
03-Pensões, Exclusive Do Rgps	3.197.818.271,91	2.889.039.539,87	3.197.818.271,91	2.889.039.539,87	0,00	0,00	3.197.818.271,91	2.889.039.539,87
Demais Elementos Do Grupo	809.293.133,46	953.379.382,49	809.293.133,46	953.379.382,49	0,00	0,00	809.293.133,46	953.379.382,49
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30 - Material de Consumo	42.054.039,26	35.577.205,06	32.061.347,17	23.316.913,44	9.992.692,09	12.260.291,62	31.009.604,25	23.312.457,68
39 - outros Serviços de Terceiros-PJ	16.622.059,03	13.283.304,43	7.731.633,80	8.323.908,10	8.890.425,23	4.959.396,33	7.559.800,83	8.309.646,85
08 - Outros benefícios assistenciais	2.086.940,32	1.326.079,90	2.086.940,32	1.326.079.090,00	0,00	0,00	2.086.940,32	1.326.079,90
93 - Indenização E Restituições	174.206.253,93	0,00	174.206.253,93	0,00	0,00	0,00	174.206.253,93	0,00
46-Auxilio-Alimentacao	65.154.753,88	59.884.507,00	65.154.753,88	59.139.974,56	0,00	744.532,44	65.154.753,88	59.139.974,56
49-Auxilio-Transporte	61.322.884,41	82.567.903,46	61.322.884,41	77.317.339,90	0,00	5.250.563,56	61.322.884,41	77.317.339,90
Demais Elementos Do Grupo	105.716.581,42	124.853.953,35	105.709.501,42	124.853.953,35	7.080,00	7.327.597,53	105.709.077,98	117.511.164,05

CONTINUAÇÃO DO Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

3. Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 – Outros Benef. Assist. do Servidor e do Militar	4.284,00	17.683,80	4.284,00	17.683,80	0,00	0,00	4.284,00	17.683,80
15 – Diárias (P. Militar)	233.569,30	163.183,39	233.569,30	144.044,70	0,00	0,00	233.569,30	135.044,70
30 – Material de Consumo	1.577.012,28	7.181.427,98	1.443.077,78	7.034.855,85	778.920,66	212.467,69	798.091,62	7.034.855,85
39 – Serviços de Terceiros	1.229.196,54	1.497.592,13	910.789,90	564.274,16	318.406,64	165.230,03	910.789,90	564.274,16
339014 – Diárias Civil	20.508,10	7.389,80	20.508,10	2.101,60	0,00	0,00	20.508,10	2.101,60
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
52 - Equipamentos e Material Permanente	7.956.404,59	8.763.301,78	2.429.296,57	3.972.830,17	5.527.108,02	4.633.890,28	1.819.973,39	3.944.185,17
51 - Obras e instalações	1.618.539,51	677.222,20	985.507,43	0,00	633.032,08	677.222,20	985.507,43	0,00
39 - outros serviços de terceiros - PJ	2.304,00	470.763,52	2.304,00	0,00	470.763,52	470.763,52	2.304,00	0,00
Demais elementos do grupo	128.812,42		128.812,42	0,00	0,00	0,00	128.812,42	0,00
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62 - Aquisição de Bens para Revenda	3.110.333,60	2.684.642,02	1.799.539,94	1.922.257,11	1.310.793,66	762.384,91	1.786.452,86	1.922.257,11
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SEFA, FAER

5.1.3.7. Análise Crítica da Realização da Despesa

Atualmente, dentro da estrutura do COMGEP, só há três Unidades Gestoras Executoras: SDAB e DCI, dentro da estrutura da DIRINT, e o GAPS, unidade diretamente subordinada ao COMGEP que centraliza as execuções das Organizações de Saúde da Aeronáutica, no Rio de Janeiro.

Em relação às OM subordinadas a DIRINT, as contratações celebradas pela SDAB dependem do desenvolvimento das especificações técnicas do fardamento para os militares do Comando da Aeronáutica. Para isso, as empresas contratadas devem criar uma linha de produção exclusiva para essa UG, pois a SDAB é o Órgão responsável pela aquisição de uniformes da Força Aérea Brasileira.

Para executar as especificações solicitadas pela SDAB nas quantidades demandadas, os fornecedores levam, em média, 240 (duzentos e quarenta) a 360 (trezentos e sessenta) dias. Considerando os recursos orçamentários, deve-se levar em conta que grande parte do orçamento é descentralizada no terço final do exercício, inviabilizando a liquidação do empenho no exercício financeiro corrente. Contudo, na execução da despesa, uma grande parte dos empenhos é liquidada no próprio exercício, em virtude dos esforços envidados pela Administração.

A grande parte das despesas desta UJ foi realizada na modalidade Pregão, na forma eletrônica, porém alguns casos, como reformas e obras, foram licitadas nas modalidades Tomada de Preços e Concorrência. Os valores dispendidos nas modalidades de Dispensa de Licitação e Inexigibilidade se referem, em sua grande maioria, aos serviços públicos e despesas com publicidade legal.

Um outro ponto importante foram os contingenciamentos. Os contingenciamentos no exercício de 2014 impactaram o planejamento das aquisições e o atendimento às demandas das OM, pois a SDAB deixou de atender às eventuais solicitações ou as atendeu parcialmente, reduzindo os estoques existentes para gerenciamentos de crise.

Por outro lado, a complexidade dos procedimentos administrativos mitigou a tempestividade na execução dos recursos alocados, tendo em vista que, devido à singularidade de grande parte dos itens de fardamento e equipagem para os serviços de subsistência, há a necessidade de realizar análise qualitativa do material ofertado, o que contribui para o aumento dos procedimentos e prazos necessários para a adjudicação e homologação destes itens.

No que se refere à folha de pagamento do COMAER e, levando-se em consideração que a SDPP executa os créditos relacionados ao pagamento de pessoal e aos benefícios assistenciais concedidos em folha de pagamento, não ocorreram alterações na programação que comprometessem a execução dos recursos sob sua responsabilidade.

Um fato novo, comparado ao exercício de 2013, foi a criação da Ação 2120, movimentação de militares, que corresponde ao grupo de despesas 339093, que no exercício de 2014 representou a maior parcela de gastos no Grupo de Natureza de Despesas Outras Despesas Correntes e de Capital.

Os contingenciamentos não impactaram os resultados planejados no DCI e no GAPS, nem a execução orçamentária, tendo em vista que os pedidos de suplementação foram plenamente atendidos antes do término do exercício de 2014.

5.2. Despesas com ações de publicidade e propaganda

Não ocorreu no período.

5.3. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não ocorreu no período.

5.3.1. Análise Crítica

Não ocorreu no período.

5.4. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.6.4–Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	36.169.643,16	34.469.496,46	927.106,65	773.040,05
2012	2.868.837,37	2.281.309,82	587.527,55	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	4.486.625,05	4.425.273,43	61.351,62	0,00
2012	38.151,35	10.980,03	27.171,32	0,00

Fonte: DIRINT/GAPS

5.4.1. Análise Crítica

Embora o montante de restos a pagar tenha aumentado substancialmente de 2012 para 2013, principalmente o RP não processado, ao longo de 2014 houve o pagamento, recebimento e/ou cancelamento de quase todo o montante anteriormente inscrito, sem prejuízo das Unidades beneficiadas pelos materiais e serviços adquiridos.

5.5. Transferências de Recursos

5.5.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Não ocorreu no exercício.

5.5.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Não ocorreu no exercício.

5.5.3. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Não ocorreu no exercício.

5.5.4. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não ocorreu no exercício.

5.5.5. Análise Crítica

Não ocorreu no exercício

5.6. Suprimento de Fundos

5.6.1. Concessão de Suprimento de Fundos

Não ocorreu no exercício.

5.6.2. Utilização de Suprimento de Fundos

Não ocorreu no exercício.

5.6.3. Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Não ocorreu no exercício.

5.6.4. Análise Crítica

Não ocorreu no exercício.

5.7. Renúncias sob a Gestão da UJ

Não se aplica a natureza do COMAER.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1. Estrutura de pessoal da unidade

6.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.106	1.046	119	120
1.1. Militares (1.1.1+1.1.2)	1.033	915	117	109
1.1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	1.030	911	116	109
1.1.2. Reconvocados	3	4	1	0
1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	73	131	2	11
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	72	130	2	11
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Contratos Temporários (2.1 + 2.2)	858	854	250	222
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3+ 2.1.4)	858	854	250	222
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório (*)	504	436	138	173
2.1.2 Oficiais Temporários (**)	149	133	65	30
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	200	275	33	15
2.1.4 Alunos das Escolas de Formação (***)	0	0	4	4
2.1.5 Sargentos Temporários (****)	5	10	10	0
2.2 Civis temporários	0	0	0	0
2.3 Auxiliares Locais (Unidades no Exterior)	162	130	14	9
3. Servidores em cargo DAS (3.3.1+3.3.2+3.3.3)	2	4	0	1
3.1 Servidores Civis sem vínculo	2	3	0	1
3.2 Servidores Civis aposentados	0	1	0	0
3.3 Militares da Reserva Remunerada	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.966	1.904	369	343

Fonte: COMGEP, GAPS, DIRINT, DIRAP, IPA, CENDOC

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	340	706
1.1. Militares (1.1.1+1.1.2)	273	642
1.1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	272	639
1.1.2. Reconvocados	1	3
1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	67	64
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	66	64
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Contratos Temporários (2.1 + 2.2)	192	662
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3+ 2.1.4+2.1.5)	192	662
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório (*)	96	340
2.1.2 Oficiais Temporários (**)	36	97
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	59	216
2.1.4 Alunos das Escolas de Formação (***)	0	0
2.1.5 Sargentos Temporários (****)	1	9
2.2 Civis temporários	0	0
2.3 Auxiliares Locais (Unidades no Exterior)	92	38
3. Servidores em cargo DAS (3.3.1+3.3.2+3.3.3)	3	1
3.1 Servidores Civis sem vínculo	2	1
3.2 Servidores Civis aposentados	1	0
3.3 Militares da Reserva Remunerada	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	535	1.369

Fonte: COMGEP, GAPS, DIRINT, DIRAP, IPA, CENDOC

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	6	6	0	1
1.1.Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	5	0	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	1	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	2	0	0
1.2.5. Aposentados	2	2	0	1
1.2.6. Militares da Reserva Remunerada	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	42	24	1	1
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	42	24	1	1
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	48	29	1	2

Fonte: COMGEP, GAPS, DIRINT, DIRAP, IPA, CENDOC

Análise Crítica:

Em relação ao efetivo civil, há uma dificuldade substancial de preenchimento dos cargos vagos, devido a não autorização para o provimento de novos cargos pelo MPOG, acrescentando a isso, um elevado êxodo do pessoal civil por aposentadoria.

Em relação ao efetivo militar, não há um prejuízo substancial na missão do COMAER, por falta de recompletamento do efetivo, pois o COMAER está em um movimento crescente para se atingir o efetivo previsto em lei.

6.1.2. Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

A Unidade Jurisdicionada produz as informações da forma mais eficiente possível. A qualificação do pessoal atende às necessidades que as organizações requerem, otimizando as competências e habilidades no produto final dos trabalhos a serem realizados. Dessa forma se consegue produzir com eficiência e eficácia, na unidade de tempo, o que está determinado nos objetivos, metas e ações a serem alcançados pela organização.

Foram realizados os cursos abaixo listados, com o quantitativo de militares e civis envolvidos:

TABELA 41: CURSOS NA ÁREA DO COMGEP

COMGEP		
NOME DO CURSO	Nº DE MILITAR	Nº DE CIVIL
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA PARA OFICIAIS	1	0
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA PARA GRADUADOS	1	0

CONTINUAÇÃO DA TABELA 41: CURSOS NA ÁREA DO COMGEP

CURSO DE LINUX BÁSICO PARA ADMINISTRADOR	2	0
CURSO DE FERRAMENTA ABERTA DE ESCRITÓRIO	3	0
TREINAMENTO PARA SECÕES DE PESSOAL CIVIL	1	1
TOTAL	9	1
IPA		
CURSO DE LÍNGUA ESPANHOLA BÁSICO A DISTÂNCIA	1	0
CURSO DE LÍNGUA INGLESA BÁSICO A DISTÂNCIA	1	0
CURSO BÁSICO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS – FATOR HUMANO	2	0
CURSO DE ADMINSTRAÇÃO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA PARA OFICIAIS	1	0
3º SEMINÁRIO DE ENSINO A DISTÂNCIA DO ILA	1	0
ESTÁGIO DE COMANDO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	1	0
TOTAL	7	0
CENDOC		
CURSO PARA APLICAÇÃO DO TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO	2	0
CURSO DE REGIONALIZAÇÃO	1	0
CURSO DE LINUX BÁSICO PARA ADMINISTRADOR	1	0
CURSO DE NEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS INTERNACIONAIS	1	0
XII CURSO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1	0
GESTÃO DE DOCUMENTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2	0
ESTÁGIO DE CAPACITAÇÃO DE ENTREVISTADORES	2	0
TOTAL	10	0
DIRAP		
CURSO DE INGLÊS	1	0
CURSO PARA TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS	3	0
CURSO DE LÍNGUA ESPANHO BÁSICO – EAD	2	0
CURSO DE LÍNGUA INGLESA BÁSICO – EAD	1	0
CURSO TÉCNICO-OPERACIONAL PARA O ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO FUNSA	2	0
CURSO DE ANÁLISE DE INTELIGÊNCIA	1	0
CURSO BÁSICO DO SIAFI	1	0
CURSO DE INSTRUTOR DE TIRO	1	0
CURSO DE RESPONSABILIDADE PERANTE O TCU	1	0
CURSO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR	1	0
CURSO DE ADMINSTRAÇÃO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA PARA GRADUADOS	1	0
EVENTO ALUSIVO AO DIA DO BIBLIOTECÁRIO	1	0
CURSO DE PERÍCIA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL MILITAR	1	0

CONTINUAÇÃO DA TABELA 41: CURSOS NA ÁREA DO COMGEP

CURSO DE LINUX BÁSICO PARA ADMINISTRADOR	6	0
CURSO DE CRIAÇÃO DE SITES	5	0
CURSO DE LINUX BÁSICO PARA USUÁRIO	1	0
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	2	0
TREINAMENTO DE SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS DE PESSOAL INATIVO	6	4
ESTÁGIO DE CONTABILIDADE DE CUSTOS	1	0
CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA MNT DA NOVA ESTRUTURA DOS EQUIPAMENTOS REGIONAL DOS SV DE TI	2	0
CURSO DE IDENTIFICADOR DATILOSCÓPICO	1	0
CURSO DE LÍNGUA INGLESA INTERMEDIÁRIO-EAD	1	0
CURSO DE LÍNGUA ESPANHOLA INTERMEDIÁRIO EAD	1	0
CURSO DATA MART	2	0
CURSO BÁSICO DE INTELIGÊNCIA PARA OFICIAIS EAD	1	0
V SEMINÁRIO: A GESTÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NA ADM PUB FEDERAL	1	0
CURSO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADM FINANCEIRA GERENCIAL (CSIAFIG)	1	0
CURSO DE PRÁTICA DE ENSINO	1	0
CURSO BÁSICO DE INTELIGÊNCIA PARA GRADUADOS	4	0
CURSO DE ADMINSTRAÇÃO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA PARA OFICIAIS	1	0
CURSO DE FERRAMENTA ABERTA DE ESCRITÓRIO	2	0
ESTÁGIO DE APRIMORAMENTO EM PAGAMENTO DE PESSOAL	3	0
CURSO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO	1	0
ESTÁGIO DE CAPACITAÇÃO DE ENTREVISTADORES	2	0
1º SEMINÁRIO AMBIENTAL DO COMAER	14	0
ESTÁGIO DE ADIDOS E AUXILIARES DE ADIDOS	2	0
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE SOLDADOS 2/2014	10	0
CURSO DE FORMAÇÃO DE CABOS 2/2014	12	0
TOTAL	100	4
DIRSA		
CURSO DE SIAFI	4	0
CURSO ELEMENTAR DE CONTRAINCÊNCIO DE EDIFICAÇÕES	6	0
CURSO DE LÍNGUA INGLESA INTERMEDIÁRIO – EAD	6	0
CURSO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS MECANIZADOS	5	0
BÁSICO DE BUSCA E SALVAMENTO	4	0
CURSO DE CREDENCIAMENTO INTENSIVO MAXILAS A TRÓFICAS-ZIGOMÁTICO	1	0

CONTINUAÇÃO DA TABELA 41: CURSOS NA ÁREA DO COMGEP

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA PARA GRADUADOS	5	0
CURSO SOBRE A ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO	6	0
CURSO DE FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE E CONTRATOS	6	0
CURSO DE CAPACITAÇÃO DE SAÚDE EM DEFESA QUÍMICA, BIOLÓGICA, RADIOLÓGICA	5	0
BÁSICO DE INTELIGÊNCIA PARA OFICIAIS	4	0
CURSO BÁSICO DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA	4	0
TREINAMENTO PARA SECÕES DE PESSOAL CIVIL	0	4
ESTÁGIO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA	7	0
CURSO DE OPERADOR DE EMPILHADEIRA	5	0
CURSO DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO CONTRA ARMAS QUÍMICAS	2	0
PARTICIPAÇÃO DO GRUPO	1	0
CURSO BÁSICO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	5	0
INTERNATIONAL OBSERVERSHIP IN URO-ONCOLOGY	1	0
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEFESA QUÍMICA, BIOLÓGICA E NUCLEAR	2	0
CURSO DE MEDICINA DO TRABALHO	1	0
INTERNATIONAL SCHOLAR PROGRAM TRASNASAL SCHOOL BASE SURGERY	1	0
ADVANCE AEROSPACE MEDICINE FOR INTERNATIONAL MEDICAL OFFICERS	1	0
AEROSPACE MEDICINE PRIMARY COURSE	1	0
CURSO BÁSICO DE DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS E DOS DIREITOS HUMANOS	5	0
CURSO DE PREPARAÇÃO DE INSTRUTORES	4	0
CURSO BÁSICO DE INTELIGÊNCIA GRADUADOS	5	0
TOTAL	97	4
DIRINT		
NEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS E ACORDOS DE COMPENSAÇÃO	1	0
CURSO DE OPERADOR DE EMPILHADEIRA	12	0
CURSO ELEMENTAR DE CONTRAINCÊNCIO E EDIFICAÇÕES	1	0
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA PARA OFICIAIS	1	0
CURSO DE APLICAÇÃO DE TESTE FÍSICO DE CONDICIONAMENTO FÍSICO	3	0
TREINAMENTO PARA SECÕES DE PESSOAL CIVIL	2	1
CURSO DE CRIAÇÃO DE SITES JOOMLA – BÁSICO	1	0

CONTINUAÇÃO DA TABELA 41: CURSOS NA ÁREA DO COMGEP

CURSO TÉCNICO OPERACIONAL DE ATENDIMENTO AO FUNSA	3	0
CURSO DE LÍNGUA ESPANHOLA BÁSICO - CLE-BD	1	0
CURSO PARA ORIENTAÇÃO FÍSICO PROFISSIONAL MILITAR - COTF	1	0
CURSO DE SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA GERENCIAL COM APLICAÇÃO GERAL (CSIAFIG)	2	0
CURSO DE PRÁTICA DE ENSINO (CPE)	1	0
ESTÁGIO DE COMANDO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA - ECFAB	3	0
TOTAL	32	1
GAPS		
CURSO DE SIAFI	1	0
TOTAL	1	0

Fonte: DCP/COMGEP

6.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de carreira vinculados ao órgão da Unidade Jurisdicionada											
Militares de Carreira(Ativa/Reconvocados)											
Exercícios	2014	65.161.032,71	187.881,56	9.323.670,08	14.551.085,99	8.064.170,81	462.398,75	0,00	56.840,06	0,00	97.807.079,96
	2013	30.954.654,32	84.452,42	4.614.689,95	7.945.731,00	4.590.251,87	149.480,90	0,00	16.563,91	0,00	48.355.824,37
Civis											
Exercícios	2014	2.309.334,53	0,00	482.660,31	44.747,11	228460,25	223.211,18	0,00	0,00	0,00	3.288.413,38
	2013	1.807.844,34	0,00	393.958,34	53.506,94	187.557,75	147.200,32	0,00	0,00	0,00	2.590.067,69
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da Unidade Jurisdicionada											
Militares de Carreira											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Civis											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública(exceto temporários)											
Civis											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SDPP, SIGPES

CONTINUAÇÃO DO Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

Servidores cedidos com ônus											
Militares de Carreira											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Civis											
Exercícios	2014	604.029,48	0,00	53.454,92	4.984,35	50.950,13	62.093,91	0,00	0,00	0,00	775.512,79
	2013	644.549,88	0,00	53.712,49	21.097,45	63.420,40	59.813,40	0,00	0,00	0,00	842.593,62
Servidores com contratotemporário											
Militares (TTC / Oficiais Temporários / Serviço Militar Obrigatório)											
Exercícios	2014	16.229.283,66	2.852,30	2.416.593,80	2.095.429,65	3.031.605,44	118.065,26	0,00	1.622,33	0,00	23.895.452,44
	2013	7.165.894,96	1.010,45	1.003.683,48	948.906,28	1.290.745,98	0,00	0,00	6.539,58	0,00	10.415.770,28
Civis											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Civis (Auxiliares Locais)											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:SDPP, SIGPES

6.1.4. Irregularidades na área de pessoal

6.1.4.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Quanto à acumulação de cargos, foi solicitada a instauração, no ano de 2013, de uma enorme quantidade de sindicâncias a fim de averiguar supostas acumulações ilegais de cargos no âmbito do Comando da Aeronáutica, verificadas pelo TCU. Todas as sindicâncias em que se verificou qualquer acumulação, ao menos as que passaram pela Assessoria Jurídica do COMGEP, foram remetidas ao CENCIAR para controle. No ano de 2014, houve importante alteração jurídica na matéria, em razão da EC nº 77/2014, ocasião em que grande parte das acumulações, antes tidas por ilegais, passaram a ser constitucionalmente admitidas.

Nada obstante, o Comandante-Geral do Pessoal solicitou a criação de um Grupo de Trabalho por meio da Portaria nº 1474-T/AJ, de 15 de agosto de 2014, com membros de diversas OM subordinadas, para tratar da matéria de acumulação de cargos, em cumprimento ao Acórdão nº 1153/2014-TCU-Plenário, assim como passada a incumbência para 3ª Subchefia deste COMGEP de formalizar uma proposta de padronização procedimentos, por meio de um documento orientador. O Grupo de Trabalho redigiu o documento, que agora está em fase de aprovação.

6.1.4.2. Terceirização Irregular de Cargos

Não ocorreu no período.

6.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

Ao longo de 2014, a Divisão de Planejamento do COMGEP (DPL) realizou um estudo para identificar os riscos envolvidos na Gestão de Pessoas. Dentre os riscos identificados, os principais estão descritos abaixo:

a) não captar a quantidade suficiente de profissionais com a experiência desejada para determinada área, o que pode afetar os trabalhos, principalmente na área de Engenharia, onde a procura está muito baixa, em razão do mercado aquecido;

b) tendência de aumento de êxodo, devido a condições/fatores externos, em detrimento da área ou atividade, principalmente em Oficiais e Graduados, mais jovens, em busca de melhores condições de crescimento profissional e salarial;

c) redução da produtividade (remuneração/absenteísmo) em função de políticas remuneratórias ou condições de trabalho. Como não há uma política de incentivos que melhore as condições de trabalho ou uma política salarial que recompense a produtividade, pode haver uma tendência à acomodação e diminuição da produtividade do efetivo

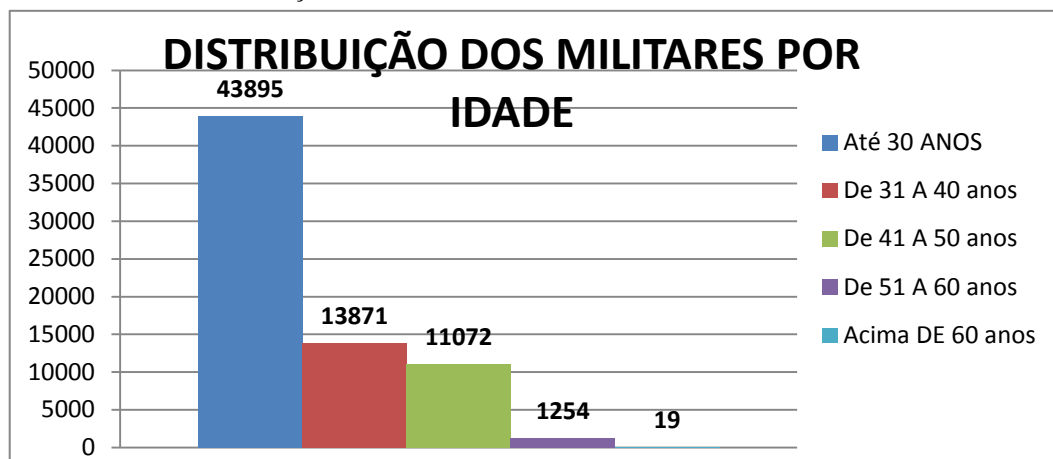
Com a identificação dos principais riscos na Gestão de Pessoas, a DPL passou a envidar esforços para mitigá-los, de modo a garantir o atingimento dos objetivos da Organização.

6.1.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

INDICADORES GERENCIAIS DE RECURSOS HUMANOS DO COMAER EM 2014:

Com o objetivo de divulgar os indicadores gerenciais de Recursos Humanos do Comando da Aeronáutica do ano de 2014, foram realizadas consultas ao Sistema de Apoio à Decisão (SADCOMAER) e se obteve os seguintes indicadores:

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DOS MILITARES POR IDADE



Fonte: Sistema de Apoio à Decisão do COMAER (SADCOMAER)

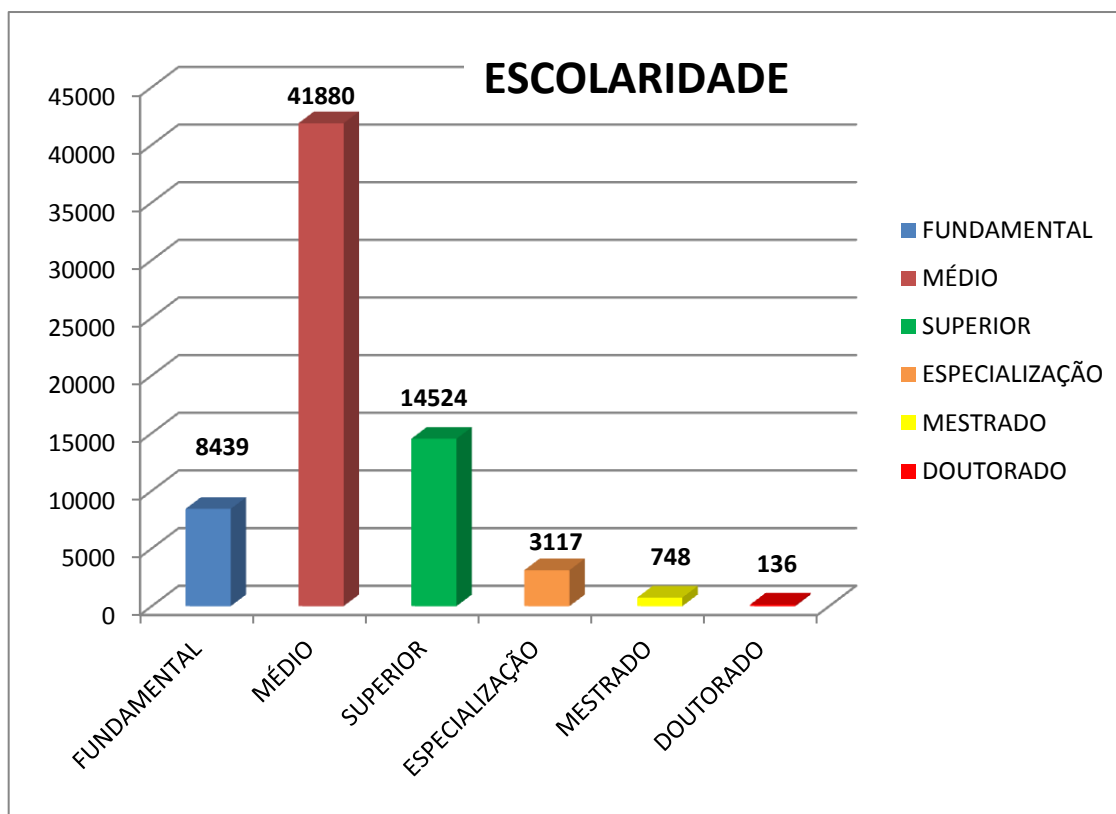
Pode-se notar no gráfico acima que grande parte dos militares do COMAER tem idade abaixo de 30 anos. Pode-se observar, também, que há poucos militares com idade acima de 60 anos, apenas 19. Fazendo uma comparação dos números de militares categorizados por idade nos anos 2012, 2013 e 2014, temos a seguinte tabela:

Tabela 42: Comparação da Distribuição de Idade dos Militares do COMAER

COMPARAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE IDADE DOS MILITARES DO COMAER			
Idade dos Militares do COMAER	2012	2013	2014
IDADE ATÉ 30 ANOS	43188	46060	43895
IDADE DE 31 A 40 ANOS	12579	12863	13871
IDADE DE 41 A 50 ANOS	11072	10940	11072
IDADE DE 51 A 60 ANOS	1119	1209	1254
IDADE ACIMA DE 60 ANOS	18	20	19

Pode-se observar na tabela acima que houve decréscimo no número de militares nas faixas etárias até 30 anos e acima de 60 anos. Nas demais faixas etárias houve aumento do número de militares.

GRÁFICO 2: ESCOLARIDADE DOS MILITARES DO COMAER



Fonte: Sistema de Apoio à Decisão do COMAER (SADCOMAER)

Pode-se observar no gráfico “Escolaridade dos Militares do COMAER” que a grande maioria dos militares não possui o nível superior. Nota-se, também, que entre os que possuem o nível superior de estudo, apenas um número reduzido possui especialização, mestrado ou doutorado. Fazendo-se uma comparação da escolaridade dos militares do COMAER, nos anos de 2012, 2013 e 2014, temos a seguinte tabela:

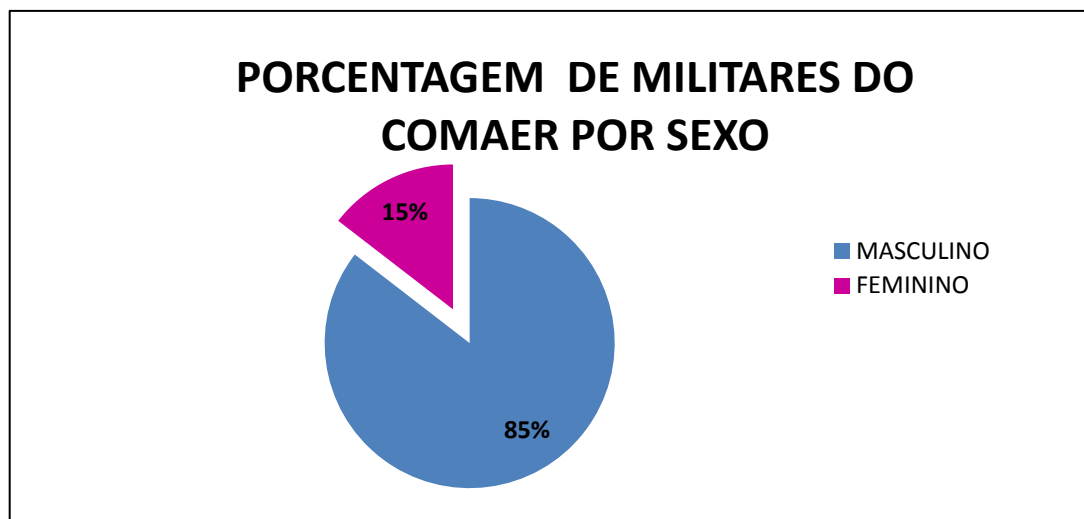
TABELA 43: COMPARAÇÃO DA ESCOLARIDADE DOS MILITARES DO COMAER

Escolaridade dos Militares do COMAER	2012	2013	2014
Fundamental	8990	9502	8439
Médio	40597	42757	41880
Superior	16847	14326	14524
Mestrado	662	662	748
Doutorado	113	113	136

Na tabela 2, pode-se notar que houve uma diminuição do número de militares com ensino fundamental e médio. Já no que diz respeito aos militares com ensino superior, mestrado e doutorado, podemos observar que houve aumento do número.

Nessa tabela, não houve a comparação dos militares com especialização devido ao fato de essa variável não ter sido considerada no estudo realizado no ano de 2012.

GRÁFICO 3: PORCENTAGEM DE MILITARES DO COMAER POR SEXO



Fonte: Sistema de Apoio à Decisão do COMAER (SADCOMAER)

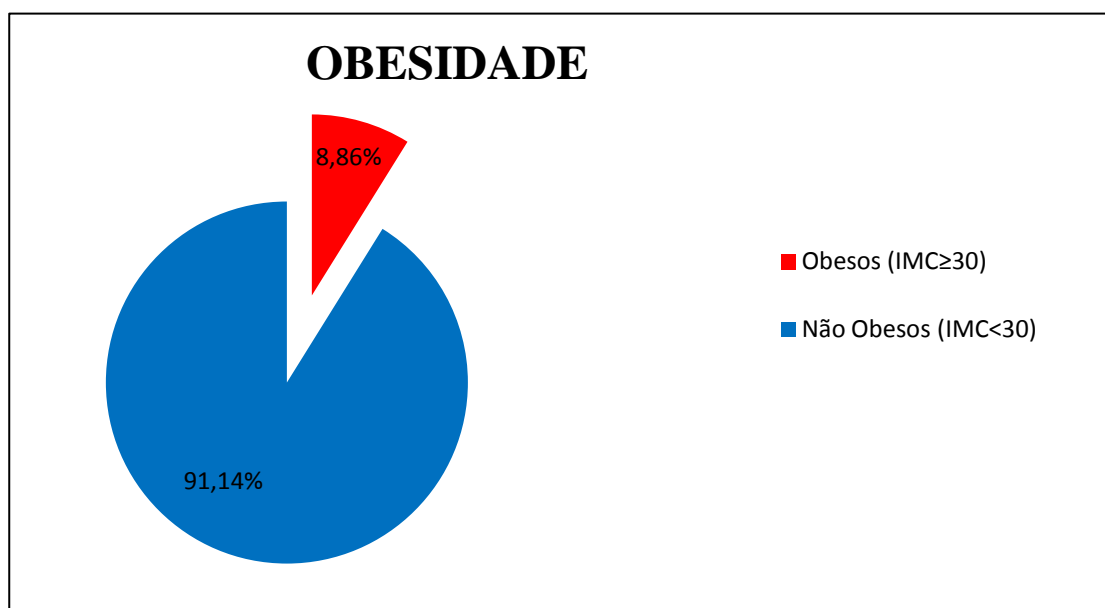
Pode-se verificar no gráfico acima que o Comando da Aeronáutica possui em seu efetivo a grande maioria de militares do sexo masculino, sendo apenas 15% dos militares do sexo feminino. Fazendo-se uma comparação da porcentagem dos militares do COMAER por sexo, nos anos de 2012, 2013 e 2014, temos a seguinte tabela:

TABELA 44: COMPARAÇÃO DA PORCENTAGEM DOS MILITARES POR SEXO

Porcentagem dos Militares do COMAER por Sexo	2012	2013	2014
Masculino	78%	87%	85%
Feminino	22%	13%	15%

Pode-se notar que houve um decréscimo na porcentagem de militares do sexo masculino e, por consequência, o aumento da porcentagem de militares do sexo feminino.

GRÁFICO 4: PORCENTAGEM DE MILITARES DO COMAER COM OBESIDADE



Fonte: CDA

Pode-se notar no gráfico acima que 8,86% dos militares do COMAER estão obesos, ou seja, o Índice de Massa Corporal (IMC) está com o valor acima ou igual a 30. O IMC é obtido pela seguinte fórmula: peso (em quilogramas) dividido pela altura ao quadrado (em metros).

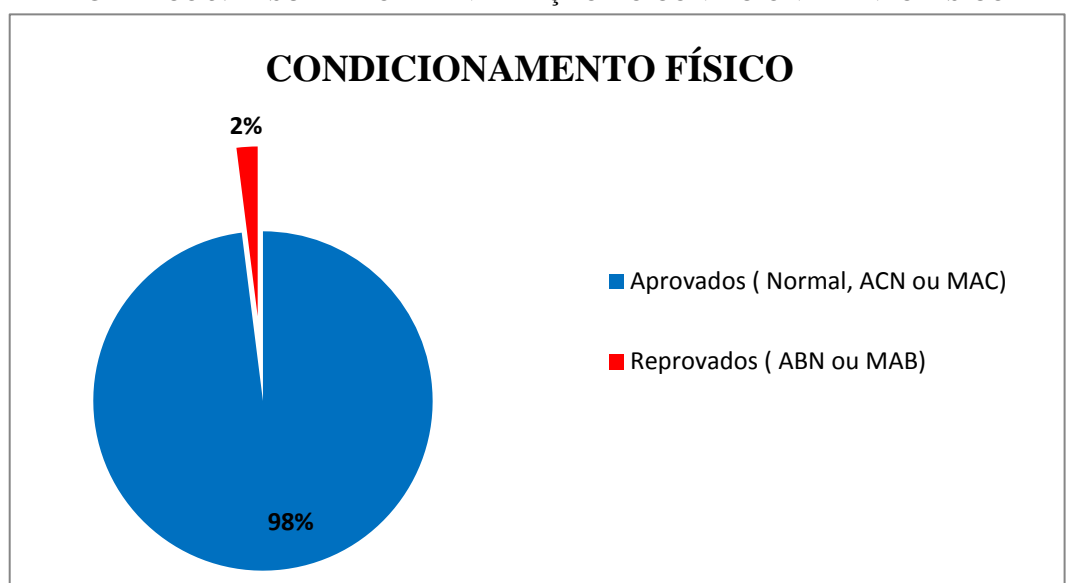
Fazendo-se uma comparação da porcentagem de militares do COMAER com obesidade, nos anos de 2012, 2013 e 2014, temos a seguinte tabela:

TABELA 45: COMPARAÇÃO DA PORCENTAGEM DE MILITARES DO COMAER COM OBESIDADE

Porcentagem de Militares do COMAER com Obesidade	2012	2013	2014
Obesos (IMC \geq 30)	6,96%	8,74%	8,86%
Não Obesos (IMC<30)	93,04%	91,26%	91,14%

Na tabela 4, pode-se verificar que houve um leve aumento na porcentagem dos militares do COMAER obesos.

GRÁFICO 5: RESULTADO DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO



Fonte: CDA

Observa-se, no gráfico acima, que somente uma pequena porcentagem, 2% dos militares do COMAER, não obteve aprovação no teste de avaliação do condicionamento físico.

Fazendo-se uma comparação dos resultados dos testes de avaliação do condicionamento físico, nos anos de 2012, 2013 e 2014, temos a seguinte tabela:

TABELA 46: COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DO TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO

Resultado do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico	2012	2013	2014
Aprovados (Normal, ACN ou MAC)	98%	97,29%	98%
Reprovados (ABN ou MAB)	2%	2,71%	2%

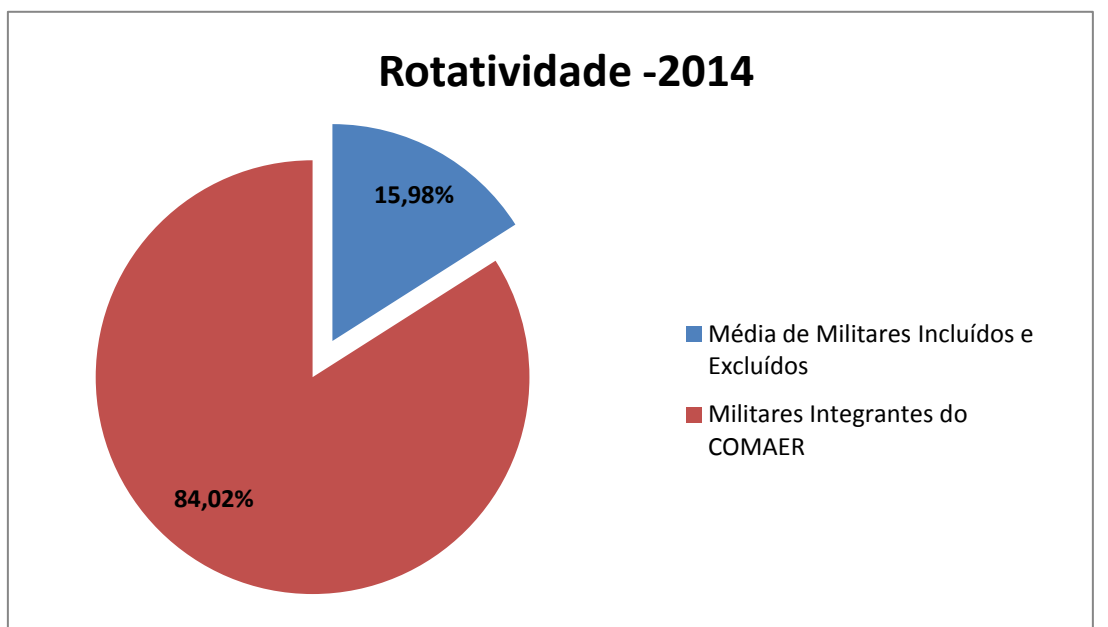
Na tabela 5, pode-se notar que a porcentagem de militares do COMAER aprovados no teste de avaliação do condicionamento físico permaneceu quase no mesmo patamar. As siglas utilizadas no gráfico significam: ACN - resultado acima do normal, MAC - resultado muito acima do normal, ABN - resultado abaixo do normal e MAB - resultado muito abaixo do normal.

O “Índice de Rotatividade por Afastamento do Serviço Ativo” é utilizado para medir a rotatividade anual de força de trabalho militar no COMAER. É obtido pelo cálculo da seguinte fórmula:

$$\frac{(\text{Militares que deixam o serviço ativo} + \text{militares que ingressam}) / 2 \times 100}{\text{Quantidade total de Militares}}$$

$$\frac{(13426 + 8985) / 2 \times 100}{70112} = 15,98$$

GRÁFICO 6: ROTATIVIDADE – 2014



Fonte: Sistema de Apoio à Decisão do COMAER (SADCOMAER)

Fazendo-se a comparação da rotatividade ocorrida nos anos de 2012 e 2013, temos a seguinte tabela:

TABELA 47: COMPARAÇÃO DA ROTATIVIDADE

TABELA DE COMPARAÇÃO DA ROTATIVIDADE			
ROTATIVIDADE	2012	2013	2014
	14,23%	15,54%	15,98%

Observa-se, na tabela comparativa acima que houve um pequeno aumento no índice de rotatividade de militares do COMAER no ano de 2014.

Com o objetivo de conhecer o êxodo prematuro em 2014, foram realizadas consultas no portal de Sistema de Apoio à Decisão do COMAER (SADCOMAER).

Nessa pesquisa, os militares que compõem o êxodo são os militares que deixam o Comando da Aeronáutica antes de completarem 30 anos de serviço, passando para a reserva não-remunerada. No universo da pesquisa foram considerados somente os militares de carreira.

TABELA 48: TOTALIZAÇÃO DE MILITARES, POR CÍRCULO, QUE DEIXARAM O SERVIÇO ATIVO EM 2014, ANTES DE COMPLETAREM 30 ANOS DE SERVIÇO (ÊXODO PREMATURO)

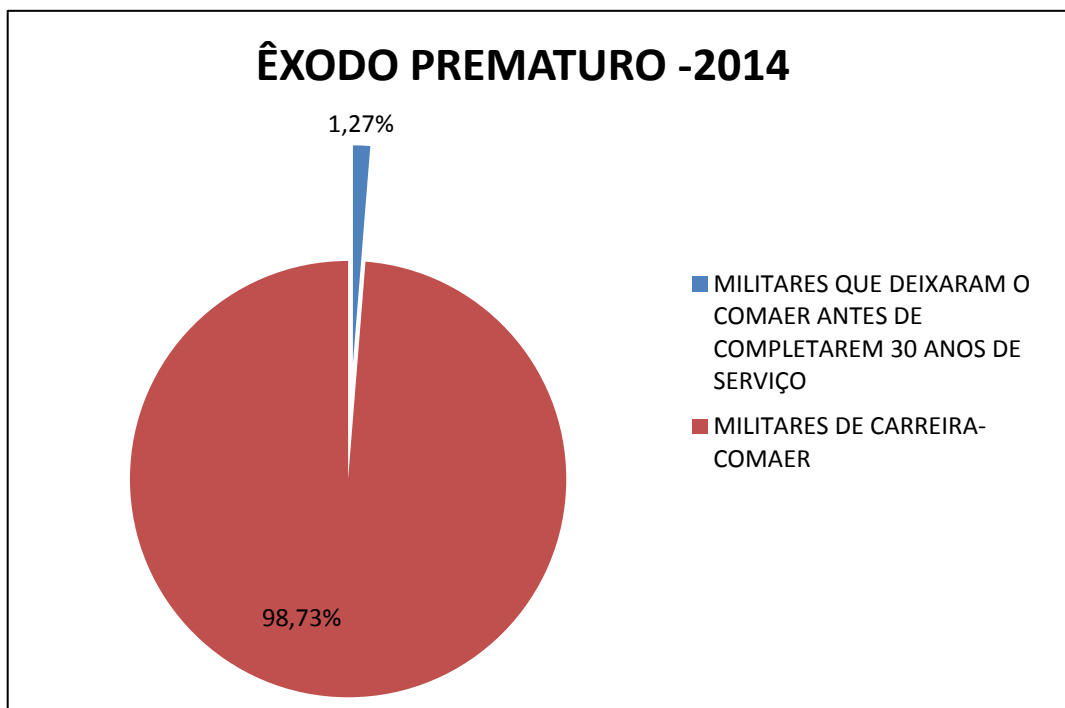
CÍRCULO	ÊXODO	TOTAL	
Grd/ Pra (SO/ SGT)	352	24942	1,41
Grd/ Pra (TF)	12	625	1,92
Oficial (Int/Sub)	47	4721	1,00
Oficial Sup	5	2446	0,20

TABELA 49: MOTIVOS DA INATIVIDADE CONSIDERADOS

MOTIVOS DA INATIVIDADE CONSIDERADOS
DEMISSÃO A PEDIDO
DEMISSÃO <i>EX-OFFICIO</i> PARA EXERCÍCIO DE CARGO
EXCLUSÃO A BEM DA DISCIPLINA
LICENCIAMENTO A PEDIDO
LICENCIAMENTO <i>EX-OFFICIO</i>
LICENCIAMENTO POR DECISÃO JUDICIAL
LICENCIAMENTO POR TÉRMINO DE TEMPO DE SERVIÇO
REFORMA POR DECISÃO JUDICIAL
REFORMA POR INCAPACIDADE FÍSICA DE MILITAR DA ATIVA

TOTAL: 416 militares excluídos em um universo de **32.734** militares de carreira.

GRÁFICO 7: ÊXODO PREMATURO – 2014



Fonte: Sistema de Apoio à Decisão do COMAER (SADCOMAER)

Fazendo-se a comparação do êxodo prematuro nos anos de 2012, 2013 e 2014, temos a seguinte tabela:

TABELA 50: COMPARAÇÃO DO ÊXODO

TABELA DE COMPARAÇÃO DO ÊXODO			
	2012	2013	2014
ÊXODO PREMATURO	1,13%	1,20%	1,27%

Na tabela de comparação do êxodo pode-se notar que houve um pequeno aumento no êxodo prematuro.

6.2. Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

Não ocorreu no exercício.

6.2.1. Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro A.7.2.1– Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: DEPÓSITO CENTRAL DE INTENDÊNCIA														
UG/Gestão: 120034/00001							CNPJ: 00.394.429/0046-02							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada(CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	L	O	01/DCI/2010 - Prestação de serviço de manutenção e conservação de áreas verdes	68582709/0001-86	20/04/10	19/04/15	7	7	0	0	0	0	P	
2011	L	O	31/DCI/2011 - Prestação de serviço de manutenção, conservação e higienização, com fornecimento de materiais	68582709/0001-86	08/09/11	07/09/15	8	8	0	0	0	0	P	
2013	L	O	056/SDAB/2013 - Contrato de Limpeza e Conservação da Unidade	10.214.412/0001-88	01/06/2014	01/06/15	x	x						
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte:DCI-COMGEP

6.2.2. Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Não ocorreu no período.

6.2.3. Análise Crítica dos itens 6.2.1 e 6.2.2

Não houve nenhum acontecimento relevante que tenha causado impactado aos contratos de serviços de limpeza e higiene em 2014, e tão pouco houve dificuldades na Administração para a condução dos contratos.

6.2.4. Contratação de Estagiários

Não ocorreu no período.

6.3. Desoneração da Folha de Pagamento

Em atendimento ao previsto no item 7.3 da DN nº 139/2014 do TCU, embora as informações sobre as desonerações sobre a folha de pagamento propiciadas pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012 constem do Relatório de Gestão da SEFA, no âmbito deste Comando-Geral, no exercício de 2014, ocorreu à revisão do seguinte contrato:

TABELA 51:REVISÃO DE CONTRATO

ODGSA	UG	CONTRATO	SITUAÇÃO	VALOR ORIGINAL (CONTRATO + ADITIVOS E APOSTILAMENTOS)	PREVISÃO DE ECONOMIA OBTIDA ATÉ MARÇO DE 2014
COMGEP	120044	012/PIPAR/2010	EM REVISÃO	R\$ 617.298,00	R\$ 32.526,25

Fonte: SEFA, CENCIAR

O contrato original teve o valor de R\$ 117.960,00. O primeiro Termo Aditivo teve o valor de R\$ 147.450,00. O segundo termo teve o valor de R\$175.944,00 e o terceiro termo teve o valor de R\$ 175.944,00.

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

a) no COMGEP, a forma de utilização da frota de veículos é regulada pelos seguintes dispositivos:

- Lei nº 1081 de 13 ABR 1950 - Uso de Carros Oficiais;
- Decreto nº 6403 de 17 MAR 2008 – Utilização de Veículos Oficiais pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional;
- Instrução do Comando da Aeronáutica 36-2, de 01 DEZ 2011, Classificação, Distribuição, Emprego, Utilização e Operação de Veículos de Transporte de Superfície; e
- NPA 12-GAB - Utilização de Viaturas do COMGEP;

b) é um veículo de transporte institucional, destinado a realizar os serviços diários externos de transporte institucional, como a entrega de materiais e documentos, aquisição de materiais e o transporte de militares em missões a serviço.

c) a UJ possui um Veículo de Serviço, marca FIAT, modelo UNO, ano 2006.

d) O veículo roda a média de 16.000 km anuais.

Todos os serviços de revisões periódicas, reparos, fornecimento de combustíveis, controle da quilometragem, avarias e etc. são executados pelo GAP-BR.

Esse controle é realizado por um motorista responsável e por um Encarregado da supervisão, mediante registros em uma caderneta apropriada e por relatórios mensais.

TABELA 56: VEÍCULOS DO DCI

ITEM	VIATURA	PLACA	REG FAB	SETOR	CÓD	CLASSIFICAÇÃO	MÉDIA IDADE (anos)	MÉDIA KM
01	PALIO	JKH 3863	06BP258	STA	P-2	Veículo pequeno de serviço	9,0	15.430,8
02	PEUGEOT 307	JJQ 4343	-----	CMDO	P-2	Veículo pequeno de serviço		
03	PEUGEOT 307	JJQ 4453	-----	CMDO	P-2	Veículo pequeno de serviço		
04	SPRINTER	KKX 6396	99DP140	STA	P-14	Veículo para transporte coletivo, cap. de 10 a 16 pessoas sentadas		
05	TRANSIT	KVP 6438	11DP305	DIOP	P-14	Veículo para transporte coletivo, cap. de 10 a 16 pessoas sentadas		
06	CAMINHÃO	KUR 8822	07DC036	STA	C-2	Veículo aberto, cap. Superior a 6 ton.	6,6	10.089,8
07	CAMINHÃO	KYO4623	13DC283	STA	C-2	Veículo aberto, cap. Superior a 6 ton.		
08	FURGÃO	KZY 4270	05DC168	DIOP	C-4	Veículo fechado, cap. de carga menor ou igual a 2 ton.		
09	FIORINO	LPL 2368	08DC340	STA	C-4	Veículo fechado, cap. de carga menor ou igual a 2 ton.		
10	CAMINHÃO	LKT 3015	08DC322	STA	C-5	Veículo fechado, cap. maior que 2 ton.		
11	PICK - UP	LCO 8875	98DC151	STA	C-6	Veículo com caçamba, cap. de carga igual ou menor que 1,5 ton.		
12	CAMINHÃO	LTL 3582	11DC069	STA	C-8	Veículo fechado, cap. maior que 10 ton.		
13	CAMINHÃO	LRF7065	13DC500	STA	C-8	Veículo fechado, cap. maior que 10 ton.		
14	CAMINHÃO	KPX6060	13DC501	STA	C-8	Veículo fechado, cap. maior que 10 ton.		
15	AMBULÂNCIA	LOJ 0351	02DE138	STA	E-1	Veículo para remoção de pacientes	7,9	2.003,9
16	CAMINHÃO	KYN 6950	11DC314	DIOP	E-3	Frigorífico		
17	CAMINHÃO	FAB 0580	13DE089	DIOP	E-3	Frigorífico		
18	CAMINHÃO	FAB 0583	13DE090	DIOP	E-3	Frigorífico		
19	CAMINHÃO	HKQ 6523	12DE186	STA	E-5	Basculante		
20	EMPILHADEIRA	-----	96DE037	DSUP	E-10	Veículo destinado a movimentação de carga		
21	EMPILHADEIRA	-----	00GE192	DSUP	E-10	Veículo destinado a movimentação de carga		
22	EMPILHADEIRA	-----	08GE322	DSUP	E-10	Veículo destinado a movimentação de carga	7,9	2.003,9

Continuação TABELA 56: VEÍCULOS DO DCI

23	CAMINHÃO	OOZ 9908	12DE178	DIOP	E-15	Caminhão equipado com guindaste		
24	CAMINHÃO	ILI 1246	88DC409	DIOP	E-21	Veículos sem enquadramentos		
25	CAMINHÃO	FAB 5400	05DC147	DIOP	E-21	Veículos sem enquadramentos		
26	CAMINHÃO	EEF 2246	09DC275	DIOP	E-21	Veículos sem enquadramentos		
27	CAMINHÃO	FJT 4429	-----	DIOP	E-21	Veículos sem enquadramentos		
28	CAMINHÃO	EZH 2790	-----	DIOP	E-21	Veículos sem enquadramentos		
29	CAMINHÃO	EZH 2807	-----	DIOP	E-21	Veículos sem enquadramentos		

TABELA 57: VEÍCULOS DA SDAB

CÓD	Tipo	Especificação	REG FAB	MODELO	Total de Veículos
C4	Furgão leve	Veículo fechado, com capacidade de carga menor ou igual a 2ton	05CC167	FIORINO	3
			11DC026	BOXER 330M	
			11DC027	BOXER 330M	
C5	Caminhão	Veículo com carroceria fechada (baú), com capacidade de carga maior que 2ton.	12dc032	CARGO 1319	2
			12dc038	CARGO 1319	
C8	Caminhão baú trocado	Veículo com carroceria fechada (baú), com capacidade de carga maior que 10 ton.	10DC198	WORKER 24.220	3
			10DC280	WORKER 24.220	
			13DC472	2426	
E10	Empilhadeira	Veículo destinado a movimentação de carga	11EE264	NR040EA(EMPILHADEIRA)	4
			11GE232	GLC 060VX (EMPILHADEIRA)	
			06EE257	MR 20H (EMPILHADEIRA)	
			97CE443	G25S (EMPILHADEIRA)	

Continuação TABELA 57: VEÍCULOS DA SDAB

E14	Micro Trator com aparador de grama	Veículo de pequeno porte para serviços de corte de grama	11CE317	MICROTRATOR	1
P3	Utilitário (caminhonete)	Veículo de porte médio com capacidade de até 9 pessoas.	10BP038	DOBLÔ HLX 1.8	2
			10BP076	DOBLÔ HLX 1.8	
P8	Motocicleta Normal	Veículo destinado as atividades administrativas, provido de depósito para transporte de pequenos volumes	08CP432	CG125FAN	2
			08CP589	SHINERAY	
E10	Empilhadeira	Este veículo foi alienado e está no PAMA, mas continua na carga da SDAB, porque está esperando a passagem de carga para aquela OM, pela Diretoria de Engenharia.	97CE443	G25S	1
P5	Micro ônibus	Este veículo foi alienado e está no PAMA, mas continua na carga da SDAB, porque está esperando a passagem de carga para aquela OM pela Diretoria de Engenharia.	011P066	VOLARE W9	1
TOTAL					19

8.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	Rio de Janeiro - RJ	30	30
	Rio de Janeiro	30	30
	São Paulo - SP	1	1
	São Paulo	1	1
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte: DIRINT/DCI

8.2.2. Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
120034	6001.00178.500-8	13	3	2.100.000,00	25/11/2011	82.630,92	-	2.313,64
120034	6001.00178.500-8	13	3	8.536.000,00	25/11/2011	2.308.890,66	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	1.800.000,00	25/11/2011	59.461,25	-	2.776,36
120034	6001.00178.500-8	13	3	3.000.000,00	25/11/2013	3.688.584,56	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	8.369.368,00	25/11/2013	477.272,36	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	9.500.000,00	25/11/2013	820.383,22	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	-	25/11/2013	23.301,48	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	5.855.253,18	25/11/2013	2.575.215,48	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	184.320,00	25/11/2013	92.895,63	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	15.956.000,00	25/11/2013	10.378,99	158.754,16	442.891,00
120034	6001.00178.500-8	13	3	600.000,00	25/11/2013	948.197,18	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	172.800,00	25/11/2013	157.466,68	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	2.344.000,00	25/11/2013	802.857,73	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	2.025.000,00	25/11/2013	933.102,33	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	12.000,00	25/11/2013	3.548,96	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	7.300.000,00	25/11/2013	1.006.555,70	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	250.000,00	25/11/2013	5.368,18	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	809.600,00	25/11/2013	442.675,30	72.222,36	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	800,00	25/11/2013	715,76	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	800,00	25/11/2013	539,80	-	-

Continuação Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

120034	6001.00178.500-8	13	3	800,00	25/11/2013	864,88	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	14.712,00	25/11/2013	18.620,07	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	3.000.000,00	25/11/2013	527.738,65	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	8.918.691,40	25/11/2013	136.134,98	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	-	25/11/2013	11.645,97	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	13.000,00	25/11/2013	3.136,95	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	6.500,00	25/11/2013	18.302,69	-	-
120034	6001.00178.500-8	13	3	-	25/11/2013	22.941.981,97	-	-
120034	-	12	3	-	25/11/2013	8.919.424,80	-	-
120034	-	12	3	-	25/11/2013	708.744,16	-	-
120100	710700978.500-2	13	3	NCZ\$ 15.534.906,29	02/12/2013	R\$ 76.371.777,10		
Total								
Fonte: DIRINT / DCI								

Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

Não ocorreu no exercício.

8.2.3. Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Não ocorreu no exercício.

8.2.4. Análise Crítica:

O COMGEP, a DIRAP, o GAPS, o IPA e o CENDOC não possuem Imóveis de Propriedade da União sob sua responsabilidade patrimonial. O COMGEP ocupa algumas salas situadas no prédio Anexo do COMAER, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco M, Edifício Anexo da Aeronáutica, nos andares 1º, 2º e 3º, Brasília/DF.

O COMGEP é responsável pela manutenção das instalações, sendo que o controle patrimonial de todo prédio é executado pelo GAP-BR. A DIRAP e o IPA ocupam algumas salas situadas no prédio do antigo Ministério da Aeronáutica, localizado na Av. Marechal Câmara, 233, Rio de Janeiro/RJ. A DIRAP e o IPA são responsáveis pela manutenção das instalações, sendo que o controle patrimonial de todo prédio é executado pelo GAP-RJ. O CENDOC ocupa um prédio na UNIFA, que está localizado na Av. Marechal Fontenelle, 1.200, Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro/RJ. O CENDOC é o responsável pela manutenção das instalações, sendo que o controle patrimonial de todo prédio é executado pela UNIFA, onde há uma seção específica para esse fim.

O COMGEP é responsável pela manutenção das instalações, sendo que o controle patrimonial de todo prédio é executado pelo GAP-BR.

O GAPS também não possui uma sede própria. A OM é responsável pela manutenção das instalações que ocupa, provisoriamente, mas está situado em uma área física pertencente ao Hospital de Força Aérea do Galeão.

O COMGEP ocupa algumas salas situadas no prédio Anexo do COMAER, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco M, Edifício Anexo da Aeronáutica, 1º andar, Brasília/DF.

A DIRINT com as suas demais Subdiretorias (SDPP, SDEE e SDIP) e a PIPAR, localizadas no prédio do antigo Ministério da Aeronáutica, no RJ, utilizam as instalações do GAP-RJ, não possuindo imóvel sob sua responsabilidade.

O DCI ocupa uma área territorial de 170.000 m² e possui 19.363,04 m² de área construída. No ano de 2014, foram realizadas as seguintes melhorias nas instalações: recuperação de toda parte estrutural do mastro da Bandeira; recuperação do muro da praça desportiva e da cisterna; climatização do Salão Histórico e a reforma no Vestiário de Sargentos (feminino). Além disso, outras pequenas manutenções e melhorias na área administrativa e nos alojamentos foram realizadas, tais como pintura, reparos de alvenaria, revisão da parte elétrica e hidráulica.

A SDAB possui um único imóvel, localizado no endereço Av. Olavo Fontoura, 1300 – Santana – São Paulo – SP. O bem imóvel de propriedade da união sob responsabilidade da SDAB está em muito bom estado de conservação, cabendo ao Setor de Patrimônio da SDAB e ao SERPAT do IV COMAR o controle, a gestão de Patrimônio e o Registro no SPIUnet.

O valor total desse imóvel é de R\$ 76.371.777,10 sendo que R\$ 35.438.914,28 correspondem ao valor do terreno e R\$ 40.932.862,82 ao valor das benfeitorias construídas.

8.3. Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

O COMGEP coordena cinco grandes projetos de projetos de TI. A saber: Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica (SIGADAER), Sistema Integrado de Gestão Administrativa Médico-Hospitalar (SIGAMEH), Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES) e Tele-ensino, Sistema de Saúde Complementar(SISAUC) e Tele-medicina no Sistema de Saúde da Aeronáutica (TELESISAU). Abaixo, para entendimento, segue uma descrição sucinta dos projetos:

O SIGADAER visa prover todas as organizações do COMAER de um sistema de software de gestão arquivística de documentos convencionais e digitais, a fim de que seja todo processo de produção, tramitação, uso, avaliação, arquivamento e destinação (guarda permanente ou eliminação) de documentos, bem como o acesso seguro, autêntico e confiável a estes, permitindo servir como fonte de prova e de garantia de direitos, durante todo seu ciclo de vida, conforme legislação em vigor.

O SIGAMEH visa incrementar a eficiência dos processos e os sistemas internos do SISAU. O sistema proposto, deve prover os meios para permitir a gestão operacional dos serviços prestados, a automação de processos simples, a revisão e otimização de processos, o entendimento do fluxo de pacientes, a tomada de decisão para a execução de novos investimentos, a avaliação permanente da qualidade dos serviços prestados e dos custos associados, dentre outras características oportunamente identificadas. Sobretudo, o SIGAMEH deve ser um instrumento de integração entre as diversas partes que compõem o Sistema de Saúde. Em suma, o Sistema deverá automatizar os processos padrões de todos os hospitais da Força Aérea e unidades de saúde que participam do sistema, visando otimizar o planejamento, execução e controle da gestão de saúde como um todo.

O SIGPES visa integrar, em um Banco de Dados único, os atuais Sistemas de Administração de Pessoal (SISAP), de Pagamento de Pessoal (ACANTUS), de Gestão de Fundo de Saúde (FUNSA) e de Emissão de Boletim. (Port. EMAER N.º 43/2SC2, de 07 de outubro de 1996 . A concepção básica do SIGPES refere-se a gestão de pessoal civil e militar, seja da reserva ou da ativa, bem como dos pensionistas e dependentes. Todo o controle das alterações dos dados de pessoal do COMAER, sejam estas financeiras, profissionais, operacionais e de caráter particular devem ser controladas por boletins, que são documentos que validam todos os processos de pessoal.

O SISAUC visa a operacionalização da Saúde Complementar do Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU), por meio de um Sistema Web disponibilizado na INTRAER para 22 OM classificadas como FUNSA Regionais. De maneira resumida, propicia a confecção, emissão e controle das Guias de Apresentação de Beneficiário (GAB) inseridas no contexto da gestão sobre os credenciamentos e credenciados, acompanhamento dos fluxos de auditoria e pagamentos relacionados. O Sistema foi disponibilizado em dezembro de 2014 e encontra-se em produção desde Janeiro de 2015.

O TELESISAU visa apoiar as ações de saúde em Organizações isoladas e nos desdobramentos operacionais da Força, disponibilizando conhecimento e técnicas atualizadas (Tele-medicina). Outrossim, acompanhar o desenvolvimento tecnológico, disseminando o conhecimento especializado e promovendo a qualidade do atendimento de saúde e a redução de custos (Tele-Ensino).

Em setembro de 2014, iniciaram-se os trabalhos de desenvolvimento de um sistema que viesse a suprir as necessidades de controles das Organizações de Saúde da Força Aérea de Brasileira, decorrente da nova Sistemática de Gestão de Recursos de Saúde que passou a ser descentralizado, controlados pelos gestores das OSA. Trata-se do Sistema de Saúde Complementar (SISAUC) que tem como principais funções: o controle da emissão de GAB, a gestão sobre os credenciamentos, acompanhamento dos fluxos de pagamentos / recebimentos relacionados. O

Sistema estará entrando em produção no início de janeiro de 2015, sendo, em virtude de sua urgente necessidade, seus ajustes e aperfeiçoamentos feitos no decorrer de seu uso.

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
16/GAL-DTI/2014	Objeto do presente instrumento é a contratação de serviços técnicos especializados para especificações e desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão Médico-Hospitalar (SIGAMEH) e Sistema Integrado de Gestão de Documentos (SIGADAER).	28/03/2014 a 27/03/2014	007002990/0001046	Plennus Tecnologia da Informação LTDA - EPP	490.328,00	24.516,40
SIGADAER	Desenvolvimento em ambiente corporativo no âmbito do COMAER – CCA-SJ					
SIGPES	Desenvolvimento em ambiente corporativo no âmbito do COMAER – CCA-RJ					
SISAUC	Desenvolvimento em ambiente corporativo no âmbito do COMAER – CCA-SJ					
TELESISAU	Projeto suspenso					

10.GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006? R - A separação de resíduos é implementada pelo GAP-BR conforme o Dec. 5.940/2006. O GAP-BR realizou palestras para todo efetivo do prédio e os recipientes para a separação de resíduos possuem orientações para sua correta utilização.	X	
3.	As contratações realizadas pela Unidade Jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012? R – As licitações da UJ são executadas pelo GAP-BR, que, com referência à sustentabilidade, pauta seus Editais, Minutas de Contratos e Termos de Referência de acordo com a legislação. Atendendo à Instrução Normativa MPOG 01 de 19 JAN 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, o COMGEP, encaminhou ofícios às Organizações Subordinadas, disponibilizando a legislação pertinente ao assunto e ações pautadas no Decreto 5.940/2006 e na própria Instrução Normativa mencionada, em especial quanto à inclusão nos editais para contratação de serviços dos aspectos contidas nos incisos I a VII do seu art. 6º.	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8. R – A Unidade não possui Plano de Gestão Logística Sustentável. No entanto, a Unidade, seguindo normas utilizadas por todo Comando da Aeronáutica, exerce ações voltadas para este aspecto, utilizando a seguinte legislação: – Instrução do Comando da Aeronáutica nº 174-1 - Controle Interno nas Unidades Gestoras - de 09 ABR 2007, em que prevê esse controle pelos Agentes de Controle Interno, através de relatórios de consumo de combustível, água e energia elétrica; – Manual do Ministério da Aeronáutica nº 400-8 – Conservação de Energia Elétrica, de 31 MAI 1991, em que estabelece normas e cria os Programas de Conservação para cada Organização. – Por sua vez, o COMGEP recomenda ações de controle de gasto de água e energia elétrica no item 2.5.3 da Norma Padrão de Ação nº 36/SI de 15 JUL. Deve ressaltar-se que todas licitações da UJ são executadas pelo GAP-BR, que, com referência à sustentabilidade, pauta seus Editais, Minutas de Contratos e Termos de Referência de acordo com a legislação. Em complemento a essas ações, a Unidade, atendendo à Instrução Normativa MPOG 01 de 19 Jan. 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, o COMGEP, encaminhou ofícios às Organizações Subordinadas, disponibilizando a legislação pertinente ao assunto e ações pautadas no Decreto 5.940/2006 e na própria Instrução Normativa mencionada, em especial quanto à inclusão nos editais para contratação de serviços dos aspectos contidas nos incisos I a VII do seu art. 6º.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são		X

	publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
<p style="text-align: center;">Considerações Gerais</p> <p>O Grupamento de Apoio de Brasília é a Unidade Gestora responsável por apoiar o Comando-Geral do Pessoal. Todas as licitações e processos de aquisição de materiais e serviços são efetuadas através daquela unidade. Embora o COMGEP, como UJ, não participe do PLS e da Agenda Ambiental da Administração Pública, segue diversas legislações internas que dispõem sobre o controle e o consumo consciente de água, papel e energia. Na mesma situação estão a DIRINT, o IPA, o GAPS, a DIRAP e o CENDOC. Além disso, todos os editais de solicitação de aquisição de materiais e serviços elaborados pelas Unidades Gestoras Apoiadoras possuem no seu corpo cláusulas de sustentabilidade.</p>			

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.

11.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

11.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
COMANDO DA AERONÁUTICA - COMAER					048
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	041.762/2012-6	1855/2013 – TCU – 1ª Câmara	9.3	DE	Controle nº 4810/TCU-Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL - DIRAP					064
Descrição da Deliberação					
<p>Assunto: Pensão Civil – menor sob guarda. Interessados: Juçaria Costa Moreira (viúva), Augusto Cesar Sacramento Nascimento, Gustavo Sacramento Nascimento (Instituidor VILOBALDO JULIO DO NASCIMENTO, falecido em 22 SET 2009).</p> <p>9.3. Determinar à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica que, no prazo de 15 dias:</p> <p>9.3.1. Suspenda todo e qualquer pagamento referente ao ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ate a emissão de novo ato, escoimado das irregularidades verificadas, submetendo-o a apreciação deste Tribunal (art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU); e</p> <p>9.3.2. Dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, informando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após o recebimento da notificação, em caso de não-provimento do recurso.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIRAP/SDPC – DIRINT/SDIP – BASV					064-067
Síntese da Providência Adotada					
<p>Em cumprimento ao Acórdão, foi enviado o 8º DP 435/3AUD2/2250/02.02.2015 ao CENCIAR (Proc. 67422.007982/2009-17), informando a ciência da deliberação pelas interessadas, a ciência do Acórdão nº 4695/2014 pela pensionista ROSANA (referente ao não provimento do seu pedido de reexame do teor do Acórdão nº 138/2014), o cancelamento do benefício de ROSANA pela Portaria DIRAP nº 6264/4PC2/11.11.2014 (DOU 221, 14.11.2014), o cancelamento do TPC nº 495/2009, por meio da Apostila 008/IP2-2/17.12.2014, e a emissão de nova ficha SISAC alusiva ao cancelamento da pensão, remetendo os documentos comprobatórios do cumprimento da diligência: Termos de Ciência, Portaria DIRAP nº 6264, Apostila nº 008/IP2-2/2014, Ficha SISAC e o correspondente Resultado de Encaminhamento de Atos.</p>					

Síntese dos Resultados Obtidos

1. As pensionistas tomaram ciência da deliberação do Acórdão 138/2014;
2. A pensionista ROSANA tomou ciência da deliberação do Acórdão 4695/2014;
3. Cancelada a pensão civil em favor de ROSANA PONTES RODRIGUES pela Portaria DIRAP nº 6264/4PC2/11.11.2014 (DOU 221, de 14.11.2014);
4. Elaborada a Apostila de Pensão nº 008/IP2-2/2014 pela DIRINT, cancelando o benefício; e
5. Elaborada nova ficha SISAC em virtude do cancelamento do benefício.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

São fatores negativos ao cumprimento das deliberações: o prazo concedido foi exíguo, pois há envolvimento de diferentes Organizações (DIRAP, DIRINT e UORG) competentes para a adoção de medidas necessárias ao fiel atendimento das determinações do TCU.

Fonte: DIRAP/DIRINT

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
COMANDO DA AERONÁUTICA - COMAER					048
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	009.273/2012-3	4.695/2014 - TCU 1ª Câmara	9.2	DE	Controle nº 10037/TCU-SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL - DIRAP					064
Descrição da Deliberação					
<p>Assunto: Pensão Civil – inclusão de filha maior de 21 anos como dependente de pensão, sem comprovação da dependência econômica em relação ao instituidor ao tempo da abertura do benefício pensional.</p> <p>Interessada: Rosana Pontes Rodrigues – CPF 549.324.597-34, nascida em 12.10.1955 (Instituidor: ELOY RODRIGUES, falecido em 04.07.1989).</p> <p>Vistos, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 138/2014-TCU-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro ao ato de pensão civil de interesse de Rosana Pontes Rodrigues, em face da não comprovação da dependência econômica da interessada em relação ao instituidor, Acordam os Ministros do TCU, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em:</p> <p>9.1 Conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento; e</p> <p>9.2 Dar ciência desta deliberação à recorrente e à DIRAP.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIRAP/DPC – DIRINT/SDIP					064- 067
Síntese da Providência Adotada					
<p>Em cumprimento ao Acórdão nº 138/2014, que teve negado seu pedido de reexame pelo Acórdão nº 4.695/2014, foi enviado o 8º DP 435/3AUD2/2250/02.02.2015 ao CENCIAR (Proc. 67422.007982/2009-17), informando a ciência das deliberações contidas nesses Acórdãos pela interessada, o cancelamento do seu benefício pela Portaria DIRAP nº 6264/4PC2/11.11.2014 (DOU 221, 14.11.2014), o cancelamento do TPC nº 495/2009, por meio da Apostila nº 008/IP2-2/17.12.2014, e a emissão de nova ficha SISAC alusiva ao cancelamento da pensão, remetendo os documentos comprobatórios do cumprimento da diligência: Termos de Ciência, Portaria DIRAP nº 6264, Apostila nº 008/IP2-2/2014, Ficha SISAC e o correspondente Resultado de Encaminhamento de Atos.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>1. A interessada tomou ciência das deliberações dos Acórdãos 138/2014 e 4695/2014;</p> <p>2. Cancelada a pensão civil em favor de ROSANA PONTES RODRIGUES pela Portaria DIRAP nº 6264/4PC2/11.11.2014 (DOU 221, de 14.11.2014);</p>					

3. Elaborada a Apostila de Pensão nº 008/IP2-2/2014 pela DIRINT, cancelando o benefício; e
4. Elaborada nova ficha SISAC em virtude do cancelamento do benefício.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

São fatores negativos ao cumprimento das deliberações: o curto prazo concedido e o envolvimento de diferentes Organizações (DIRAP, DIRINT e UORG) competentes para a adoção de medidas necessárias ao fiel atendimento das determinações do TCU.

Fonte: DIRAP/DIRINT

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
COMANDO DA AERONÁUTICA - COMAER					048
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	001.543/2012-1	2284/2014 – TCU – 1ª Câmara	9.3	DE	Controle nº 4827/TCU-Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL - DIRAP					064
Descrição da Deliberação					
<p>Assunto: Pensão Civil – não aplicação do redutor previsto no inciso I do art. 2º da Lei 10.887/2004</p> <p>Interessada: Iracildes Santos Moraes (Instituidor: PERCEVAL PINHEIRO DE MORAES).</p> <p>9.3. Determinar à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica que, no prazo de 15 dias:</p> <p>9.3.1. Suspenda todo e qualquer pagamento referente ao ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, escoimado da irregularidade verificada, submetendo-o à apreciação do TCU (art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU;</p> <p>9.3.2. Dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, informando-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento do recurso.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIRAP/DPC – DIRINT/SDIP					064- 067
Síntese da Providência Adotada					
Em cumprimento ao Acórdão, foi enviado o 6º Despacho nº 418/3AUD2/1988/29.01.2015 ao CENCIAR (Processo 67224.006478/2010-70), remetendo o Título de Pensão Civil nº 350/2014, elaborado pela DIRINT, considerando a aplicação do redutor previsto na EC 41/2003, combinado com o inciso I do art. 2º da Lei nº 10.887/2004, em cumprimento ao Acórdão em pauta, bem como a nova ficha SISAC alusiva à alteração dos valores do benefício.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>1. Alterado o valor da pensão civil em favor de IRACILDES SANTOS MORAES, aplicando-se o redutor do teto, conforme art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887/2004; e</p> <p>2. Elaborada nova ficha SISAC em virtude da alteração do valor do benefício.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
São fatores negativos ao cumprimento das deliberações: o curto prazo concedido e o envolvimento de diferentes Organizações (DIRAP, DIRINT e UORG) competentes para a					

adoção de medidas necessárias ao fiel atendimento das determinações do TCU.

Fonte: DIRAP/DIRINT

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
COMANDO DA AERONÁUTICA - COMAER					048
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	022.762/2008-3	287/2014 – TCU – Plenário	9.2	DE	Controle nº 1103/TCU-Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL - DIRAP					064
Descrição da Deliberação					
<p>Assunto: Aposentadoria por invalidez – revisão de ofício dos atos de aposentadoria, então julgados legais no Acórdão 5687/2010.</p> <p>Interessados: Armandino Manuel Proença de Almeida (CPF 388.184.187-34), Berenice Marcolino dos Santos (CPF 098.429.148-28), Jaime Rodrigues Borcem (CPF 104.063.952-68), José Alves Pessoa (CPF 147.715.784-00), José Pereira Carvalho (CPF 193.149.817-20), Jurema de Oliveira Alves (CPF 456.373.937-53), Maria Léa dos Santos Sousa (CPF 179.066.521-34), Milton Geraldo Pereira (CPF 065.952.436-87), Sara Santos da Silva (CPF 183.461.380-91) e Sebastião Telles da Silva Sobrinho (CPF 277.873.629-87).</p> <p>9.2. Determinar à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica que:</p> <p>9.2.1. Disponibilize, no sistema SISAC, novos atos de aposentadorias:</p> <p>9.2.1.1. Em nome de Armandino Manuel Proença de Almeida, com a correção das falhas contidas no formulário anteriormente enviado ao TCU, especialmente com relação ao fundamento legal do ato, ao tempo de serviço para aposentadoria e ao tempo de efetivo exercício do magistério;</p> <p>9.2.1.2. Em favor de Jaime Rodrigues Borcem, livre das irregularidades apontadas no Acórdão nº 5.687/2010-TCU-2ª Câmara, uma vez que a ficha Sisac que teve seu registro recusado continha dados de vantagens que indicavam que os proventos não haviam sido fixados com base na média das remunerações do servidor;</p> <p>9.2.2. Providencie, se ainda não o fez, a revisão da aposentadoria por invalidez de José Alves Pessoa, nos termos do art. 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012, enviando o correspondente ato de alteração para a apreciação do Tribunal; e</p> <p>9.3 Dar ciência desta deliberação aos servidores inativos supracitados.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIRAP/SDPC					064
Síntese da Providência Adotada					
<p>Em cumprimento ao Acórdão, foi enviado o 1º Despacho 4444/3PC1/17335/23.07.2014 ao CENCIAR (Processo 67022.000806/2014-24), remetendo os documentos comprobatórios do cumprimento do Acórdão (Portarias, Títulos de Aposentadoria) em relação a cada servidor, informando ainda a elaboração de novas Fichas SISAC e a juntada dos termos de ciência da decisão pelos interessados. Em complemento a esse Despacho, foi encaminhado o Ofício nº 1408/3PC1/18155/30.07.2014 ao CENCIAR (Processo 67410.012255/2014-78) remetendo a documentação (Portaria e Título de Aposentadoria) inerente ao servidor MILTON GERALDO PEREIRA, em cumprimento ao referido</p>					

Acórdão.

Síntese dos Resultados Obtidos

1. Os interessados tomaram ciência do Acórdão;
2. Revistos os atos de aposentadoria dos interessados; e
3. Elaboradas novas fichas SISAC em virtude da revisão dos benefícios.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

São fatores negativos ao cumprimento das deliberações: o curto prazo concedido e o envolvimento de diferentes Setores da DIRAP competentes para fornecer documentos e/ou informações necessárias ao fiel atendimento das determinações do TCU.

Fonte: DIRAP

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
COMANDO DA AERONÁUTICA - COMAER					048
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	003.620/2014-0	1426/2014 – TCU – Câmara	9.3	DE	Controle nº 3016/TCU-Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL - DIRAP					064
Descrição da Deliberação					
<p>Assunto: Pensão Civil – pessoa designada. Acórdãos 2515/2011 e 2875/2012 – Plenário TCU – Ilegalidade e negativa de registro do ato de concessão. Art. 5º da Lei 9717/1998 derogou do regime próprio da previdência social dos servidores públicos da União as categorias de pensão civil estatutário destinadas a filho ou a irmão emancipado e não inválido, a menor sob guarda e a pessoa designada.</p> <p>Interessados: Breno Santos de Souza (Instituidor: NELY FERREIRA DA SILVA) e Wilson Roberto Andrade Marques Jr (Instituidor: AMÉLIA DE ANDRADE MARQUES ZAGATTO).</p> <p>9.3. Determinar à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica que:</p> <p>9.3.1. No prazo de 15 dias, a contar da ciência desta deliberação:</p> <p>9.3.1.1 Abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU;</p> <p>9.3.1.2. Comunique aos interessados a respeito deste Acórdão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos; e</p> <p>9.3.2. No prazo de 30 dias, contados da ciência desta deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados tiveram conhecimento do julgamento desta Corte.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIRAP/DHI					064
Síntese da Providência Adotada					
<p>Em cumprimento ao Acórdão em pauta, foram enviados o 5º Despacho 3771/4PC/14767/26.06.2014 à SDIP (Processo 67422.005871/2007-12), para cancelamento do Título de Pensão Civil deixada por NELY FERREIRA DA SILVA em favor de BRENO SANTOS DE SOUZA, em virtude do cancelamento do benefício pela Portaria DIRAP 3378/4PC2/23.06.2014 (DOU 119, 25.07.2014), em cumprimento ao Acórdão 1426/2014-TCU-2ª Câmara e o 12º Despacho 4006/4PC/15441/02.06.2014 (Processo 67720.006763/2006-11) também à SDIP, para cancelamento do Título de Pensão Civil deixada por AMELIA DE ANDRADE MARQUES ZAGATTO em favor de Wilson Roberto Andrade Marques Jr., em virtude do cancelamento do benefício pela Portaria DIRAP 3514/4PC2/27.06.2014 (DOU 124, 02.07.2014), em cumprimento ao Acórdão 1426/2014-TCU-2ª Câmara.</p>					

Síntese dos Resultados Obtidos

- 1.Cancelada a pensão civil em favor de BRENO SANTOS DE SOUZA [Portaria DIRAP 3378/4PC2/23.06.2014 (DOU 119, 25.07.2014)] e WILSON ROBERTO ANDRADE MARQUES JUNIOR [Portaria DIRAP 3514/4PC2/27.06.2014 (DOU 124, 02.07.2014)];
- 2.Elaborada Apostila de Pensão nº 003/IP2-2/07.07.2014, cancelando a pensão em favor de BRENO e nº 004/IP2-2/09.07.2014, cancelando a pensão em favor de WILSON;
- 3.Elaborada novas fichas SISAC em virtude do cancelamento dos benefícios;
- 4.Remessa dos processos e das Fichas SISAC on-line ao CENCIAR, via SIGADAER, para análise e posterior remessa para julgamento do TCU; e Retorno on-line dos processos à DIRAP, após aprovação e remessa das fichas SISAC ao TCU pelo CENCIAR.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

São fatores negativos ao cumprimento das deliberações: o curto prazo concedido e o envolvimento de diferentes Setores da DIRAP competentes para fornecer documentos e/ou informações necessárias ao fiel atendimento das determinações do TCU.

Fonte: DIRAP

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
COMANDO DA AERONÁUTICA - COMAER					048
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	008.277/2014-1	1862/2014 – TCU – 2ª Câmara	1.7	DE	Controle nº 4079/TCU-Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL - DIRAP					064
Descrição da Deliberação					
<p>Assunto: ADMISSÃO. Prejudicada a apreciação, por inépcia (irregularidades apontadas pela Sefip nos atos de admissão). Elaborar nova ficha SISAC.</p> <p>Interessados: 3S SMU Alessandro Souza de Aquino, CB BEP André Cunha da Silva, S1 SGS Davi Ricardo Gomes dos Santos, 3S SCF Filipe Bergara Cesar e 2S SGS Jorge Eleutério de Matos.</p> <p>1.7. Determinação:</p> <p>1.7.1. À Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica que, no prazo de 60 (trinta) dias, contados da ciência da deliberação, encaminhe, por intermédio do sistema SISAC, novos atos de admissão de pessoal devidamente corrigidos, nos termos apontados pela Sefip, ou preenchendo o campo de “Esclarecimentos do Gestor do Pessoal”, detalhando a situação concreta.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIRAP/DHI					064
Síntese da Providência Adotada					
Em cumprimento ao Acórdão em pauta, foi enviado o 1º Despacho 5500/3AUD/21224/26.08.2014 ao CENCIAR, remetendo os Formulários SISAC de Admissão de todos interessados, de desligamento do 3S SCF FILIPE BERGARA CESAR (licenciado) e de reforma por incapacidade física do S1 SGS DAVI RICARDO GOMES DOS SANTOS, em cumprimento ao Acórdão em pauta.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>1.Elaboradas novas fichas SISAC referente aos atos de admissão dos interessados; e</p> <p>2.Elaboradas fichas SISAC referente ao desligamento do 3S SCF FILIPE BERGARA CESAR (licenciado) e de reforma por incapacidade física do S1 SGS DAVI RICARDO GOMES DOS SANTOS.</p>					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

São fatores negativos ao cumprimento das deliberações: o curto prazo concedido e o envolvimento de diferentes Setores da DIRAP competentes para fornecer documentos e/ou informações necessárias ao fiel atendimento das determinações do TCU.

Fonte: DIRAP

11.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.1.2– Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
COMANDO DA AERONÁUTICA - COMAER					048
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	041.762/2012-6	1855/2013 – TCU – 1ª Câmara	9.3	DE	Controle nº 4810/TCU-Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL - DIRAP					064
Descrição da Deliberação					
<p>Assunto: Pensão Civil – menor sob guarda. Interessados: Juçaria Costa Moreira (viúva), Augusto Cesar Sacramento Nascimento, Gustavo Sacramento Nascimento (Instituidor VILOBALDO JULIO DO NASCIMENTO, falecido em 22 SET 2009). 9.3. Determinar à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica que, no prazo de 15 dias: 9.3.1. Suspenda todo e qualquer pagamento referente ao ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ate a emissão de novo ato, escoimado das irregularidades verificadas, submetendo-o a apreciação deste Tribunal (art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU); e 9.3.2. Dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, informando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após o recebimento da notificação, em caso de não-provimento do recurso.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIRAP/SDPC – DIRINT/SDIP – BASV					064-067
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>A diligência encontra-se pendente, uma vez que o processo ora se encontra na DIRINT, aguardando a emissão de Títulos ou Apostilas de Pensão, no sentido de restabelecer os benefícios dos pensionistas GUSTAVO SACRAMENTO NASCIMENTO e AUGUSTO CESAR SACRAMENTO NASCIMENTO. Vale esclarecer que, em cumprimento à determinação do presente Acórdão, foram adotadas as seguintes medidas: a) os interessados tomaram ciência da decisão pela Carta nº 21/SPC/4784/13.05.2013, emitida pela BASV sua Unidade Pagadora; b) tiveram suspensas a percepção de suas pensões a partir de maio/2013, as quais foram restabelecidas por força de determinação judicial, exarada nos autos da Ação Cautelar nº 17212-09.2013.4.01.3300, pelo Juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia, conforme Ofício nº 21/AJ/5860/07.06.2013, da BASV; e</p>					

c) dada a nova situação alcançada, em face da citada decisão judicial, e seguindo orientações do CENCIAR, constantes nos autos dos processos nº 67022.000439/2013-88 e nº 67022.000401/2014-96, foi cancelado o benefício de pensão civil em favor dos supracitados beneficiários pela Portaria DIRAP nº 1983/4PC2/08.04.2014, em cumprimento ao Acórdão 1855/2013, e pela Portaria DIRAP 2125/4PC2/11.04.2014, alterada pela Portaria DIRAP nº 6460/4PC2/25.11.2014, foi restabelecido o benefício de pensão civil anteriormente concedido aos mencionados pensionistas, em cumprimento à mencionada decisão judicial.

Em virtude do exposto, o processo nº 67224.004294/2009-31, referente à pensão civil deixada pelo servidor VILOBALDO JULIO DO NASCIMENTO, foi encaminhado à DIRINT pelo 8º Despacho nº 8330/4PC-Ch/30802/27.11.2014, a fim de que sejam restabelecidos os Títulos de Pensão dos interessados.

Tão logo o processo seja restituído a esta Diretoria, serão elaborados novos Formulários SISAC correspondentes à manutenção dos benefícios de pensão, os quais serão remetidos ao CENCIAR e ao TCU, juntamente com os demais documentos comprobatórios do atendimento das decisões pertinentes ao presente caso.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

São fatores negativos ao cumprimento das deliberações: o curto prazo concedido e o envolvimento de diferentes Organizações (DIRAP, DIRINT e UORG) competentes para a adoção de medidas necessárias ao fiel atendimento das determinações do TCU e do Órgão Judiciário.

Fonte: DIRAP/DIRINT

Quadro A.11.1.2– Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
COMANDO DA AERONÁUTICA - COMAER					048
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	005.902/2014-2	4530/2014 – TCU – 2ª Câmara	9.3	DE	Controle nº 10068/TCU-Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL - DIRAP					064
Descrição da Deliberação					
<p>Assunto: Aposentadoria – acúmulo de aposentadoria com proventos de anistia política como militar. Interessado: ANTONIO DE SOUZA MELO – Agente Administrativo e Suboficial Reformado (anistiado político). 9.3. Determinar à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica que: 9.3.1. Abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria do aludido servidor, no prazo de 15 dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU; e 9.3.2. Comunique ao interessado acerca do teor deste Acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIRAP/SDPC – DIRINT/SDIP – COMAR II					064-067
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>A diligência encontra-se pendente, uma vez que o processo ora se encontra na DIRINT, aguardando o apostilamento do cancelamento da aposentadoria do interessado. Vale esclarecer que, em cumprimento à determinação do presente Acórdão, foram adotadas as seguintes medidas:</p> <p>a) o interessado tomou ciência da determinação pela Carta nº 38/AJUIR-2/25335, de 17 OUT 2014, expedida pelo COMAR II, sua Unidade Pagadora;</p> <p>b) optou pela percepção da remuneração de Anistiado Político Militar, na graduação de Suboficial, conforme Termo de Opção, de 17 OUT 2014;</p> <p>c) teve suspenso os proventos de sua aposentadoria civil, conforme 1º Despacho nº 1478/DAIP-20/25608/21.10.2014, do COMAR II; e</p> <p>d) pela Portaria DIRAP nº 6.099/3PC1/03.11.2014, publicada no DOU nº 214, de 05.11.2014, teve anulado seu ato de aposentadoria como servidor (Portaria DIRAP nº 3.469/3PC1/30.06.2012).</p> <p>Em virtude da mencionada anulação, o processo foi encaminhado à DIRINT pelo 2º Despacho nº 7669/3PC1/28912/06.11.2014 (Processo nº 67022.001807/2014-96), a fim de que</p>					

seja cancelado o Título de Proventos na Aposentadoria do interessado.

Tão logo o processo seja restituído a esta Diretoria, será elaborado o Formulário SISAC correspondente à exclusão do benefício da aposentadoria, o qual será remetido ao CENCIAR e ao TCU, juntamente com os demais documentos comprobatórios do atendimento do Acórdão.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

São fatores negativos ao cumprimento das deliberações: o curto prazo concedido e o envolvimento de diferentes Organizações (DIRAP, DIRINT e UORG) competentes para a adoção de medidas necessárias ao fiel atendimento das determinações do TCU.

Fonte: DIRAP/DIRINT

Quadro A.11.1.2– Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
COMANDO DA AERONÁUTICA - COMAER					048
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	009.120/2014-9	3502/2014 – TCU – 2ª Câmara	1.7.1	DE	Controle nº 7393/TCU-Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL - DIRAP					064
Descrição da Deliberação					
<p>Assunto: Pensão Civil – aplicação da regra da paridade ao benefício.</p> <p>Interessada: MARIA MONTEIRO DA COSTA (Instituidor LUIZ RIBEIRO DA COSTA).</p> <p>Determinações:</p> <p>1.7.1. Considerado legal para fins de registro o ato de concessão da presente pensão civil, determinando à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica que reveja a forma de atualização da pensão instituída ao referido servidor, aplicando-se a regra de paridade com a remuneração dos servidores ativos, uma vez que o instituidor aposentou-se por invalidez, considerando o contido nos Acórdãos 3331/2013 e 2553/2013.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIRAP/SDPC – BAFZ					064
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Em cumprimento à determinação do presente Acórdão, esta Diretoria encaminhou a Mensagem Fac-símile nº 128/4PC/1975/29.01.2015 à BAFZ, solicitando retificar o código do tipo de pensão civil deixada pelo servidor LUIZ RIBEIRO DA COSTA de 54 para 57, na forma das orientações contidas na Mensagem SIAPE nº 555375 do MPOG, aplicando-se a regra da paridade na forma de atualização do benefício concedido à Pensionista MARIA MONTEIRO DA COSTA, em cumprimento à determinação do Acórdão TCU nº 3.502/2014. Tão logo esta Diretoria seja informada acerca do ajuste dos valores da pensão, se for o caso, a ficha financeira do acerto será remetida ao CENCIAR, comprovando o atendimento do Acórdão.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

São fatores negativos ao cumprimento das deliberações: o curto prazo concedido e o envolvimento de diferentes Organizações (DIRAP e UORG) competentes para a adoção de medidas necessárias ao fiel atendimento das determinações do TCU.

Fonte: DIRAP

11.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.11.2.1– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
DIRETORIA DE INTENDÊNCIA			67
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria de Gestão n° 01/2014	IV	Ofício n° 251/CENCIAR-2/3538, de 01/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIRETORIA DE INTENDÊNCIA (DIRINT)			67
Descrição da Recomendação			
Incluir no Relatório de Gestão todas as informações recomendadas nos normativos do TCU e nas instruções do Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), de modo a permitir a análise adequada das informações e dos dados referentes à Prestação de Contas do Exercício.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRINT			67
Síntese da Providência Adotada			
Conforme orientação do Comando Geral do Pessoal (COMGEP), as suas OM subordinadas não elaborarão o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2014. Ao invés disso, apresentarão as informações solicitadas por aquele Grande Comando, que elaborará o seu relatório contendo informações das suas OM subordinadas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A DIRINT consolidou, após análise, os dados das suas Subdiretorias (SDAB, SDIP, SDEE) e das suas Organizações subordinadas (DCI e PIPAR) para apresentar as informações solicitadas pelo COMGEP.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O detalhamento dos normativos do TCU por meio das instruções emitidas pelo CENCIAR, bem como a facilidade de tê-las apresentadas, sempre atualizadas, na página daquele Centro, foi primordial para o entendimento e para a elaboração das informações apresentadas neste relatório.			

Fonte: DIRINT

Quadro A.11.2.1– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
DIRETORIA DE INTENDÊNCIA			67
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria de Gestão n° 01/2014	IV	Ofício n° 251/CENCIAR-2/3538, de 01/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIRINT			67
Descrição da Recomendação			
Apresentar, a partir do Relatório de Gestão de 2014, as tarefas/metras efetivamente atingidas/cumpridas no exercício, em relação ao Planejado no Programa de Trabalho Anual da DIRINT.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRINT			67
Síntese da Providência Adotada			
Conforme orientação do Comando Geral do Pessoal (COMGEP), a DIRINT não apresentará o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2014. Ao invés disso, apresentará as informações solicitadas por aquele Grande Comando que elaborará o seu relatório contendo informações das suas OM subordinadas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os resultados da gestão da DIRINT em 2014 foram encaminhadas ao Grande Comando para compor o Relatório Setorial do COMGEP, conforme Ofício n° 1/ACI/299, de 28 de janeiro de 2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O COMGEP interagiu ativamente com as suas OM subordinadas solicitando as informações necessárias à elaboração do seu Relatório. Essa troca de informações, normalmente eletrônica, foi muito prática e focada nos dados realmente relevantes ao Grande Comando, evitando-se o esforço desnecessário das OM subordinadas.			

Fonte: DIRINT

Quadro A.11.2.1– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
DIRETORIA DE INTENDÊNCIA			67
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria de Gestão nº 01/2014	IV	Ofício nº 251/CENCIAR-2/3538, de 01/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIRINT			67
Descrição da Recomendação			
Apresentar indicadores que propiciem a aferição das ações relacionadas ao Orçamento Anual e que permitam identificar os resultados qualitativos e quantitativos da gestão da UJ.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRINT			67
Síntese da Providência Adotada			
Foi emitido o Ofício Circular nº 1/ACI/4088, de 16 de outubro de 2014, solicitando às Subdiretorias e às OM subordinadas à DIRINT que informassem os indicadores institucionais e respectivas medições e controles adotados no exercício de 2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os indicadores foram apresentados e implementados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Por tratar-se de metodologia em processo de maturidade na Diretoria, verificou-se um reconhecido esforço das OM subordinadas para a elaboração, implementação e acompanhamento dos indicadores gerenciais. Em NOV2014, representantes da DIRINT e das Subdiretorias e das OM subordinadas participaram de curso voltado para o tema, promovido pelo CENCIAR, o qual foi de grande valia para esclarecer dúvidas e para enfatizar a importância dessa ferramenta no processo de gestão. Seria importante que essas instruções fossem mantidas com relativa frequência até que todos na FAB alcancem o grau de maturidade adequado na utilização desse imprescindível mecanismo de gestão.			

Fonte: DIRINT

Quadro A.11.2.1– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
DIRETORIA DE INTENDÊNCIA			67
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório de Auditoria de Gestão nº 01/2014	IV	Ofício nº 251/CENCIAR-2/3538, de 01/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIRINT			67
Descrição da Recomendação			
Atentar para a obrigatoriedade de que a aplicação de recursos inscritos em Restos a Pagar, deva se destinar ao pagamento de despesas legalmente empenhadas no exercício anterior.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRINT			67
Síntese da Providência Adotada			
Foi atentado para que a recomendação do OCI fosse devidamente atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi verificada a passagem para 2014 de RP inscritos em 2012 no valor de R\$ 7.616,15, o qual foi cancelado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Mesmo com alguns valores que foram cancelados, inscritos no Exercício de 2012 e 2013, a Administração não deixou de cumprir com nenhuma obrigação contratual com seus fornecedores. A estratégia adotada para a execução dos Restos a Pagar da OM foi exigir das empresas contratadas o cumprimento dos cronogramas estabelecidos, através de um rígido controle pelos fiscais de cada contrato, e comissões de recebimento de materiais e serviços. Não houve nenhum impacto considerável na gestão financeira de 2014, decorrentes do pagamento e/ou cancelamento de RP de exercícios anteriores.			

Fonte: DIRINT

Quadro A.11.2.1– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
DIRETORIA DE INTENDÊNCIA			67
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Relatório de Auditoria de Gestão nº 01/2014	IV	Ofício nº 251/CENCIAR-2/3538, de 01/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIRINT			67
Descrição da Recomendação			
Observar a obrigatoriedade de que sejam registradas no relatório todas as ações recebidas pela UJ, inclusive as oriundas de demandas externas ao COMAER.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRNT			67
Síntese da Providência Adotada			
As ações recebidas pela Diretoria no exercício de 2014 estão sendo apresentadas para o COMGEP para compor o Relatório de Gestão daquele Grande Comando. A origem das informações é o SIAFI Gerencial, conforme previsto nos itens 5.2.3.1 e 5.2.3.2 das Instruções para o Relatório de Gestão 2014-2015 do CENCIAR.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Apresentação das ações executadas pela DIRINT, por suas Subdiretorias e por suas OM subordinadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A obtenção das informações de execução das despesas realizadas pela DIRINT, suas Subdiretorias e OM subordinadas torna-se bastante simplificada e prática graças ao uso da ferramenta SIAFI Gerencial e ao curso para uso da mesma ministrada pelo CENCIAR.			

Fonte: DIRINT

Quadro A.11.2.1– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
DIRETORIA DE INTENDÊNCIA			67
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Relatório de Auditoria de Gestão nº 01/2014	IV	Ofício nº 251/CENCIAR-2/3538, de 01/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIRINT			67
Descrição da Recomendação			
Atentar para a correção dos dados numéricos informados nos diversos quadros, em particular aos que se referem ao item 5.1 – Estruturas de Pessoal da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRINT			67
Síntese da Providência Adotada			
Foram envidados esforços pelos responsáveis pelas informações que compõem a gestão referentes ao exercício de 2014 para que os dados numéricos apresentados estivessem fieis à realidade.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Precisão das informações numéricas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O fato das informações estarem praticamente todas no SIGPES facilitou bastante o trabalho por um lado. No entanto, o fato de a DIRINT não conseguir gerar os relatórios de custos de pessoal por UJ das suas OM subordinadas atrasou a consolidação das informações, fazendo-se necessário contato com as demais UJ para solicitar o envio das informações. Na tentativa de tornar mais rápido e prático esse levantamento, foi aberto o chamado SAUTI nº 741310 solicitando ao CCA-RJ que torne possível que o perfil de ACI da DIRINT possa gerar essas informações das suas Unidades subordinadas.			

Fonte: DIRINT

Quadro A.11.2.1– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
DIRETORIA DE INTENDÊNCIA			67
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Relatório de Auditoria de Gestão nº 01/2014	IV	Ofício nº 251/CENCIAR-2/3538, de 01/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIRINT			67
Descrição da Recomendação			
Adotar medidas de controle próprias sobre acumulação de cargos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRINT			67
Síntese da Providência Adotada			
É elaborado mensalmente, conforme previsto na ICA 174-1 – Controle Interno nas Unidades Gestoras, o Controle Sobre os Agentes da Administração por meio do qual é apresentado ao Agente Diretor um panorama da UJ no que se refere à ocupação dos cargos na Organização.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Visualização de forma prática, por parte da Direção, do quadro de ocupação dos cargos regimentais da Organização, permitindo a visualização imediata da necessidade ou não de pessoal para ocupar cargos de chefia.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Apesar da verificação do acúmulo de alguns cargos, admite-se essa situação tendo em vista a quantidade inferior de oficiais frente à de cargos regimentais existentes.			

Fonte: DIRINT

Quadro A.11.2.1– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
DIRETORIA DE INTENDÊNCIA			67
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Relatório de Auditoria de Gestão n° 01/2014	IV	Ofício n° 251/CENCIAR-2/3538, de 01/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIRINT			67
Descrição da Recomendação			
Integrar ao Processo Administrativo de Gestão, relativo à Prestação de Contas, toda a documentação que fundamenta as informações constantes do Relatório de Gestão, bem como os graus atribuídos aos quadros A.3.2 – Avaliação dos Sistemas de Controles Internos da UJ, A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da UJ e A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRINT			67
Síntese da Providência Adotada			
Foi aberto o PAG n° 67.420/001185/2014-11 que consolida os documentos comprobatórios das informações referentes ao Relatório de Gestão 2014-2015 que foram apresentadas ao COMGEP.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Comprovação das informações apresentadas e consolidação das mesmas em um PAG.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As questões objetivas têm a documentação que a respalda devidamente anexa ao PAG. No entanto, existem questões que envolvem mais a percepção da alta administração. Essas, como os itens 1 e 9 do quadro A.2.4, foram respondidas subjetivamente.			

Fonte: DIRINT

Quadro A.11.2.1– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
DIRETORIA DE INTENDÊNCIA			67
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	Relatório de Auditoria de Gestão n° 01/2014	IV	Ofício n° 251/CENCIAR-2/3538, de 01/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIRINT			67
Descrição da Recomendação			
Atentar para que as providências adotadas para o atendimento dessas recomendações de Auditoria de Gestão, deverão constar do Relatório de Gestão do COMGEP, exercício de 2014, em virtude da nova estrutura de apresentação de contas do exercício de 2014, definida na DN- TCU n° 134/2013.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRINT			67
Síntese da Providência Adotada			
Em atendimento à solicitação do COMGEP, as providências adotadas para o atendimento destas recomendações de Auditoria de Gestão foram encaminhadas àquele Grande Comando para compor o Relatório de Gestão do mesmo.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação do OCI atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O COMGEP interagiu ativamente com as suas OM subordinadas solicitando as informações necessárias à elaboração do seu Relatório. Essa troca de informações, normalmente eletrônica, foi muito prática e focada nos dados realmente relevantes ao Grande Comando.			

Fonte: DIRINT

Quadro A.11.2.1– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
COMANDO-GERAL DO PESSOAL			63
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Relatório de Auditoria de Gestão n° 08/2014	IV	Ofício n° 252/CENCIAR-2/3539, de 01/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
COMGEP			63
Descrição da Recomendação			
Realizar revisão geral do Relatório de Gestão com a finalidade de garantir a unidade das informações.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COMGEP			63
Síntese da Providência Adotada			
O relatório foi totalmente revisado antes de ser enviado ao TCU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação do OCI atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As reuniões do Grupo de Trabalho responsável pelo Relatório de Gestão facilitaram a revisão dos textos e quadros de maneira significativa.			

Fonte: COMGEP

Quadro A.11.2.1– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
COMANDO-GERAL DO PESSOAL			63
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Relatório de Auditoria de Gestão nº 08/2014	IV	Ofício nº 252/CENCIAR-2/3539, de 01/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
COMGEP			63
Descrição da Recomendação			
Estabelecer comitê estratégico de gestão de pessoas, a fim de observar as melhores práticas sobre o tema e monitorar o cumprimento dos papéis e responsabilidades estabelecidos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COMGEP			63
Síntese da Providência Adotada			
Existem dois órgãos de assessoria, de caráter permanente, que tratam do planejamento de pessoal: o CONPLAP (Conselho de Planejamento de Pessoal), de assessoramento ao Comandante da Aeronáutica (Órgão Consultivo) em assuntos de alto nível sobre planejamento de pessoal, e o GEPLAP (Grupo Executivo de Planejamento de Pessoal), que é um órgão de assessoria específica ao CONPLAP, coordenado pelo COMGEP.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação do OCI atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O fato de já haver dois órgãos de caráter permanente, com função de assessoramento, um deles coordenado pelo COMGEP, é um fator positivo.			

Fonte: COMGEP

Quadro A.11.2.1– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
COMANDO-GERAL DO PESSOAL			63
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Relatório de Auditoria de Gestão nº 08/2014	IV	Ofício nº 252/CENCIAR-2/3539, de 01/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
COMGEP			63
Descrição da Recomendação			
Desenvolver controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, bem como discorrer sobre as providências adotadas para regularizar a situação dos militares e civis que acumulam cargos irregularmente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COMGEP			63
Síntese da Providência Adotada			
Já houve uma decisão judicial favorável à acumulação, dentro de determinadas condições, que favoreceu o pessoal da saúde. O efetivo não coberto por nenhuma decisão legal assina um Termo de Responsabilidade, quando ingressa na FAB, informando que não possui outra ocupação. Porém, o Comandante-Geral solicitou a confecção de uma Instrução do Comando da Aeronáutica com os procedimentos a serem adotados em casos de acumulação irregular.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação do OCI atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A pronta resposta do Comando-Geral, conduzindo os trabalhos, apoiado pelo CENCIAR, facilitou os trabalhos de apuração dos casos de acumulação irregular.			

Fonte: COMGEP

Quadro A.11.2.1– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
COMANDO-GERAL DO PESSOAL			63
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	Relatório de Auditoria de Gestão nº 08/2014	IV	Ofício nº 252/CENCIAR-2/3539, de 01/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
COMGEP			63
Descrição da Recomendação			
Formalizar os riscos inerentes às atividades exercidas pelo COMGEP e fazer revisões periódicas nos controles existentes para mitigá-los, a fim de possibilitar melhorias nas atividades de controle interno.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COMGEP			63
Síntese da Providência Adotada			
Já há um setor da UJ, a Assessoria de Gestão (AGE) que está mapeando todos os processos do COMGEP. Após isso, com os processos mapeados, será seguido da análise dos riscos dos processos, embora os setores de pessoal do COMGEP já possuam os seus riscos identificados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação do OCI atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O mapeamento de processos facilitará sobremaneira os trabalhos de mapeamento dos riscos, assim como já ocorreu com os setores de pessoal do COMGEP.			

Fonte: COMGEP

Quadro A.11.2.1– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
COMANDO-GERAL DO PESSOAL			63
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	Relatório de Auditoria de Gestão nº 08/2014	IV	Ofício nº 252/CENCIAR-2/3539, de 01/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
COMGEP			63
Descrição da Recomendação			
Coordenar, junto às unidades subordinadas, o estabelecimento de indicadores de desempenho da gestão que possam auxiliar no processo decisório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COMGEP			63
Síntese da Providência Adotada			
Já há um acompanhamento por parte do COMGEP das atribuições e metas das UG subordinadas ao longo de 2014, inclusive em relação aos indicadores. Até porque os PTA (Plano de Trabalho Anual) das UG subordinadas são enviados ao COMGEP para a aprovação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação do OCI atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O contato permanente com as UG subordinadas e a fiscalização dos Programas de Trabalho Anuais facilitam o alinhamento dos trabalhos com o que foi planejado pelo COMGEP e pelo EMAER.			

Fonte: COMGEP

Quadro A.11.2.1– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
COMANDO-GERAL DO PESSOAL			63
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	Relatório de Auditoria de Gestão nº 08/2014	IV	Ofício nº 252/CENCIAR-2/3539, de 01/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
COMGEP			63
Descrição da Recomendação			
Estabelecer uma rotina de acompanhamento e monitoramento das metas, utilizando os indicadores de desempenho para montagem de gráficos a partir dos índices obtidos ao longo do tempo, visando o resultado final.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COMGEP			63
Síntese da Providência Adotada			
Há um acompanhamento permanente nas atividades no dia-a-dia do COMGEP, assim como nas suas UG subordinadas, por meio de inspeções, visitas periódicas e pelos sistemas informatizados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação do OCI atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O contato permanente entre os diversos órgãos, assim como as visitas e reuniões periódicas facilitou em muito a execução dos trabalhos.			

Fonte: COMGEP

Quadro A.11.2.1– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
COMANDO-GERAL DO PESSOAL			63
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	Relatório de Auditoria de Gestão nº 08/2014	IV	Ofício nº 252/CENCIAR-2/3539, de 01/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
COMGEP			63
Descrição da Recomendação			
Definir critérios de alocação de recursos públicos para investimento em pessoal segundo a capacidade das organizações de converter tais recursos em benefícios pretendidos, utilizando como subsídio métricas de risco e de planos de melhoria de governança e de gestão de pessoas das organizações com maiores riscos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COMGEP			63
Síntese da Providência Adotada			
Houve uma decisão planejada para se diminuir a formação de mão-de-obra efetiva, de Graduados, em benefício de mão-de-obra temporária, para que os recursos possam ser realocados de acordo com o planejamento, gerando mais benefícios ao efetivo como um todo.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação do OCI atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Com menos pessoal efetivo, houve um melhor aproveitamento dos recursos que foram realocados em benefício de todos, o que foi um fator positivo.			

Fonte: COMGEP

Quadro A.11.2.1– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
COMANDO-GERAL DO PESSOAL			63
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	Relatório de Auditoria de Gestão n° 08/2014	IV	Ofício n° 252/CENCIAR-2/3539, de 01/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
COMGEP			63
Descrição da Recomendação			
Apresentar nos próximos Relatórios de Gestão o acompanhamento da série histórica de seus indicadores gerenciais, acompanhados dos respectivos parâmetros pré-estabelecidos pela Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COMGEP			63
Síntese da Providência Adotada			
No relatório de Gestão 2014 já consta a série histórica nos indicadores gerenciais.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação do OCI atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O setor responsável pelos indicadores gerenciais já havia tomado a providência de disponibilizar a série histórica, o que facilitou a busca e os trabalhos.			

Fonte: COMGEP

11.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não ocorreu no exercício.

11.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Detentores de Cargos e Funções	Obrigados a entregar a DBR	67	16	145
	Entregaram a DBR	67	16	145
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: DIRINT, GAPS, IPA, COMGEP, CENDOC

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A Seção de Pessoal Militar é a responsável por gerenciar a recepção das DBR na UJ, assim que os militares e servidores tomam posse ou final de exercício de Cargo ou Função, bem como em final de exercício financeiro.

Não existe sistema informatizado para esse gerenciamento. A recepção é feita em papel, por meio de formulário de autorização de acesso aos dados de bens e rendas das declarações de ajuste anual do imposto de renda pessoa física ou por entrega de cópia da própria declaração de ajuste anual do imposto de renda pessoa física. A entrega fica registrada por item publicado em boletim interno da UJ.

A fiscalização da entrega obrigatória das Declarações de Bens e Renda, nos moldes da Lei 8.730/93, constitui uma atividade da Seção de Controle Interno. Os dados são controlados por meio de planilha eletrônica, a fim de coordenar a entrega das autorizações ou cópia da declaração de ajuste anual do imposto de renda pessoa física e as devidas publicações em Boletim Interno Ostensivo da OM, a fim de dar publicidade ao Ato Administrativo.

As Autorizações para acesso às informações da base de dados da Receita Federal ou Declarações de Bens e Renda são arquivadas em cofre localizado na Seção de Inteligência deste Comando-Geral.

11.4. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

O COMGEP, por meio do seu Comandante-Geral, determinou a instauração, no Núcleo de Hospital de Força Aérea de São Paulo, de somente uma Tomada de Contas Especial, ao longo do exercício de 2014. A TCE foi concluída dentro dos prazos legais e remetida ao Órgão de Controle Interno (CENCIAR), para, posteriormente, ser enviada ao TCU, até 180 dias após o término do exercício financeiro em que foi instaurada.

Foram realizados dois procedimentos PARE, na PIPAR, no Rio de Janeiro. Os recolhimentos estão sendo feitos e, por isso, não foi necessário a instauração de mais duas tomadas de contas especiais, conforme consta no Quadro A.11.4.

Além disso, por motivos de Pagamento de Pessoal, a PIPAR abriu 223 processos de recuperação de recursos da folha de pagamento, no exercício de 2014, conforme consta abaixo:

- a) em 11(onze) processos abertos houve devolução parcial dos valores, e novas medidas administrativas foram tomadas para a devolução dos recursos;
- b) em 08 (oito) processos abertos, a OM instaurou IPM quando afastada a possibilidade de recuperação administrativa, verificou-se o dano por meio de resposta da instituição bancária com a informação de não haver saldo na conta-corrente do vinculado;
- c) em 04 (quatro) processos abertos, a OM fez o envio à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional quando se identificou o responsável pelo dano, porém não se concretizou o devido ressarcimento;
- d) em 178 processos abertos não houve o atendimento do pleito pela bancária, ensejando novas medidas administrativas para recuperar os recursos; e
- e) ainda há 22 processos em análise, tendo em vista que não se obteve êxito na identificação dos responsáveis pelo dano, bem como não apresentaram os requisitos para a instauração de IPM ou inscrição na Dívida Ativa da União.

Os recursos tecnológicos utilizados para controlar e coordenar as ações da TCE foram suficientes para tal finalidade. Porém, não há ainda um setor designado ou grupo pré-determinado para trabalhar na fase interna das TCE, assim como não há recursos específicos para esse fim. Como o COMGEP está reorganizando suas funções, ao longo do próximo exercício financeiro, já deve haver um grupo ou setor designado para assumir essa atribuição.

TABELA 57: TCE - COMGEP - 2014

TCE	UNIDADE	PROCESSO	PORTARIA	ASSUNTO / OCORRÊNCIA	PRAZO FINAL PARA CONCLUSÃO	PRORROGAÇÕES	ACÓRDÃO	SITUAÇÃO ATUAL
TCE Nº 01/COMGEP/2014	COMGEP / NUHFASP		PORTARIA COMGEP Nº 1483/SCI, DE 28/08/2014	APURAR OS FATOS RELATADOS NO OFÍCIO Nº 205/CENCIAR-2/2816, DE 15/08/2014, O QUAL ENCAMINHA O PARECER Nº 05/CENCIAR-1/2014/NUHFASP, DE 15/08/2014, SOBRE A Sindicância Nº 07/NUHFASP/2014.	CONCLUÍDA	PORTARIA COMGEP Nº 1594-T/SC1, DE 24/11/2014		EM ANÁLISE NO CENCIAR

Fonte: COMGEP/CENCIAR

Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	
		Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
225	225	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Não

Fonte: COMGEP/CENCIAR

11.5. Alimentação SIASG E SICONV TODAS AS UGE DA ESTRUTURA DE UMA UJ DEVEM ENTREGAR À SUA RESPECTIVA UJ PARA COMPOR O RELATÓRIO

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Lea Blanco dos Santos Neta**, CPF nº 218.879.458-30, **Gestora de Licitações**, exercido no **Depósito Central de Intendência (DCI)**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2015.

LEA BLANCO DOS SANTOS NETA

CPF: XXX.879.458-XX

Gestora de Licitações/DCI

Fonte: DCI-DIRINT

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Odilor da Silva Lopes**, CPF nº 040.971.748-78, **Ordenador de Despesas**, exercido no **Grupamento de Apoio da Saúde**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 10 de março de 2015.

ODILOR DA SILVA LOPES

CPF: XXX.971.748-XX

Ordenador de Despesas/GAPS

Fonte: GAPS

DECLARAÇÃO

Eu, **João Alberto Gavioli Junior**, CPF nº 612.430.866-53, **Chefe da Divisão de Aquisições**, exercido na **Subdiretoria de Abastecimento**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estarão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 06 de janeiro de 2015.

JOÃO ALBERTO GAVIOLI JUNIOR

XXX.430.866-XX

Chefe da Divisão de Aquisições/Subdiretoria de Abastecimento

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

INFORMAÇÕES SOBRE AS ADOÇÕES DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
COMANDO-GERAL DO PESSOAL		1203	
<p>Declaro que a Unidade Jurisdicionada, em cumprimento às orientações normativas elaboradas pela Unidade Gestora Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica, adotou procedimentos e práticas aplicáveis aos registros e às demonstrações contábeis consoantes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e 16.10.</p> <p>Em relação à avaliação e mensuração de Ativos e Passivos, e à depreciação dos itens do Ativo Permanente, a Unidade Jurisdicionada adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.10 e 16.9, respectivamente, da seguinte forma:</p> <p>a) a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.4.2.1.2.00.00;</p> <p>b) a depreciação foi realizada pelo método linear ou das cotas constantes, com as taxas de depreciação calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI;</p> <p>c) a vida útil econômica dos bens bem imóveis, os critérios de avaliação, a mensuração e a depreciação obedecem às normas do Sistema de Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUNet. Em 2014, a depreciação de bens imóveis foi processada de forma automática pela STN, com base nos registros do SPIUNet;</p> <p>d) a avaliação e a mensuração dos itens do Ativo e do Passivo obedeceram aos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- Disponibilidades, Créditos, Obrigações e Diferido – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;- Estoques – valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, quando aplicável;- Imobilizado e Intangível - valor de aquisição/produção/construção, com previsão do reconhecimento dos efeitos da depreciação ou da amortização, conforme o caso; a utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, especialmente nos casos de reavaliação dos itens do Ativo Permanente e do registro da depreciação, apresentou reflexos no resultado patrimonial do exercício e no Patrimônio Líquido.			
Local	Brasília	Data	27/02/2015
Contador Responsável	Ana Paula Soares de Alcantara do Nascimento – 1º TEN QOEA SVA	CRC nº	017367/O-0

ANA PAULA
SOARES DE
ALCANTARA DO
NASCIMENTO:00
120996782

Assinado de forma digital por ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO:00120996782
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora SERPROACF, ou=COMAER, ou=Pessoa Física A3, cn=ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO:00120996782
Dados: 2015.03.03 10:14:50 -03'00'

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas.

Este item, dividido em tópicos sugeridos pela Portaria nº 90/TCU/2014, apresentará o estágio de desenvolvimento da sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas, bem como dos produtos resultantes da atuação da Unidade Jurisdicionada, especialmente aqueles decorrentes da execução dos seus objetivos estratégicos:

a) identificação da estrutura orgânica da unidade jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos

A Unidade Jurisdicionada (UJ) 120131 - COMGEP é o Órgão Setorial de Custos do COMAER, de acordo com a NSCA 172-1.

b) identificação das subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados

A SEFA, na função de setorial contábil e órgão central do Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica (SISCONTAER), apura os valores de custos de toda a estrutura do COMAER, divulgando-os por meio de relatórios padronizados do Sistema de Informações Gerenciais da SEFA (SIGSEFA) às demais UJ, as quais disponibilizam os dados para as respectivas OM subordinadas.

c) descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos

O sistema utilizado pelo COMAER é o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal, que é um Data Warehouse que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, tais como SIAPE, SIAFI e SIGPlan, para a geração de informações.

d) práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos

O registro de custos no COMAER divide-se em apropriação de consumo decorrente de recursos orçamentários ou em apropriação de consumo decorrente de recursos patrimoniais.

O consumo de recursos orçamentários refere-se aos custos decorrentes da contratação de serviços e da aquisição de bens para consumo imediato. O consumo de recursos patrimoniais refere-se aos custos decorrentes do consumo de materiais em estoque ou do registro de exclusão, de depreciação e de amortização de bens móveis permanentes.

A apropriação dos custos decorrente da execução orçamentária realiza-se no momento da liquidação da despesa no SIAFI. Quanto ao consumo patrimonial, os custos são registrados no momento em que ocorre a baixa pela distribuição dos materiais de consumo em estoque ou juntamente com as variações patrimoniais diminutivas relacionadas aos bens móveis permanentes e intangíveis.

Por meio do preenchimento da aba “Centro de Custos” dos Documentos Hábeis no SIAFI, os valores dos custos são distribuídos pelos códigos SIAFI das UG beneficiadas e por códigos de Subcentros de Custos (SC) padronizados no âmbito do COMAER.

O conceito de UG Beneficiada corresponde à UG Executora, Credora ou de Controle em favor da qual é entregue um material a ser consumido, ou prestado um serviço de qualquer natureza. Os SC correspondem aos códigos que representam as atividades realizadas diariamente no COMAER, tais como: Operações Aéreas, Suprimento e Manutenção de Aeronaves, Segurança e Proteção do Tráfego Aéreo e outras apresentadas no Item 5 deste Relatório de Gestão.

A UG, por intermédio do setor de controle interno, efetua a verificação quanto à conformidade dos lançamentos de custos da Unidade, no SIAFI, de maneira a evitar incorreções ou omissões de apropriações de custos.

e) impactos observados na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos

No processo de tomada de decisões com base em informações de custos, o impacto decorrente da atuação desta Setorial de Custos pode ser representado pelo apoio prestado às demais OM subordinadas, no fornecimento de informações contábeis, advindas do Órgão Central do SISCONTAER, que permitam a melhor gestão das unidades administrativas.

Acompanhamento

O acompanhamento é realizado mensalmente pela SEFA que promove a verificação detalhada dos lançamentos de custos inseridos pelas Unidades Gestoras no SIAFI, como forma de garantir maior confiabilidade aos registros contábeis.

f) relatórios disponibilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão:

A SEFA disponibilizou, semestralmente, às Setoriais Contábeis, incluindo o COMGEP, os dados registrados pelas Unidades Gestoras deste Comando-Geral no SIAFI, elaborando os seguintes relatórios com seus respectivos propósitos:

- **Planilha de Custos de Serviço Público - 2013 e 2014:** evidenciar o consumo dos serviços públicos, comparando a evolução dos valores entre dois exercícios consecutivos;

- **Planilha de Custos de Diárias Militar e Civil - 2013 e 2014:** conhecer os valores gastos com diárias, comparando os valores entre dois exercícios consecutivos;

- **Planilha de Custos de Manutenção e Conservação de Imóveis - 2013 e 2014:** apresentar os valores de despesas correntes utilizados na manutenção e na conservação de bens imóveis, comparando os valores entre dois exercícios consecutivos. O relatório refletiu a necessidade e o esforço em manter as instalações do COMAER em condições satisfatórias à execução das diversas atividades;

- **Planilha de Custos Orçamentários por Atividades - 2013 e 2014:** evidenciar os custos decorrentes da execução orçamentária, comparando os valores entre dois exercícios consecutivos. O relatório permitiu gerenciar a relação existente entre a missão da UJ e a distribuição de seus esforços (recursos consumidos) entre atividades finalísticas e de apoio;

- **Planilha de Custos Patrimoniais por Atividades - 2013 e 2014:** evidenciar os custos decorrentes da execução patrimonial (consumo de estoques e depreciação de bens móveis permanentes), distribuídos por atividades finalísticas e de apoio;

- **Planilha de Custos Orçamentários por Natureza da Despesa - 2013 e 2014:** evidenciar os dez maiores custos decorrentes da execução orçamentária, distribuídos pelas Unidades beneficiadas e por natureza da despesa detalhada, comparados entre dois exercícios consecutivos. O relatório, ao listar os maiores custos relativos ao consumo de recursos orçamentários, ofereceu melhores dados de gerenciamento, ao planejamento e à eventual priorização de esforços;

- **Planilha de Custos de Depreciação de Bens Móveis Permanentes - 2014:** apresentar valores financeiros que indiquem o desgaste no uso de bens móveis permanentes.

- **Planilha de Investimentos em Bens Móveis Permanentes – 2014:** evidenciar o montante de recursos utilizados na renovação de bens móveis. A combinação deste Relatório com o imediatamente anterior buscou permitir a análise da situação patrimonial e auxiliar na decisão de investimento, especialmente quanto à substituição ou à manutenção dos bens móveis em uso;

- **Planilha de Custos dos Programas - 2014:** demonstrar o custo existente na execução dos programas orçamentários no exercício, envolvendo apenas recursos de 2014. A análise sob a ótica de custos, além de evidenciar a Organização beneficiada pela execução do Programa, demonstrou

os valores efetivamente consumidos no período, excluídos os investimentos, por representarem benefícios incorporados ao Patrimônio;

- **Planilha de Custos das Unidades Administrativas - 2013 e 2014:** evidenciar os custos orçamentários totais de todas as Unidades subordinadas a este Comando-Geral, comparando-os entre 2013 e 2014. O relatório é interessante por permitir a comparabilidade temporal entre Organizações beneficiadas pelos recursos públicos, bem como a relação existente entre Unidades semelhantes, sem distinção de atividades executadas ou de naturezas de despesas envolvidas.

12.3 Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

CONFORMIDADE CONTÁBIL																															
Denominação completa (UJ)			Código da UG																												
COMANDO-GERAL DO PESSOAL			1203																												
<p>A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), conforme estabelecido no Manual SIAFI.</p> <p>A Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, Unidade Jurisdicionada (UJ) 120002, é a Setorial Contábil de Unidade Gestora, de Órgão e de Órgão Superior (do Fundo Aeronáutico - Faer e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe), responsável pelo (a):</p> <ul style="list-style-type: none"> a) orientação normativa sobre rotinas e procedimentos contábeis para as UG do COMAER; b) suporte técnico da execução contábil no SIAFI; c) monitoramento e controle da execução contábil, por intermédio do SIAFI, das operações contábeis realizadas pelas UG do COMAER; d) acompanhamento da conformidade de registros de gestão executada pelas UG; e) registro, no SIAFI, da Conformidade Contábil relativa às UG, ao Faer e à CFIAe. <p>As atribuições relativas ao processo de Conformidade Contábil são atribuídas a agentes do COMAER, com observância ao princípio da segregação de funções.</p> <p>As Unidades Gestoras Executoras que integram a UJ 1203 são as seguintes: UG 120019 - HARF; UG 120034 - DCI; UG 120044 - PIPAR; UG 120052 - SDPP-País; UG 120066 - NUHFASP; UG 120093 - SDPP-Ext; UG 120100 - SDAB; e UG 120196 - GAPS.</p> <p>Seguem discriminadas, abaixo, a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício:</p>																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">ALERTA - A / RESSALVA - R</th> </tr> <tr> <th>CÓDIGO UG</th> <th>SIGLA</th> <th>A</th> <th>R</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>120019</td> <td>HARF</td> <td>1</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>120044</td> <td>PIPAR</td> <td>2</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>120052</td> <td>SDPP-País</td> <td>1</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>120100</td> <td>SDAB</td> <td>-</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>120196</td> <td>GAPS</td> <td>3</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table>				ALERTA - A / RESSALVA - R				CÓDIGO UG	SIGLA	A	R	120019	HARF	1	-	120044	PIPAR	2	-	120052	SDPP-País	1	-	120100	SDAB	-	1	120196	GAPS	3	1
ALERTA - A / RESSALVA - R																															
CÓDIGO UG	SIGLA	A	R																												
120019	HARF	1	-																												
120044	PIPAR	2	-																												
120052	SDPP-País	1	-																												
120100	SDAB	-	1																												
120196	GAPS	3	1																												
Todas ocorrências da UJ 1203 foram sanadas no exercício de referência do relatório de gestão.																															
Local	Brasília	Data	27/02/2015																												
Contador Responsável	Ana Paula Soares de Alcantara do Nascimento – 1º TEN QOEA SVA	CRC nº	017367/O-0																												

ANA PAULA
SOARES DE
ALCANTARA DO
NASCIMENTO:00
120996782

Assinado de forma digital por ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO:00120996782
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora SERPROACF, ou=COMAER, ou=Pessoa Física A3, cn=ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO:00120996782
Dados: 2015.03.03 10:16:19 -03'00'

12.4 Declaração do Contador atestando a conformidade das Demonstrações Contábeis

12.4.1 Declaração com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMANDO-GERAL DO PESSOAL			1203
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequadamente as situações orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante à/ao:</p> <p>a) diferença de R\$ 12.882.271,82 entre o entre o resultado do “Ativo Financeiro” menos o “Passivo Financeiro” (R\$ 0,00), constantes do Balanço Patrimonial, e o somatório dos saldos das contas contábeis 1.9.3.2.9.02.00 - Disponibilidade por FR (R\$ 29.510.367,65), 1.9.3.2.9.07.03 - Disponibilidade de Repasse Diferido Recebido (R\$ 2.823.047,29), 1.9.3.2.9.07.05 - Disponibilidade de Subrepasse Diferido Recebido (R\$ 39.569.592,18) indicadas no item 8.2.6 da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício);</p> <p>O valor (R\$ 12.882.271,82) corresponde ao total da conta 1.9.3.2.9.05.02 - Limite de Restos a Pagar-Inscrição (R\$ 71.903.007,12) menos o dobro do somatório dos saldos das contas contábeis Disponibilidade de Repasse Diferido Recebido e Disponibilidade de Subrepasse Diferido Recebido, com mesmo registro no valor de R\$ 42.392.639,47;</p> <p>A duplicidade no valor de R\$ 42.392.639,47, refere-se às contas correntes das contas contábeis 1.9.3.2.9.02.00 - Disponibilidade por FR, 1.9.3.2.9.07.03 - Disponibilidade de Repasse Diferido Recebido e 1.9.3.2.9.07.05 - Disponibilidade de Subrepasse Diferido Recebido nas UG 120066 - NUHFASP e 120093 – SDPP-Ext, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none">- 1.9.3.2.9.02.00 e 1.9.3.2.9.07.03: Fontes de Recursos 0250120320 – AER-Fundo Aeronáutico, 0250120377 - SIPAER, 0250120388 – PVM-Rec. Prot. Voo Ativ. Correl. MAER, 0250120510 COM-Segção Comercial e 0280120320 – AER-Fundo Aeronáutico;- 1.9.3.2.9.02.00 e 1.9.3.2.9.07.05: Fontes de Recursos 0100000000 – Recursos Ordinários, 0112915405 – Programa de apoio à Pós-Graduação-PROA e 0151000000 – Contr. Social s/o Lucro das Pessoas Jurídicas; e <p>b) título “Outras Compensações”, no valor de R\$ 4.675.914,77, existente no Balanço Patrimonial, referente, sobretudo, à conta contábil 1.9.9.9.1.00.00 (Bens e Valores em Trânsito), no valor de R\$ 3.409.628,49, motivado, principalmente, por lançamentos envolvendo as UG/Gestão 120034/00001, e 120100/00001; e ao valor de R\$ 1.266.286,28 da conta contábil 1.9.9.9.5.00.00 (Credores - Compras Centralizadas), proveniente de lançamentos das UG/Gestão 120100/00001.</p> <p>Declaro, ainda, que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI, motivo pelo qual não foram analisados.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	27/02/2015
Contador Responsável	Ana Paula Soares de Alcantara do Nascimento – 1º TEN QOEA SVA	CRC nº	017367/O-0

ANA PAULA
SOARES DE
ALCANTARA DO
NASCIMENTO:001
20996782

Assinado de forma digital por ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO:00120996782
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora SERPROACF, ou=COMAER, ou=Pessoa Física A3, cn=ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO:00120996782
Dados: 2015.03.03 10:17:22 -03'00'

13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Não há.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do exercício de 2015, este Comando-Geral, como Órgão de Direção Setorial, assim caracterizado pelo Estado-Maior da Aeronáutica, que é o Órgão Estratégico do COMAER, desenvolveu inúmeras atividades em cumprimento de sua missão e em alinhamento aos Objetivos Estratégicos definidos.

O COMGEP, como órgão responsável pela Gestão de Pessoas dentro do COMAER, procurou definir alguns projetos, denominados Projetos Setoriais, que são projetos julgados fundamentais para a concretização dos objetivos acima citados, a cargo deste Comando-Geral. A maior parte dos projetos ainda estão em andamento, visto que requerem o envolvimento de diversos outros órgãos do COMAER, pois a atividade de pessoal está pulverizada.

Embora tenha havido dificuldades orçamentárias e alta rotatividade de gestores, o COMGEP procurou aperfeiçoar os seus mecanismos de Governança com o objetivo de melhorar a atuação frente às OM subordinadas com o objetivo de alinhar prioridades, racionalizar recursos entre outros.

Por fim, para o exercício seguinte, é esperado que o COMGEP aprofunde a sua estrutura de Governança, que continue desenvolvendo os Projetos Setoriais que são de grande importância para a concretização dos objetivos estratégicos atribuídos e que este Comando-Geral encontre mecanismo eficientes de retenção dos gestores, com o objetivo de diminuir drasticamente a rotatividade de pessoal dentro deste Órgão de Direção Setorial.

